



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

JÉSSICA IDALINA RIBEIRO DA SILVA

**UM TETO TODO NOSSO: MEMÓRIA, SOLIDARIEDADE E AS MULHERES QUE
CONSTROEM AS CIDADES EM MUTIRÕES AUTOGERIDOS.**

Mestrado em Psicologia Social

São Paulo

2024

Jéssica Idalina Ribeiro da Silva

**UM TETO TODO NOSSO: MEMÓRIA, SOLIDARIEDADE E AS MULHERES QUE
CONSTROEM AS CIDADES EM MUTIRÕES AUTOGERIDOS.**

Mestrado em Psicologia Social

Texto apresentado à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia Social sob orientação da Profa. Dra. Carla Cristina Garcia.

São Paulo

2024

BANCA EXAMINADORA

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil CAPES – Código de Financiamento 88887.705425/2022-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil CAPES – Finance CODE 88887.705425/2022-00.

Ouçã o som que vem das matas...Iaiã
Forte brado a ecoar
Para todo mal quebrar
É a cabocla Jupira, guardiã do jacutã
É a cabocla Jupira, guardiã do jacutã
Índia guerreira Princesa do juremã
Cabocla flecheira
De firmeza no olhar
Traz seus segredos caetés
Itamaracã
Bate folhas, pajelança
Paié do meu congã
(Ponto de Umbanda – Cabocla Jupira)

AGRADECIMENTOS

Levei alguns anos, desde minha formação em 2015, para definir um tema que eu gostaria de pesquisar no mestrado. No dia da minha qualificação eu afirmei que vinha construindo esta pesquisa desde aquela época, então, um dos membros da banca me disse que eu estava construindo esta pesquisa desde o dia que nasci, de fato, concordei com ele. Assim, nessa história toda, é muita gente que fez e faz parte e que gostaria de agradecer.

Começo agradecendo às mulheres de minha família, todas elas. Minha mãe, Alvenita, minha irmã, Paulinha, e minha sobrinha, Bianca, que me apoiaram incondicionalmente durante toda a minha vida e que foram muito generosas durante os dois anos de mestrado, cuidando de mim e compartilhando comigo suas memórias e seus lares para acolher e dar base para todo o processo de pensar e escrever a pesquisa.

Já emendo, sem fazer hierarquia de importância, a maior alegria e gratidão que eu tenho por ser orientada pela professora Carla Cristina Garcia, que desde 2014 compartilha comigo a confiança de interlocutoras magistrais, professora e amiga, que me ensina todos os dias sobre ser pesquisadora, educadora, amiga e feminista com muito amor. Aqui também agradeço à todas as companheiras do Inanna de todos esses anos, pois, ao encontrar este núcleo de pesquisa pude encontrar uma parte importante da minha vida e estar com vocês é sempre gratificante, muito bom ter tantas parceiras para segurar a barra das dificuldades todas e sorrir tantas alegrias.

Aos meus amigos de longa data, agradeço pelas conversas sinceras, por ouvirem atentamente e pelas indicações diretas ou aquelas brisas que ajudam a pensar o pensamento que dividimos nas mesas de bares, nas camas em que descansamos, nos bancos de ônibus compartilhados. Juba, Igor, Ralphina, Dari, Lets, amo vocês e agradeço demais todo apoio que me dão para seguir nesta vida acadêmica.

Me desculpem os outros que acabei esquecendo. Às minhas amigas mais próximas de Inanna, Mariana, Aline e Vanessa, agradeço o ódio, amores, risadas, cafés, comidas e referenciais teóricos compartilhados durante esses dois anos. Que os outros não fiquem com ciúme, mas quero fazer um agradecimento de amiga

especial para a Mari, que insistiu em pegar amizade comigo, quantas alegrias tive nesses dois anos por ela ser tão obstinada. Obrigada, amiga, quando crescer quero ser mais como você!

Agradeço à banca examinadora, Chico e Dulce, que na qualificação foi tão assertiva e incentivadora sobre os pontos a serem ainda desenvolvidos e se maravilhando com o caminho já construído, foi muito importante para seguir a pesquisa com confiança e objetivos.

Também gostaria de agradecer a todo povo de luta dos movimentos sociais, em especial aos dos movimentos de moradia que, sem eles (nós), as mazelas deste país seriam ainda mais profundas. Desistir da luta jamais!

E essa pesquisa não existiria sem a generosidade das minhas interlocutoras, que participaram desta pesquisa: Alvenita e Bianca (novamente), tia Lúcia e dona Maria. Foi uma emoção sem tamanho contar nossa história, gratidão demais por compartilharem comigo.

Por fim, agradeço à Cabocla Jupira, que fez com que uma bolsa surgisse para mim de um jeito que até hoje não entendemos. E, tudo bem. Tem coisa que não é feita para entender.

RESUMO

A pesquisa é realizada a partir do resgate da memória de mulheres sobre suas histórias como construtoras da cidade de forma coletiva. Assim, o que se pretende apresentar neste trabalho são as histórias de participação ativa de duas gerações de mulheres na construção e parte do conjunto habitacional Garras e Lutas da CDHU – o primeiro mutirão autogerido da região da Brasilândia, nos anos 90. A investigação se concentra no fato de que, para além de suas próprias moradias, essas mulheres mutirantes construíram vínculos de solidariedade social ao longo dos anos, e destaca como o fortalecimento dessa questão foi fundamental para a sobrevivência e organização comunitária. Essas relações são analisadas não pelo viés da falta de dinheiro ou do Estado, mas por ser a maneira que faz com que inventem e reinventem formas de sobrevivência. Toda essa atuação política de luta por moradia digna fez com que essas mulheres criassem uma comunidade viva, organizada e afetiva, que perdurou mesmo depois que cada uma conquistou seu próprio teto. Tem como base teórica as epistemologias feministas, utilizando como metodologia a etnografia, o empirismo feminista e a realização de entrevistas semiestruturadas presenciais com algumas dessas mulheres que participaram da construção do Garras e Lutas.

Palavras-chave: mulheres mutirantes; mutirão autogerido; cidades; solidariedade; memória.

ABSTRACT

The research is conducted by recovering the memories of women about their collective experiences as builders of the city. This work aims to present the stories of active participation of two generations of women in the construction and part of the Garras e Lutas housing complex, developed by CDHU—the first self-managed housing project in the Brasília region during the 1990s. The investigation focuses on the fact that, beyond building their own homes, these women established social solidarity ties over the years. It highlights how the strengthening of these bonds was crucial for community survival and organization. These relationships are analyzed not through the lens of financial or state deficiencies but as a way in which they invent and reinvent survival strategies. This political activism in the fight for dignified housing led to the creation of a living, organized, and caring community, which continued even after each woman had secured her own home. The theoretical foundation is based on feminist epistemologies, with ethnography, feminist empiricism, and in-person semi-structured interviews with some of the women who participated in the Garras e Lutas construction serving as the methodology.

Keywords: women collective builders (mutirantes); self-managed housing project; cities; solidarity; memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O TEMPO QUE O TEMPO LEVA	28
1.1. Tempo de chegada.....	32
a. A AVÓ - Ornelina.....	36
b. AS TIAS - Nisa e Cé.....	37
c. A MÃE - Alvenita	38
1.2. Vila Maria - Dos cortiços à pensão.....	40
1.3. Mesmo tempo e outro espaço: Brasilândia, para onde a cidade cresce	49
2. TEMPO DE MORADIA POPULAR NO BRASIL	54
2.1. BNH e COHAB	59
2.2. Movimentos de moradia – mutirão e autogestão.....	64
2.3. Tempos da cidade.....	71
3. TEMPO DO MUTIRÃO	79
3.1. A luta por moradia é feminina	83
3.2. A cozinha, a creche, a cooperativa e a betoneira.....	89
3.3. O teto todo nosso.....	103
4. TEMPO DAS FILHAS	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
BIBLIOGRAFIA	138

INTRODUÇÃO

Minha mãe me contou que na construção do Conjunto Habitacional Brasilândia B-4, onde a gente vive, foi perdido muito material por conta dos erros e da inexperiência. Hoje sei que não é só de tijolos e concreto que se fizeram esses prédios. Eu espero que minha escrita transpareça tudo o que senti quando olhava para essas paredes que me resguardam enquanto escrevo. Mas, as palavras que seguem, não são suficientes para definir tudo isso, só sei que foi assim que fui sentindo o processo de fazer este mestrado, nada aqui é metáfora. Ao leitor, peço que evoque a imagem de uma construção. Não com qualquer material! Peço que pense em tijolos vermelhos, andaimes descascados, betoneiras e capacetes azuis e brancos. Também, que imaginem muitas mulheres no canteiro de obras: colocando cada tijolo e enchendo as lajes.

Que tinha, sim, os companheiros que vinham junto, e filhos e netos, todo mundo participou, mas você via, podia jogar um helicóptero lá de cima para olhar, você só via mulher, era mulher de betoneira, era mulher em cozinha, era mulher pendurada em andaime, era mulher segurando as mangueira para encher as laje, que os caminhão chegava lotado de concreto, até nós encher até a segunda, terceira laje na mão, nos carrinho, depois da terceira laje para cima, os andaime ficava muito alto, a gente, com o nosso dinheiro de cooperativa, a gente contratava as betoneira pronta de concreto para encher do terceiro andar para cima. E só mulher! (Alvenita Ribeiro – minha mãe).

Pense nos tijolos, pense nas paredes e pense nas lajes, estas que serão chão e teto. Um teto todo nosso. Virginia Woolf nos fala sobre a importância de um teto próprio para as mulheres, mas os tetos de que falo são para muitos.

Então eu vou contar por que eu acabei acreditando, (...) que ela dizia, “Você tem cinco filho, tudo pequeno, essa casa não é sua, é do seu sogro.”, assim falava a Fará, a Faraildes. Ela falou para mim, “Ó, existe um movimento em Taipas, chamado UMM, movimento de moradia. Você tem que ir bem cedo fazer a inscrição”. Era no mês de junho, julho. Nesse finalzinho de junho para julho de 1992. Aí eu falei, “Mas eu não tenho condições de ir com as cinco criança”. Ela me pegou um dia de tarde, me trouxe para a casa da filha dela. Naquela beira de córrego, que a filha dela morava, me acolheu com meus cinco menino. Três mulher e dois homens. A Jéssica estava com 6, 7 meses, é, não, já tinha mais, era 92 e ela nasceu em 90, tinha 2 aninhos e pouco. (Alvenita Ribeiro – minha mãe)

Neste fragmento de fala, minha mãe relata como, por insistência de uma amiga da família, a sra. Faraíldes - Fará para nós - e com todo seu apoio, acabou conseguindo se inscrever na União do Movimento de Moradia – UMM. Fará foi amiga de meus avós paternos e guarda um carinho muito grande por meu falecido pai. A intenção de começar com a fala de minha mãe é mostrar que ali eu já apareço e, nesse sentido, me coloco nesta dissertação de forma completamente parcial e comprometida, onde a minha história e o tema da dissertação estão totalmente entrelaçados.

O objetivo geral desta pesquisa é resgatar a história de mulheres do movimento de moradia que participaram de construções autogeridas de conjuntos habitacionais, mais especificamente do Brasilândia B-4, rebatizado de Garras e Lutas. Os objetivos específicos são: 1. As mulheres do movimento de moradia, ao longo dos anos, construíram um vínculo de solidariedade e como isso pode ter gerado impacto para a organização da sobrevivência na ausência do aparato social do Estado. 2. Além disso, o resgate da memória de mães, filha e neta, pretende tratar de como um teto garantido impactou a vida das gerações seguintes.

Para tal, as metodologias utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa serão a etnografia e o empirismo feminista que, como elabora Sandra Harding (1986), tem por objetivo o estudo das relações sociais e que, mesmo que as ferramentas sejam como as das ciências clássicas e hegemônicas, as perguntas que fórmula e a forma que se atentam aos que foram excluídos das ciências, ou, que foram tratados como objetos.

Este procedimiento (método?) contrasta con la forma usual que da origen a los proyectos de investigación en las ciencias sociales o naturales, con los problemas que plantean las disciplinas, las corporaciones, los gobiernos, las agencias de ayuda internacional y otras instituciones de cuyos diseños las mujeres han sido, en su mayoría, excluidas. Esos nuevos "métodos" feministas han generado preguntas sobre, por ejemplo, la doble jornada de trabajo de las mujeres, la contribución del trabajo doméstico a la economía, la violencia sexual o las formas de organización política que prefieren las mujeres. Las respuestas a estos interrogantes usualmente no pueden ser encontradas al inspeccionar la vida de las mujeres, ya que la vida de éstas se organiza lejos de las formas en que las disciplinas recogen y organizan la información, y de las políticas gubernamentales, de las corporaciones o de otras instituciones. [...]Sin embargo, "al empezar por la vida de las mujeres" para identificar y formular las preguntas

para la investigación se han creado, dentro de la investigación feminista en ciencias sociales y naturales, patrones de conocimientos distintos. Así, aunque esta vía para producir conocimiento no es normalmente lo que la gente que piensa en "métodos" de investigación tiene en mente, sería, sin embargo, razonable sostener que existe un método de investigación feminista distinto; esto es, que hay un "método" específico producido por los feminismos (Harding, 1987, p. 33).

Sendo filha de toda essa história, já possuo, de certa forma, um entendimento sobre diversas narrativas relacionadas a ela e seus impactos em nossas vidas. No entanto, fazer ciência a partir das epistemologias femininas transcende a mera narração da própria trajetória. Essa abordagem busca evitar as armadilhas da universalização e abstrações inerentes à ciência positivista e hegemônica. Em vez disso, propõe uma construção conjunta que destaca e evidencia os saberes das mulheres, considerando as diferentes diferenças entre elas e entre os saberes que se desenvolvem de suas relações.

A objetividade aqui proposta tem a ver com implicar-se e não com uma pretensa neutralidade e imparcialidade de quem pesquisa. Donna Haraway (2005), sustenta que

Não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas pelas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece. O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular. A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada. Suas imagens não são produtos da escapatória ou da transcendência de limites, isto é, visões de cima, mas sim a junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar (Haraway, 1995, p. 33-34).

A antropóloga Eunice Durhan fala sobre a etnografia como abordagem metodológica e como ela se diferencia na escuta da história das pessoas, no caso de sua pesquisa, na escuta dos migrantes, destacando que foi importante observar, “a maneira como as pessoas vivem o processo, então não é simplesmente o mapa do processo, como abstração, mas é a experiência das pessoas que estão vivendo o

processo” (Durhan, 2011, p.296). Assim, principalmente na primeira parte da pesquisa, mas não só, o trabalho de Durhan se faz fonte importantíssima de dados e metodologia. Complementando a forma de usar a etnografia como uma das metodologias empregadas, tendo a ideia da construção da cidade como uma das questões fundamentais, considera-se que

Produzir etnografias sobre a cidade é buscar trazer a agência dos múltiplos atores que a produzem e são produzidos por ela, respeitando sua complexidade e incluindo no rol dos protagonistas muitos dos atores considerados de segunda ordem ou mesmo “invisíveis” na composição do mundo expressado como realidade urbana (Neto, 2017, p. 113-114).

Além disso, lembrando que o foco na história das mulheres aqui também tem a ver com todo o processo epistemológico e metodológico, onde a etnografia, a memória e biografia caminham juntas na narrativa e que, nesse sentido, também está no processo de valoração das histórias não contadas e das, muitas vezes, consideradas “invisíveis”, mesmo que as mulheres sejam protagonistas e frente de luta do movimento de moradia e dos diversos movimentos sociais no país, a escolha de contá-la dessa forma é cuidar da história pessoal, coletiva e do jeito de se contar as histórias pelas mulheres.

Alguns saltos temporais serão dados, principalmente a partir da história de minha mãe, pois ela migra criança aos doze anos, mas tudo vai se misturando às histórias de outras mulheres. Essa pluralidade de durações é entendida a partir da visão de Gaston Bachelard, como explica Carla Cristina Garcia:

O filósofo Gaston Bachelard reconhece a necessidade de basear a vida em uma pluralidade de durações, isto é, acontecimentos que não têm o mesmo ritmo nem solidez de encadeamento, nem o mesmo poder de continuidade. Para ele, do ponto de vista histórico, o que permanece é apenas aquilo que tem razões para recomeçar. "Assim, ao lado da duração pelas coisas, há a duração pela razão" (Garcia, Carla. 1998, p.14).

Muitas mulheres fazem parte dessa narrativa, algumas são lembradas, enaltecidas e saudosas. Porém, quatro delas foram extremamente importantes para

essa pesquisa acontecer, abrindo suas casas e suas memórias para contar essa história que é de cada uma e de todas nós ao mesmo tempo.

Minha mãe, Alvenita Ribeiro, 67 anos, baiana de Morpará no sertão da Bahia, que migrou para São Paulo com 12 anos de idade. A riqueza dos detalhes de suas lembranças, a emoção que coloca em cada coisa que conta, me faz entender que eu realmente sou como sou por ser filha dessa mulher.

[Imagem I: Alvenita Ribeiro– minha mãe].



Dona Maria, Maria Madalena de Souza, 86 anos, paulista da cidade de Pirapozinho, veio para São Paulo com 7 anos de idade. Ela é uma iabá, uma preta velha, uma conhecedora da força das plantas, que cuida de todos que a procura com qualquer enfermidade. Nos presenteou com as lembranças da São Paulo de sua infância e com os relatos de quem viveu o bairro da Brasilândia em diversos momentos.

[Imagem II: Maria Madalena de Souza – dona Maria].



Tia Lúcia, Maria Lúcia dos Santos, 67 anos, paulista de Guaratinguetá, veio para São Paulo quando completou 18 anos. Ela sempre vai contar a história com a versão mais engraçada. É a que sabe os aniversários de todas as amigas e faz questão de comemorar a vida de cada uma.

[Imagem III: Maria Lúcia dos Santos – tia Lúcia].



Bianca (a Be), Bianca Letícia de Souza Araújo, 25 anos, mulher parda, paulistana, minha sobrinha, neta de Alvenita e Madalena, nascida no B-4 Garras e Lutas. Além de ser minha pessoa favorita no mundo, é uma jovem sensível, criativa e muito inteligente. Nossa conversa foi como uma oração por todas as nossas ancestrais, agradecendo por possibilitarem a vida que temos hoje.

[Imagem IV: Bianca Letícia de Souza Araújo – minha sobrinha].



Devidamente apresentadas, ressalto que a participação delas nesta pesquisa se dá na forma de fonte bibliográfica viva. E, mais uma vez, agradeço a generosidade e a paciência que tiveram comigo neste processo todo.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cada uma delas, individualmente. Com minha mãe foram duas entrevistas. Além disso, ao longo dos dois anos, outras conversas sobre a pesquisa foram acontecendo sem registro em gravação, principalmente com minha mãe, mas também com outras mulheres que não foram entrevistadas aqui quando a gente se encontrava em aniversários, chás de bebê, ou naqueles momentos de fofoca quando a gente se trombava na ida para comprar pão, para levar o lixo ou quando estava tomando sol pela manhã.

As fotos e outros materiais aqui apresentados são guardados de minha mãe, ou foram deixados em seu cuidado desde a época que era síndica geral. Com exceção dos tijolinhos da campanha para vereador de Henrique Pacheco e de prefeita de Luiza

Erundina, que são de dona Maria, e estão apresentados no cap. 2. Apresentar essas fotos e materiais ao longo do texto é materializar imagetivamente o resgate das memórias.

Metodologicamente, entendendo resgate de memória e relações de gêneros, como:

Para a historiadora Michelle Perrot, o que constitui a memória e o ordenamento da narrativa são produtos das relações entre gêneros e, como elas, produtos de uma história: “Forma de relação com o tempo e com o espaço, a memória, como a existência da qual ela é o prolongamento, é profundamente sexuada (Garcia, 2011, p. 15).

A solidariedade que se estabeleceu ao longo dos anos entre essas mulheres pode ser examinada considerando não apenas a carência financeira e a ausência de Estado, mas, como invenção e reinvenção de táticas de sobrevivência ao longo do tempo. Essas formas de sobrevivência não são descartáveis e desprovidas de significados, ao contrário, elas são materialidades e constroem subjetividades que só se desenvolvem em coletivo e com o tempo. Investigar a solidariedade e as táticas de sobrevivência que foram empregadas ao longo dos anos oferece indícios sobre o impacto delas na vida das gerações seguintes.

Reler o passado através do olhar feminino implica que esse passado pode ser lido de maneiras múltiplas, que os fatos contados pela tradição histórica não são totais, que as mulheres têm uma outra verdade a descobrir sobre elas mesmas e demonstram a tentativa de não submeter a experiência feminina à categorias de análise fechadas, mas construí-las a partir da experiência social feminina (Garcia, 2011, p. 17).

Ainda sobre memória como fonte de dados para pesquisa, José de Souza Martins (2000) fala sobre a inserção de pessoas comuns como sujeitos históricos, que a memória implica em outras temporalidades e que o cotidiano surge como elemento fundamental dessa noção para se fazer um outro tipo de História.

A reconstituição histórica que incorpore os dados da memória implica reformular a concepção de História, mediante a incorporação de outras temporalidades, diversas daquelas que marcam o tempo reconhecido da História. Mediante, também, a incorporação dos pequenos acontecimentos da vida cotidiana e a das concepções de senso-comum que mediatizam a inserção do homem comum nos processos históricos (Martins, 2000, p. 143).

Desse modo a memória sexuada e a memória e cotidiano, serão conceitos levados em conta para analisar as narrativas das pesquisadas.

Epistemologicamente, me posiciono nos estudos feministas, primeiro no que diz respeito aos saberes localizados. Partindo do meu corpo como geografia primeira, como possibilidade de fala com autoridade como mulher, como ensina Adrienne Rich (2002).

Começar, assim, não por um continente, por um país ou por uma casa, mas pela geografia mais próxima - o corpo. Aqui, pelo menos, sei que existo, que sou aquele ser humano vivo, individual, a quem o jovem Marx designou como "o princípio original da história humana" (Rich, 2002, p. 17).

Rich fala que chegou neste lugar, não como marxista, mas como feminista radical. Que neste processo, parte do material é marxista, mas também construído pela

(...) ligação do modo de pensar e falar com o corpo deste ser humano vivo e individual, a mulher. Começar, dissemos, com o material, com a matéria, mma, madre, mutter, moerder, morder, etc., etc (Rich, 2002, p. 18).

Assim, há não só o meu corpo como ponto de partida, mas o corpo de minha mãe também, assim como das outras mulheres aqui apresentadas, muito antes de eu nascer, se localizando na trajetória desses saberes femininos e políticas de luta de mulheres, seus deslocamentos, de suas lutas por moradia, a maternidade e responsabilidade por suas e outras vidas, que as impulsionaram a procurar os movimentos de moradia e construir possibilidades de existências diferentes para si e os seus, o que acabou movimentando, construindo e modificando localidades, culturas e setores inteiros da sociedade.

Meu segundo posicionamento relativo aos estudos feministas diz respeito a que, localizando-se, nesse sentido, também é preciso interseccionar, levando em conta que

A interseccionalidade como forma de investigação crítica invoca um amplo sentido de usos de estruturas interseccionais para estudar uma variedade de fenômenos sociais – por exemplo, a estrutura organizacional do futebol, as filosofias que moldam políticas públicas globais e nacionais e o ativismo social do movimento das mulheres afro-brasileiras – em contextos sociais locais, regionais, nacionais e globais. A interseccionalidade como prática crítica faz o mesmo, mas de maneiras que, explicitamente, desafiam o status quo e visam a transformar as relações de poder (Collins; Bilge, 2021, p. 58).

Assim, como ferramenta de análise, desenvolvida pelas feministas negras estadunidenses, pretendo localizar não só o corpo, o gênero e o território, mas outras categorias, como raça, classe e geração, entre outros, em interação, para falar da complexidade da experiência dessas mulheres.

Terceiro, com o que nos traz Luiza Muraro sobre a valorização e a confiança que se deve ter para com as mulheres que vieram antes de nós, discutindo não como uma questão de poder, mas como uma autoridade baseada nessa confiança, “Ahora veis cómo la autoridad se presenta en la política de las mujeres: como principio de orden simbólico.” (Muraro, 1992, p.58), definida como *affidamento* pelas feministas da diferença, apresenta uma outra visão de relação e luta política, que não busca igualdade e sim a valorização das diferenças, que possibilita que umas impulsionem as outras exatamente por conta de suas diferenças.

Tener interlocutoras magistrales es más importante que tener derechos reconocidos. Una interlocutora es necesaria si una quiere articular la vida propia en un proyecto de libertad y darse con ello razón del propio ser mujer. La mente de la mujer sin adscripción simbólica tiene miedo. Se encuentra expuesta a hechos imprevisibles, todo le sucede de fuera a dentro. No son las leyes ni tampoco los derechos lo que dará a una mujer la seguridad que le falta. Una mujer sólo puede adquirir la inviolabilidad con una existencia proyectada a partir de sí misma y garantizada por una sociedad femenina (Librería de Mujeres de Milán, 1991, p.22).

Nas falas de minha mãe, que abrem o texto, não aparece o nome de Kátia, que é a filha da Faraíldes, então, o digo aqui para a enaltecer, à Fará, minha mãe e eu também. Como duas mães e duas filhas, sendo todas de gerações diferentes, que são alguns dos nomes das cento e sessenta mulheres do Garras e Lutas. Mulheres que construíram e mantêm a cidade em pé. É a autoridade delas que me impulsiona a realizar esta pesquisa.

Uma pergunta me perseguiu desde que comecei a esboçar este projeto e que existe na minha vivência desde que comecei a transitar pela cidade e estabelecer relações com pessoas de outros lugares: “A sua quebrada faz parte cidade?”, ou ainda, que pode ser traduzida, como já ouvi muitas vezes também, “Onde você mora é São Paulo ainda?”; ou mesmo entre as fronteiras dos bairros vizinhos, para quem mora na Brasilândia mais “central” aqui já é Taipas, e para quem é de Taipas aqui é “os predinho do CDHU”, nem Taipas e nem Brasilândia. Tais localizações, ou falta dela, me fizeram questionar: Que pedaço de cidade é este?

Antes de falar de tal pedaço de cidade de São Paulo, tão específico, acredito que é preciso falar antes de como se formam as cidades e suas funções. Eu, cientista social de formação e, assim, carregando comigo uma grande bagagem de referenciais para falar de tal tema, escolho aqui começar com Friedrich Engels.

Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, ao descrever as grandes cidades, seu desenvolvimento no entorno das fábricas, a divisão espacial entre classes etc., Engels escolhe se aprofundar em sua própria cidade, Manchester, pois, ali ele, ao que relata, conhece cada bairro, beco e cada pátio, de certa forma, fazendo um saber localizado. Ele observa e nos descreve o começo de um modelo de cidade que vai ser exportado, ao menos em ideia, para os lados de cá do mundo (Engels, 2010). Sobre isso, Milton Santos (1993) vai dizer que os modelos europeus de desenho urbano, ao longo das diferentes épocas, são tomados como referência, mas, quando aqui se instalaram, foram se modificando (Santos, 1993).

Para Hillman,

(...) uma cidade é construída sobre relações humanas, gente se encontrando, e, entre outras coisas, o amor incrementaria as próprias coisas que são desejáveis em uma cidade. Portanto, não é novamente uma questão de divisão entre duas coisas, trabalho e prazer, cidade e

alma, o público diurno e o privado noturno, porque isso tira a alma da cidade. Sempre houve lugares construídos na cidade onde há uma quebra do aparente propósito da cidade. Pensar que o propósito das cidades é econômico ou político, é sem dúvida, muito recente. Desde o início, o propósito da construção de uma cidade foi algo instintivo nos seres humanos: querer estar junto, imaginar, falar, fazer e trocar (Hillman, 1993. p. 42).

Assim, observando a minha cidade, como fez Engels, juntando o que eu sabia e vivi sobre as mulheres do B4 – Garras Lutas, como construtoras da cidade, tendo a reflexão de Hillman em mente, arredondei uma primeira questão: Quem são as mulheres que constroem a cidades?

Nesse sentido, para pensar as cidades, primeiro é preciso lembrar que aqui não estou partindo de um ideal de cidade, de uma cidade universalizada. Como Milton Santos aponta, as cidades no Brasil vão se constituindo de sua própria maneira, mesmo que os modelos dos colonizadores sejam impostos. Penso na cidade construídas por mulheres no Brasil, em São Paulo, na Brasilândia, como um local de resistência, de onde é possível emergir tensionamentos, como Maria Lugones observa,

Mas, em vez de pensar o sistema global capitalista colonial como exitoso em todos os sentidos na destruição dos povos, relações, saberes e economias, quero pensar o processo sendo continuamente resistido e resistindo até hoje. E, desta maneira, quero pensar o/a colonizado/a tampouco como simplesmente imaginado/a e construído/a pelo colonizador e a colonialidade, de acordo com a imaginação colonial e as restrições da empreitada capitalista colonial, mas sim como um ser que começa a habitar um lócus fraturado, construído duplamente, que percebe duplamente, relaciona-se duplamente, onde os “lados” do lócus estão em tensão, e o próprio conflito informa ativamente a subjetividade do ente colonizado em relação múltipla (Lugones, 2019, p. 942).

Seguindo a ideia de partir de uma outra ordem simbólica, tal qual a proposta pela autoridade feminina, e exercitando a imaginação criativa, as cidades aqui evocadas serão duas: *A Cidade das Damas*, de Christine de Pizan a Cartago de Dido.

- 1) A obra, *A Cidade das Damas*, de Christine de Pizan, que em um dia em seu gabinete de leitura, recebe a visita de três mulheres, que se intitulam

Razão, Retidão e Justiça, que a guiarão na seguinte tarefa, explicada pela primeira:

Desse modo, bela filha, foi a ti concedido, entre todas as mulheres, o privilégio de projetar e construir a Cidade das Damas. E, para realizar essa obra, apanharam água viva em nós três, como uma fonte límpida; nós te entregaremos materiais tão fortes e mais resistentes do que o mármore fixado no cimento. Assim, tua cidade será de uma beleza sem igual e permanecerá eternamente neste mundo (Pizan, 2012, p. 67).

2) A Cartago de Dido, como Carla Cristina Garcia nos conta,

Na costa da África ela compra de um chefe tribal, Jarbas, um pedaço de terra. Dido propõe comprar a terra que coubesse na pele de um touro. A Rainha então cortou o couro do animal em tirinhas estreitas e conseguiu o bastante para cercar toda a colina que ali ficava que depois disso foi chamada de Byrsa, “escondida”. Esse evento é comemorado na matemática: o “isoperimetric problem” que consiste em cercar o máximo de área dentro de limites fixos. É também denominado “Problema de Dido” no moderno Cálculo de variações. Ali funda Kart Hadasht ou ‘nova capital’, mais tarde conhecida como Cartago, em 814 A.C, mais ou menos um século antes das cidades que serão rivais desta: Siracusa e Roma. A cidade prosperou rapidamente, muitas pessoas vieram se juntar aos primeiros habitantes. Dido reinou por muitos anos, e a próspera Cartago tornou-se uma República (Garcia, 2012, pp. 305-306).

Tais referências surgem como possibilidade de pensar a construção da própria casa, de forma coletiva, como questões políticas diferentes das cidades dos homens, mesmo que as duas ocupem o mesmo espaço e possam ser confundidas como sendo a mesma. Aqui as fronteiras do público e privado podem se apresentar de formas diferentes. Quando as mulheres aparecem como construtoras e quem mantêm, política e culturalmente, tais cidades, o fazer político não se dá só no âmbito público, e o próprio fazer político no âmbito público me parece outro.

Construir sua própria casa, em modelos coletivos, de autogestão, no caso dos movimentos de moradia do Brasil – aqui falando especificamente de São Paulo -, como ato político, as casas que daqui surgem, não são representatividades do privado que guarda o ideal de mulher aprisionada na figura do anjo do lar, mas sim “Um teto

todo nosso”, como o título da pesquisa, diz sobre um privado que guarda tais mulheres como sujeito políticos e dinâmicos que, de certa forma, estão construindo, inclusive materialmente, essas fronteiras de maneira muito mais flexível e com outros possíveis significados.

Um teto todo nosso, em exemplos concretos, significa que habitar esse pedaço de cidade, construído pelas próprias mãos, acarreta que não foram apenas apartamentos/prédios/conjuntos habitacionais que foram materializados, mas também relações, amizades, subjetividades. Um modo de viver. O filho de uma era filho de todas. Este é o exemplo de compartilhamento de cuidado mais arraigado em meu coração, já que eu era uma dessas filhas. Aqui, o feminismo da diferença aparece novamente, com o conceito tarefa civilizadora,

Para as autoras italianas, a palavra civilizadora que adjetiva a tarefa, cumpre duas funções, uma explicativa, que descreve em que consiste, e outra valorativa, que incorpora o valor e lhe concede um lugar potente no mundo das atividades humanas (Garcia, 2018, p.23).

Assim, denominam as tarefas das mulheres, pois, acreditam que o termo trabalho é muito restrito. As tarefas civilizadoras das mulheres nos contextos das cidades capitalistas, aparecem como conceito papel fundamental para se pensar a construção do B4 Garras e Lutas como cidade.

Ainda como escolha teórica para falar de cidades, pretendo partir do trabalho de Saskia Sassen sobre as *Cidades Globais*¹, mais especificamente o enquadramento de São Paulo como uma megacidade², dentre as categorias desenvolvidas pela

¹ As cidades globais são sítios-chave para os serviços avançados e as facilidades das telecomunicações, necessários para a implementação e a condução de operações da economia global. Nelas também tendem a se concentrar o estado maior das firmas, especialmente aquelas que operam em mais de um país. (Sassen, 1994, p. 19. Apud. Freitag, 2006, p. 118).

² Megacidades - Essas cidades são definidas pela concentração recente de grandes populações. Seu número absoluto registrou uma explosão, espalhando-se pelo mundo, com concentração especial no hemisfério sul. A explosão demográfica se deve a migrações e ao crescimento vegetativo, gerando inúmeros problemas de habitação, transporte, emprego, educação, saúde, violência, tráfico de drogas e poluição. Trata-se de megacidades em que convivem riqueza e pobreza. Nelas, coexistem a modernidade e a pós-modernidade. Os opostos, os extremos e o multiculturalismo são os traços característicos dessas cidades. Exemplos: Bogotá, Lima, Rio de Janeiro, Lagos, Calcutá, Mumbai, entre outras (Freitag, 2006, p. 118).

socióloga, me surge como possibilidade de falar da quebrada como localizada na periferia da periferia do mundo. Além disso, a autora, complexifica a condição das mulheres no sul global a partir da noção de feminização da sobrevivência (Sassen, 2003). Tal categoria possibilita alguns aprofundamentos teóricos quando se pensa nessas mulheres como as que mantêm suas comunidades, no caso das aqui estudadas, isso vai desde imaginar, lutar, construir e manter, ao longo dos anos, elas existindo.

Richard Sennett (2002) apresenta a comunidade e a convivência nela como uma das formas de criar resistência à corrosão do caráter que o “capitalismo flexível” causa na vida dos trabalhadores. Sua concepção de comunidade implica a dependência de fatores essenciais, incluindo a convivência e o tempo, os quais são considerados fundamentais para o emergir da solidariedade e a validação do que o autor denomina como caráter,

Lugar é geografia, um local para a política; comunidade evoca as dimensões sociais e pessoais de lugar. Um lugar se torna uma comunidade quando as pessoas usam o pronome "nós". Falar desse jeito exige uma ligação particular, embora não local; um país pode constituir uma comunidade quando nele as pessoas traduzem crenças e valores partilhados em práticas diárias concretas (...) Uma das consequências não pretendidas do capitalismo moderno é que fortaleceu o valor do lugar, despertou o anseio de comunidade. Todas as condições emocionais que estudamos no local de trabalho animam esse desejo: as incertezas da flexibilidade; a ausência de confiança e compromisso com raízes fundas; a superficialidade do trabalho em equipe; acima de tudo, o espectro de não fazermos nada de nós mesmos no mundo, de não "arranjarmos um galho" com o nosso trabalho. Todas essas condições levam as pessoas a buscar outra cena de ligação e profundidade (Sennett, 2009, p. 165).

Na perspectiva desta dissertação, os conceitos de comunidade e solidariedade descritos por Sennett, juntamente à feminização da sobrevivência de Saskia Sassen, e às tarefas civilizadoras do feminismo da diferença, são de extrema importância para a reflexão de entendimento sobre a organização de sobrevivência em seu contexto.

No primeiro capítulo, pensando em como a cidade de São Paulo cresce com a migração, a própria migração da minha família é tomada como referência para começar a elaborar os caminhos para a pergunta: Quem são as mulheres que

constroem as cidades? Dalí já trazendo a base de laços de solidariedade e as formas de sobrevivência criativas das mulheres para se estabelecer na nova cidade que se tornaria a morada delas e as próximas gerações. No segundo capítulo, retomando a questão deixada em aberto: Que pedaço de cidade é este? Onde as moradias populares se tornam possibilidades para as mulheres de minha família, é feito um resgate histórico sobre a moradia popular na cidade de São Paulo, do Banco Nacional de Habitação até a sua crise e a instauração dos mutirões como alternativa e resultado de luta popular dos movimentos sociais por moradia. Já o terceiro capítulo se aprofunda na história do Garras e Lutas B-4 no período do mutirão e os primeiros anos após a conquista do teto pelas mutirantes, com foco nas entrevistas como fonte bibliográfica do cotidiano dessas mulheres, para falar sobre as maneiras mais criativas possíveis das tarefas das mulheres, de como construir a cidades a seus modos foi e é inventar formas de sobrevivência coletivamente. O quarto capítulo diz um pouco sobre a segunda e terceira geração de mulheres, filha e neta, eu e minha sobrinha, das mulheres que construíram o Garras e Lutas B-4, para discutir a importância da conquistada deste teto para que hoje a gente esteja aqui, e ainda busca saber sobre a importância dessa influência de ter vivido em um lugar que o coletivo se sobressaia ao individual em diversos aspectos da vida.

1. O TEMPO QUE O TEMPO LEVA

As cidades como conhecemos hoje começam a ser pensadas e desenhadas a partir da modernidade; elas são a materialização e o símbolo de seus ideais. O Contratualismo, como marco epistemológico, foi onde se estabeleceram os termos e ideais de sociedade civil, indivíduo e cidadão. A modernidade enquanto projeto também é indissociável da colonização. A universalização que categoriza hierarquicamente o mundo define bem o papel que todos deveriam cumprir nesse projeto.

A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento [do homem], mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens (Lugones, Maria. 2014, 936).

Carole Pateman (2020) faz a discussão da exclusão das mulheres da cidadania no Estado Moderno que, a partir do Contrato Social, estabelece entre esfera pública e privada a divisão da sociedade civil. Assim, a autora foca, principalmente, na esfera privada para destrinchar a situação das mulheres nessa nova forma de organizar o mundo: “O contrato social dá origem ao mundo público da legislação civil, da liberdade e da igualdade civis, do contrato e do indivíduo. Qual é a história (hipotética) da origem da esfera privada?” (Pateman, Carole. 2020, p. 25). O contrato de casamento, que relega as mulheres à esfera privada, é uma das facetas do que a autora denomina como Contrato Sexual.

O contrato sexual, deve-se enfatizar, não está associado apenas à esfera privada. O patriarcado não é puramente familiar ou está localizado na esfera privada, o contrato original cria a sociedade civil patriarcal em sua totalidade. Os homens passam de um lado para o outro, entre a esfera privada e pública, e o mandato da lei do direito sexual masculino rege os dois domínios. A sociedade civil é bifurcada, mas a unidade da ordem social é mantida, em grande parte, através das relações patriarcais (Pateman, Carole. 2020, p.27).

Assim, Pateman vai pensar a condição das mulheres e a subordinação que o contrato de casamento passa a significar na sociedade civil, retirando as mulheres do

pacto do Contrato Social e, ainda hoje, subordinando à condição de cidadãos de segunda categoria (Perrot, Michelle, 1998). Assim, para as mulheres, sobram as políticas públicas de proteção e cuidado, o que, de certa forma, significa que nunca é uma cidadania ativa.

É preciso voltar a Sieyès, o organizador do sufrágio em 1799, que distinguia entre cidadãos passivos e ativos. “Todos têm direito à proteção de sua pessoa, de sua propriedade, de sua liberdade etc. Mas nem todos têm direito a tomar posse ativa na formação dos poderes públicos; nem todos são cidadãos ativos. As mulheres, pelo menos no estado atual, as crianças, os estrangeiros, aqueles que ainda nada contribuíram para a sustentação do estabelecimento público não devem influir na vida pública.” Sieyès estabelece uma ruptura entre sociedade civil e política, e fortalece a ação pública. A exclusão das mulheres é particularmente severa, pois, ligada ao sexo, ela não pode ser modificada, como a idade, a nacionalidade ou o nível de riqueza. Assim como as crianças, as mulheres foram feitas para ser protegidas” (Perrot, Michelle, 1998, p.118-119).

Isso não foi aceito sem grandes revoltas e embates por parte das mulheres desde o início, afinal “(...) as feministas desafiaram a prática de excluir mulheres da cidadania, argumentando que não havia ligação nem lógica nem empírica entre o sexo e do corpo e a aptidão pelo engajamento político.” (Scott, Joan, 2002, p.18), como é possível verificar na Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de 1791, escrita por Olympe de Gouges, na França. O mesmo tipo de desafio está presente na obra *Uma Vindicação dos Direitos das Mulheres*, de Mary Wollstonecraft, na Inglaterra, de 1792.

María Lugones (2014), ao desenvolver a teoria sobre a colonialidade de gênero, demonstra que a separação entre raça, classe, gênero e sexualidade como categorias distintas mantém a invisibilidade das mulheres de cor e de grupos sociais subalternizados. Esses não se enquadram no padrão moral, étnico-racial e social de humanidade concebido pelo sistema moderno/colonial. Então, enfatiza, com o conceito de colonialidade de gênero a importância da interseccionalidade entre as categorias. No sistema de poder capitalista global, o feminismo decolonial evidencia as resistências às relações de poder, teorizando as coalizões que buscam resistir às múltiplas opressões.

A colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado. Como tal, quero compreender aquele/a que resiste como oprimido/a pela construção colonizadora do lócus fraturado. Mas a colonialidade do gênero esconde aquele/a que resiste como um/uma nativo/a, plenamente informado/a, de comunidades que sofrem ataques cataclísmicos. Assim, a colonialidade do gênero é só um ingrediente ativo na história de quem resiste. Ao focar naquele/a que resiste situado/a na diferença colonial, minha intenção é revelar o que se torna eclipsado (Lugones, Maria. 2014, p.941).

Falar das mulheres que constroem as cidades no Brasil, na periferia de São Paulo, é falar da colonialidade que segue em curso e, como faz Lugones, focando naquelas que resistiram/resistem, é possível contar uma outra história, que foi invisibilizada nesse mundo todo fragmentado pela modernidade. Assim, ainda que fora do contrato social, ainda que subalternizadas, no cotidiano elas seguem fazendo o que é preciso todos os dias.

Para se tornar um megacidade, como define Saskia Sassen (1994), São Paulo passou por uma série de transformações ao longo do século XX. Para considerar o questionamento de quem são as mulheres que constroem as cidades, levando em conta tais transformações, é preciso destacar alguns fatores.

Algumas ideias de temporalidades, que muitas vezes se contrapõem, como a do tempo das mulheres (Garcia, Carla C. 2018), numa visão de tempo cíclico; o tempo cronológico, que segue em uma linha reta, onde o tempo do capitalismo se insere e, numa certa evolução desse, o tempo da flexibilidade do neoliberalismo (Sennett, 2002) serão base para se pensar as resistências. A migração, que também estabelece uma mudança temporal para os que vieram do campo para a cidade, juntamente com o deslocamento geográfico. Com o deslocamento geográfico, há a necessidade da reterritorialização, visto que os migrantes vão ocupando mais certas parcelas da cidade do que outras, estabelecendo comunidades e laços de solidariedade.

Haesbaert (2002) reflete sobre a multiplicidade de definições para o conceito de território, resumindo em dois binômios: materialismo-idealismo e espaço-tempo. Os territórios, para o autor, são gerados a partir das relações de poder que se materializam das relações sociais, que se dão no espaço. Assim, a desterritorialização e reterritorialização, também seguem existindo dentro dos binômios.

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), "técnico-informacional" (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...] (Haesbaert, 2002, pp. 132-133).

O conceito de comunidade aqui tratado se relaciona com o de tarefa civilizadora (Garcia, Carla C. 2018), onde as tarefas de cuidado exercidas pelas mulheres se dá, no nível do comum, onde o senso de comunidade surge. Já o conceito de solidariedade também é entendido partindo da interseccionalidade, pois, mesmo entendendo que não há hierarquia de opressão, as opressões funcionam dentro de um sistema que é múltiplo e, como já dito, cada categoria não pode ser tratada isoladamente, visto que “cada indivíduo experimenta graus variados de sanções e privilégios nos múltiplos sistemas de opressão que enquadram a vida de todos” (Collins, Patrícia H. 2019, p. 512). Nesse sentido, as formas de resistência também não são entendidas e categorizadas de forma isolada e estática.

(...) As abordagens dialéticas enfatizam a importância do conhecimento no desenvolvimento de pontos de vista autodefinidos, baseados em grupos que, por sua vez, possam fomentar o tipo de solidariedade de grupo necessária para resistir às opressões. Em contraste, as abordagens focadas na subjetividade enfatizam o modo como a dominação e a resistência constituem a agência individual e são constituídas por ela. Ambas as abordagens são conectadas por questões referentes à consciência. Na primeira, a consciência baseada no grupo aflora por meio do desenvolvimento de conhecimentos de resistência, como o pensamento feminista negro. Na segunda, as autodefinições e os comportamentos individuais mudam junto com a transformação da consciência relativa à experiência vivida cotidiana. O pensamento feminista negro engloba ambos os significados de consciência – nenhum é suficiente sem o outro (Collins, Patrícia H. 2019, p. 512).

Falar do tempo que o tempo leva nos fatores destacados é falar de como se dá a chegada em São Paulo das primeiras mulheres que aqui as histórias serão contadas, chegar no sentido dos motivos de migrar e das maneiras que vão

desenvolvendo para permanecer, buscando ouvir sobre as ocupações, trabalhos, relações amorosas, relações com a vizinhança, diversão e o que mais vai aparecendo na narrativa. Tendo as duas noções de tempo apresentadas como possibilidades, não como excludentes, mas como maneiras de se contar o que é ouvido, sendo possível apresentar resistências ao que é hegemônico.

Certos pontos da narrativa se destacam no que diz respeito ao interesse desta pesquisa, principalmente às formas de habitar e à relação com as políticas de habitação do país. Além disso, desde o começo, a solidariedade do contexto migratório parece ser um fator inerente e que, ousado dizer, são raízes importantes que vão brotar e florescer nos movimentos sociais em geral no período da redemocratização do Brasil e, aqui no caso, no movimento de moradia.

Assim, o tempo que o tempo leva também tem a ver com a chegada das mulheres de minha família em São Paulo, no mesmo período em que o bairro da Brasilândia nasce e vai se constituindo enquanto periferia da cidade. No entanto, muita coisa acontece antes que nossas histórias comecem a se cruzar, e isso é o que será contado neste primeiro capítulo.

Deixo desde este início uma observação sobre como as pessoas serão referidas ao longo do texto, visto que entre elas são irmãos, entre eu e elas somos tias e sobrinha, ou mãe, entre outras mãe e filhos, e avó e eu, enfim, os laços de parentesco que se diferem dependendo sobre quais relações se fala, assim, vou seguir o fluxo do pensamento e da referência entre as pessoas, não necessariamente o meu laço de parentesco com elas.

1.1. Tempo de chegada

Você perguntou por mim
O quê que eu vim fazer
Na cidade louca
Você perguntou por mim
O quê que eu vim fazer
Na cidade louca
Eu vim

Eu vim cantar
O choro da minha mãe, ô, menina
Eu vim chorar
(Você Que Perguntou - Josyara)

Quando minha avó materna, Ornelina, veio de Morpará - BA para São Paulo - SP, por volta de 1969, minha mãe, Alvenita, era criança. Uma de minhas tias mais velhas, a Dionísia, que já morava por aqui e trabalhava na fábrica de brinquedos da Estrela, tinha mandado duas bonecas para a pequena Alvenita, uma noivinha e uma Carmem Miranda. Não aguentando de saudade da mãe, após o tempo que para ela em sua realidade de criança pareciam anos, colocou as duas bonecas dentro de uma cuia e soltou na corrente do rio São Francisco gritando: “Vão buscar minha mãe lá em São Paulo!”.

A relação da cidade e dos corpos é discutida em diversas linhas teóricas das ciências sociais, da geografia, da filosofia, do urbanismo, etc. e ,no caso da cidade de São Paulo, é possível dizer que, se levada essa metáfora em conta, seu corpo foi se moldando junto com os corpos de pessoas reais de outros lugares que aqui vieram viver, ou melhor, o espaço é definido por Milton Santos, “como uma forma que não tem existência empírica e filosófica se a considerarmos separadamente do conteúdo, e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abrigou” (2014, p. 24-25). O recorte histórico aqui proposto é a partir da metade dos anos 1960, pois os corpos das mulheres de minha família materna começam a compor esta cidade neste período, quando as primeiras dentre elas migraram para cá.

Foi difícil escolher um ponto de partida, já que envolve a memória da história de um grupo de pessoas ligadas por laços familiares, mas não só. A chegada de minha avó, segundo as lembranças de minha mãe e o ano estampado em uma foto 3x4, se revela ter sido em 1969. No entanto, antes dela, aqui já viviam duas de suas filhas mulheres, por isso, um período anterior também é considerado. Assim, fazendo o conhecimento situado (Haraway, 1995), neste caso, começando pela geografia primeira do corpo dessas mulheres, minha avó e tias, seguida desse deslocamento espacial e de realidades completamente diversas, dentro de um período histórico do qual uma versão da história já foi contada e recontada, no que diz respeito à

construção da cidade pelos homens, aqui a história das mulheres e sua forma de construir a cidade é o que interessa.

[Imagem 1: Avó Ornelina - foto 3x4 de carteira de trabalho]



As motivações que movimentaram a migração das mulheres no Brasil em meados do século XX não estão separadas das dos homens. Sobre a migração interna do trabalhador do campo para a cidade, Eunice Durhan conclui que

Nota-se imediatamente que a migração não decorre, em geral, de uma situação anormal de fome ou miséria, desencadeada por calamidades naturais. Ao contrário, a emigração aparece como resposta a condições normais de existência (Durhan, 1975, p. 113).

Seguindo condições normais de existência, os processos migratórios de tal período tinham diversas motivações e eram feitos, em sua maioria, em coletivo, tanto familiar, não só nuclear, mas num entendimento expandido de parentes, conterrâneos e conhecidos, que se apoiavam, formando redes de solidariedade para essas grandes mudanças. Assim, a autora diz sobre a modificação das relações sociais antes da mudança geográfica, destacando a importância destas,

A migração consiste em abandonar um conjunto de relações pessoais permanentes que passam a ser esporádicas e integrar-se num outro conjunto de relações, que eram esporádicas e passam a ser

permanentes. Uma família que se muda não vai apenas morar em outro lugar - vai morar com outras pessoas. Desse modo, a movimentação é definida frequentemente antes pela alteração nas relações sociais que pela modificação do lugar geográfico de residência (...). Quando o trabalhador rural se desloca à procura de emprego, segue as rotas que foram seguidas por parentes antes dele (Durhan, 1975, p. 137).

Se debruçar sobre a chegada das mulheres nas grandes cidades, aqui com o foco na cidade de São Paulo, ouvindo sobre suas ocupações, sobre os lugares que viveram e habitaram, tem por objetivo contar a nossa história, assim, também contar a história da cidade, não só no que diz respeito ao trabalho, mas, sim, toda essa rota seguida e a rede de sociabilidade que essa pressupõe.

Quando o tempo de chegar em São Paulo é representado por tal período, os anos anteriores a estes não são ignorados, já que o processo migratório dessa população começa em etapa prévia, na qual a migração nordestina é destaque, mas não só. José de Souza Martins (2000) relembra a expressiva migração de Minas Gerais também, principalmente nos anos 1950. Aqui já destaco que nada que acontece/aconteceu na cidade parece coincidência, como geração posterior do encontro dessas duas migrações, família materna baiana e a paterna mineira, ao longo dessa pesquisa, o cotidiano (Martins, 2000) e a experiência da vida dessas pessoas foi se destacando como a história que ajuda a narrar a história da cidade, como fonte de informações e que possibilitam abordar a complexidade de gênero, raça, classe, sexualidade, idade etc. Tendo a narrativa da história pessoal, como escreve Garcia,

A história pessoal nada mais é do que a narrativa de ações descontínuas. *Conhecer-nos é reencontrar-nos nessa poeira de acontecimentos pessoais. É num grupo de decisões experimentadas que repousa nossa pessoa.* Se o que criou a história da humanidade foi a narração, não recitação - equivale dizer que não nos recordamos por simples repetição - devemos tecer nosso passado com os fios do tempo que é sempre cheio de nós (Garcia, 1998, p. 14).

A história da família materna se destaca, pois, minha fonte bibliográfica viva principal é a memória de minha mãe sobre sua vida, a migração de sua mãe, de suas irmãs, parentes, conterrâneas e agregadas. Vou mesclar as narrativas de minha mãe com as minhas próprias, pois, tendo minhas próprias memórias de narrativas de outros

membros da família, vou tecendo a colcha de retalhos das histórias dessas mulheres que se entrelaçam.

a. A AVÓ - Ornelina

Então a mãe ficou doente, a dona Orna, né? Ornelina Maria da Conceição (...) E então naquela época precisava ter uma pessoa que tinha pagado o INSS, que ela poderia ser dependente, e tinha a Celita que era filha solteira, a Dionísia era casada e não podia botar a mãe como dependente dela. Então, a Celita botou a mãe como dependente, ela trabalhava na Souza Cruz, né? Então tinha CLT. E aí foi onde ela conseguiu, aí a mãe operou. O Joel e a Celita alugaram uma casa na Vila Medeiros e foi assim que começou a vinda da família para São Paulo (Alvenita - minha mãe).

A lembrança que carrego de minha avó é de seus cabelos lisos e prateados. Quando eu nasci, ela já não era a mulher que fora um dia, ao que me contavam, pois estava em uma cadeira de rodas e falava com muita dificuldade, consequência de alguns acidentes vasculares cerebrais, o famoso derrame. Sua vida tinha sido muito dura, me diziam.

Ao passo que minha mãe e tias sempre me contavam sobre fartura e vida boa nos tempos da Bahia, que tinha peixe pescado direto do Rio São Francisco, casa de farinha com tapioca sempre, muitas comidas cultivadas, produção de derivados da cana, etc. A difícil vida de minha avó e esse paraíso não pareciam ser compatíveis na minha cabeça de criança.

Até que fui ficando maior e os assuntos proibidos não me eram mais ocultados. Primeiro, fiquei sabendo que minha avó tinha fugido do meu avô. Achei que ela era uma heroína. Depois, contaram a versão com maiores detalhes, que ela precisou tratar um problema no útero que só se resolvia em São Paulo. Assim, depois disso, decidi não voltar mais.

A questão é que a figura do meu avô nunca aparecia nas narrativas e, depois, fui entender.

A menina que foi obrigada a casar com treze anos, com um homem de quase trinta, - conta minha mãe, muito brevemente, sobre essa parte da vida de minha avó, pois, diz que dessas coisas só as irmãs mais velhas se lembravam - depois de parir doze filhos, sofrer diversas violências e abusos, teve em seu corpo doente a resposta e a saída para nunca mais ter voltado para a Bahia.

Então, a vida que construiu na cidade de São Paulo, junto de suas filhas e filhos, como rede de solidariedade para familiares e conterrâneos nesse processo migratório da época e, posteriormente, transformando tal conhecimento em meio de sobrevivência e ganha pão, quando de casa acolhedora se transformou em dona de pensão, é a história que está sendo contada.

b. AS TIAS - Nisa e Cé

Eu tinha apenas 11 para 12 anos. No início foi tudo uma vinda de irmãos, né? Primeiro que veio foi o Joel. Aí depois a Dionísia, que foi a fonte de tudo, né? A Nisa, que a gente chama. Dionísia Ribeiro. Ela casou muito jovem e veio para São Paulo depois que constituiu a família. Casou lá na Bahia e veio para São Paulo. E ela foi iniciando o transporte de lá para cá dos irmãos. Primeiro ela trouxe Celita. Que já tinha ela eu Joel aqui, ela trouxe a Celita, que era uma das irmãs mais velhas entre as 7. Daí a Celita começou a trabalhar, com registro em carteira, na Souza Cruz. (Alvenita - minha mãe)

A primeira a vir para São Paulo foi Dionísia, Nisa, como a gente chamava. Veio com seu marido, o tio Gilberto. Ela era costureira de roupa de boneca na fábrica da Estrela. Ele trabalhava como cozinheiro e pizzaiolo. Ela foi a principal articuladora da vinda de outras pessoas da família e conterrâneos, por sua vida financeira ser mais estável. E, também, tinha uma grande capacidade de articulação, que era um traço profundo que carregava consigo.

A Celita, Cé, como a gente chama, veio depois, com a rede já estabelecida pela irmã mais velha, e logo conseguiu um emprego como operária na Souza Cruz.

Detalhes sobre a vinda delas, onde moravam nos primeiros tempos, o processo de conseguir tais trabalhos... ficam como uma lacuna aqui. De uma forma geral, sei

que a tia Nisa sempre morou na zona leste. E a tia Cé passou por movimentações e mudanças junto com os outros que chegaram posteriormente à minha avó.

Para a vinda da mãe, Ornelina, as duas se articularam com uma série de coisas; primeiro, com a urgência da questão de saúde, que necessitou de diversas documentações para colocar a mãe como dependente de Cé, visto que o atendimento médico da época era garantido apenas para os trabalhadores com carteira assinada; depois, com questões de moradia e a vinda de suas irmãs e irmãos na sequência. Sendo os filhos menores, que ficaram em Morpará, a preocupação maior da dona Orna.

c. A MÃE - Alvenita

Aí em 69 minha mãe já tava operada, passou um período veio a Letícia. Depois minha mãe pedia muito para vir nós, os mais jovens, né? Que era três que ficou lá, na verdade era quatro: Letícia, eu Alvenita, Linda e Joedson. Aí depois foi onde um período que a gente acha que era muito longo, mas como criança, né? Imaginava que era muito tempo. E a gente sentia a ausência de mãe, aí nós, os três pequeno, os quatro né, Letícia veio primeiro, depois minha mãe pediu para trazer os três menores. A gente veio já tinha uma casinha alugada na Vila Medeiros, atrás da igreja Nossa Senhora do Loreto e todos irmãos mais velhos já trabalhavam. (Alvenita - minha mãe)

A vinda de minha mãe, Alvenita, chamada pela família de Venitinha, foi acompanhada de duas irmãs e um irmão, Letícia (Lé), Lidenil (Linda) e Joedson (Badé), ou seja, os quatro filhos mais novos que permaneceram com o pai. Ele veio trazê-los a pedido da mãe. Vieram de pau-de-arara um longo pedaço de caminho, até Bom Jesus da Lapa, depois pegaram um ônibus velho até Vitória da Conquista e de lá pegaram um outro ônibus que desembarcava na antiga rodoviária da Luz, numa noite fria, com garoa, talvez, uma típica recepção paulistana da época. Eles não tinham roupas adequadas, pois, de onde vieram não fazia frio, se agasalharam com sacolas e receberam doação de sopa de alguma instituição que passou por ali. Ficaram muitas horas aguardando o conhecido que os guiaria até a Vila Medeiros,

onde a mãe e os irmãos os aguardavam. O pai só veio trazê-los mesmo – um tempo depois voltou para casa na Bahia.

Lé já tinha vindo em um momento anterior para ajudar a cuidar do filho de Nisa, mas logo voltou para a Bahia para poder cuidar dos irmãos. A ocupação das meninas mais velhas em cuidar dos familiares menores continuou a acontecer depois dessa chegada de todos. Letícia já estava maior e conseguiu trabalho de babá. Alvenita primeiro cuidou dos filhos do irmão, Joel, para ele e a cunhada, Zenilda, poderem trabalhar; ela era copeira no hospital Cruz Azul e ele, cozinheiro. Depois, foi cuidar dos filhos da irmã Nisa, que, neste momento, já eram três.

Depois desses primeiros anos de infância, onde dividia seu tempo de escola e o cuidado dos sobrinhos, além da pensão, minha mãe trabalhou, em sua juventude, principalmente, na área de confecção de roupas como arrematadeira e outras funções.

Naquele tempo era muita alegria porque nós chegamos aqui, os irmãos trabalhando, tinha uma fartura de tudo, de comida... O Joel, levava muito comida das cozinhas que ele trabalhava... Zé Ribeiro, levava pão... Letícia levava coisa que ela ganhava, muito também dos patrão dela, quando ela era babá. Então nós viemos de lá muito pequenos. Eu lembro que meu pai tinha condições na Bahia, mas perdeu tudo nas épocas de secas. E eu acho que hoje a gente é muito feliz. Teve muita luta e muito sofrimento morando naqueles cortiços, mas a gente criança era tudo alegria junto da mãe. Tava junto da mãe. Porque o difícil era ficar longe da mãe (Alvenita - minha mãe).

É certo que o Rio São Francisco não deságua em São Paulo, para que as bonecas tenham conseguido dar o recado de Alvenita para Ornelina, mas, assim como tantas outras, cada uma das que já foram citadas aqui tiveram suas motivações para migrar. Motivações que se cruzaram. A irmã mais velha que abriu o caminho para a outra. Os homens que vieram primeiro, para depois buscar as esposas. As filhas que fizeram o caminho para a vinda da mãe e, durante esse processo, a vinda dos demais irmãos, não só dos mais novos, pois, dos doze filhos de minha avó, neste período tratado, nove migraram. Isso só levando em conta os filhos de sangue, pois, dona Ornelina tinha criado alguns filhos de coração e estes também vieram ao longo dos anos.

[Imagem 2: Mãe Alvenita - foto de quando ingressou na escola em São Paulo]



1.2. Vila Maria - Dos cortiços à pensão

Aí minha mãe ficou boa, meus irmãos começaram a trazer conhecimento daqui de São Paulo, dos amigos que trabalhavam juntos nas padarias, nas lanchonete, e a mãe começou lavando roupa para esses jovens, esses migrantes do norte e nordeste, conterrâneos. Desse conhecimento, a mãe começou a abrigar os conterrâneos que vinham da Bahia, parentes, primos, assim de longe, conterrâneos. E aí começou a dar aquele acolhimento familiar, depois cada um seguia seu caminho. As mulheres iam para o caminho doméstico, os contatos com outros conterrâneos que indicavam as primas para serviço doméstico, casa de família. E os homens lanchonete, padaria. Essas coisas assim eram as oportunidades dos nordestinos do meu lado, do que chegou aqui. E a gente criança já fomos... minha mãe procurou escola, a gente já foi para o primário, todo mundo no primário, primeiro ano ou segundo. Eu já entrei no segundo, que eu já tinha cartilha (Alvenita - minha mãe).

Como já mencionado, chegando em São Paulo, minha avó se instalou na casa que as filhas já haviam preparado para recebê-la, na Vila Medeiros. Ali, por pouco tempo, ficou ela, Cé e o filho José, que era padeiro.

Explicar a casa é importante, pois, desde a chegada, a família passou por diversas parecidas. Por alguns anos, viveram em cortiços³, onde a família toda dividia um único cômodo, que servia de quarto e cozinha e, no geral, o banheiro era na área externa, sendo utilizado por todos os moradores do local. Viveram nesta parcela da cidade por longo período, entre Vila Guilherme, Vila Medeiros, Jardim Japão e Vila Maria.

Depois de recuperada da operação, Ornelina se ocupou de diversas funções: foi costureira, lavadeira, cozinheira – tudo fazendo em sua casa, prestando serviço. Sua casa se tornou o primeiro pouso para outros migrantes, de início parentes e conterrâneos, até que estes conseguissem trabalho e local próprio para morar, alguns deles, mesmo depois de já estarem trabalhando, continuavam a viver lá, pois, ela também lavava, costurava e cozinhava para estes, que passavam a contribuir financeiramente com a casa.

Assim, um tempo depois, por já ter acumulado essa capacidade de receber pessoas e auxiliar nessa rede para que elas conseguissem se estabelecer em São Paulo e, também, por incentivo de uma conhecida que tinha uma pensão na mesma região, ela resolveu montar a sua própria. Era uma prática bem difundida na região onde moravam.

Nesse período a mãe costurava para fora, lavava roupa para fora, dos meninos que trabalhavam com os filhos dela, né? Os irmão trazia as roupas sujas e ela lavava e depois os próprios amigos levavam, meus irmãos levavam para os amigos da padaria e da lanchonete. Sim, ela fazia uns concertos de costura. Aí foi aonde ela passou a vir morar numa casa maior. E aí juntou mais pessoas, veio uns primos, a mãe apoiava até eles trabalharem, tinha uns que não ia mais embora, ficava morando com a gente para ajudar a pagar aluguel, para comer também, para ajudar a comer melhor. E morou com a gente bastante

³ Em levantamento sobre os significados do termo cortiço nas cidades brasileiras, no século XIX e XX, Claudia Muniz (2021) apresenta que, “é lícito incluir os cortiços em um grupo mais amplo de habitações coletivas buscadas pelas camadas mais pobres no meio urbano e produzidas para aluguel na virada dos séculos XIX e XX. Dentro desse grupo, destaca-se a existência de vários termos e tipologias, tais como “cortiço-corredor”, “cortiço-casa de cômodos”, “vilas” e “correr de casas geminadas”. O modelo mais comum em São Paulo era o primeiro, formado por uma série de cômodos dispostos ao longo de um corredor ou pátio, no qual estavam alocados o banheiro compartilhado e a área de lavagem de roupas. [...] para os proprietários e/ou investidores privados, o objetivo da construção de cortiços era a obtenção de lucros com poucos recursos.” Definindo algumas diferenças, com o passar dos anos, da seguinte forma: dos anos 1940 aos 1960 - casas menos adequadas, miseráveis e moradias infra-humanas; dos anos 1970 e 1980 - habitação subnormal coletiva de aluguel.

primos. Aí depois veio aquele conhecimento, que já tinha uma baiana que tinha uma pensão na Vila Maria, que era a França. Aí a vó Chica também que já acolhia bastante baiano. Que a Chica é a minha sogra, né? Que foi minha primeira sogra, e aí ela também fazia o mesmo estilo da mãe, mas aí a mãe decidiu montar a pensão. (Alvenita - minha mãe)

[Imagem 3 - 4: Avó Ornelina, em sua máquina de costura. Genro e cumpadre ao fundo.- Foto em seu quarto na última pensão.]



Ao certo, não sabemos quantos anos durou, mas foi mais ou menos entre 1973 e 1985, mais certeza do fim do que do começo, pois, deixou de cuidar da pensão quando teve um AVC – não era o primeiro, mas foi no que fez ela não andar mais.

Ao longo dos anos, teve uma pensão feminina, que durou pouco tempo. Depois, montou a masculina, que passou por duas locações diferentes, pois, por conta do número de pensionistas, após um tempo, precisou mudar para um local maior. Todas elas ficavam na Vila Maria. Esta parcela da cidade, assim como tantas outras, concentrava um número grande de migrantes nordestinos.

A pensão estava localizada próxima à empresas de transporte, não só de ônibus, também de caminhões que levavam e traziam diversos tipos de produtos pelo Brasil. Os pensionistas eram, então, em grande parte os funcionários dessas empresas, além dos que trabalhavam no comércio, principalmente na área de

alimentação, como cozinheiros, padeiros, pizzaiolos, garçons etc., tal qual a maioria dos próprios homens da família.

A pensão também virou fonte de renda, complementar ou única, para algumas das filhas mulheres, pois elas lá auxiliavam em horários que não estavam trabalhando ou que os filhos estavam na escola. Cé, Venitinha e Dionice (Nice), foram as que mais estiveram presentes nessa divisão de funções dos diversos trabalhos que eram feitos ali. Como casa, trabalho, local de convivência múltiplo, ali se cozinhava, lavava, passava, plantava remédios, criava galinhas, era local de diversão dos netos e muitas outras coisas. Também era a casa de algumas pessoas da família, principalmente dos filhos. No entanto, a maioria já tinha se casado e não moravam mais com a mãe.

[Imagem 5: Avó Ornelina cuidando das galinhas no quintal da pensão.]



[Imagem 6: Avó Ornelina, netos, genros e pensionistas - Cozinha da pensão.]



Muitos casamentos aconteceram ao longo de todo esse processo, algumas filhas e filhos casaram antes, outros depois da migração. Quase todos se casaram dentro da rede de parentes e conterrâneos. Com exceção da tia Lé e Linda, que casaram com pessoas que conheceram em São Paulo e não faziam parte dessa rede direta ou indireta da migração de seus parentes e conterrâneos.

Ser uma mulher que foge dos abusos do marido, que recebe os diversos parentes e conterrâneos em sua casa e depois monta a própria pensão, não fez exatamente só uma boa fama de minha avó; ela e suas filhas eram acusadas com diversas difamações. Dentre essas difamações, a principal era a de que elas, além de todos os serviços prestados já descritos, seriam prostitutas, que minha avó era a cafetina das próprias filhas. Apesar de ser um tema constrangedor, me lembro que quando ele surgia nas conversas, gerava diversas reações nas mulheres de minha família: silenciamentos pela vergonha que esse tipo de acusação causava, revolta por não se poder ser mulher e querer ter um mínimo de liberdade e, depois de um tempo, ironizavam tal situação, fazendo piadas sobre.

Esse tipo de acusação não é novidade para as mulheres. Diz sobre a sociedade patriarcal e misógina na qual estamos inseridas. Na separação entre o público e o privado, as mulheres de cada classe vão ter seus espaços definidos na cidade, as mulheres consideradas as mais “públicas” (Perrot, Michelle. 1998) eram as mulheres do povo e as prostitutas, estando presente e transitando em diferentes espaços nas cidades, tais condições se confundem e, em diferentes situações, colocadas como degradação a ser controlada.

Com tudo isso, quando penso na pensão de minha avó, logo a imagino a partir de uma visão feminista, onde as maneiras de fazer femininas é a política das mulheres, como descrito por Sottosopra/Librería de Mujeres de Milán:

No hablamos ya del feminismo que en este punto, repetimos, se ha quedado atrás, como hechizado por la representación de una eterna desventaja femenina. De lo que hablamos es de política de las mujeres, entendiendo como tal sencillamente la política, en tanto que son hoy las mujeres, más que los hombres, quienes hacen frente a las tareas más arduas y a las contradicciones más elementales de la sociedad que cambia . La política de las mujeres (y no nos referimos a este o a aquel grupo o proyecto o sigla sino al obrar según el sentido libre de la diferencia femenina) encara el problema de las relaciones con los hombres, no como problema sociológico o psicológico, sino radicalmente como pregunta en torno al deseo, a la diferencia sexual y a la relación de ambos con el dominio (1996, p. 176).

Realizar tarefas árduas e enfrentar as contradições mais elementares estava no cotidiano da vida de minha avó e suas filhas em todo o contexto de migração e no processo de se estabelecerem na cidade, o que busquei demonstrar, tanto individual, na singularidade da história de cada uma, quanto coletivamente. A família quase toda migrou e isso foi uma preocupação coletiva, que todos pudessem vir para ficar juntos, ao mesmo tempo que davam guarida para outras pessoas que não da família nuclear. Os laços de solidariedade estabelecidos e cada mínimo gesto feito por essas mulheres durante esse processo foram de extrema importância para quem foi recebido. A política das mulheres e o trabalho por elas exercidos foi nomeado de tarefa civilizadora pelas feministas da diferença,

Procurando palavras adequadas para expressar toda a riqueza e valor dos trabalhos das mulheres, as autoras consideraram conveniente

chamá-los de *tarefas civilizadoras*, já que consideram o termo trabalho demasiadamente restrito para alcançar toda a complexidade das atividades e propõem o conceito de tarefa: mais neutro e ao mesmo tempo complexo, capaz de incorporar novos conteúdos e novos valores. (Garcia, 2018, p. 22).

Assim, valorizando as tarefas civilizadoras empregadas por elas ao longo desses anos, acredito ser importante falar sobre a ocupação dessas mulheres no mercado de trabalho neste período e entender como, dentre todas as tarefas que elas exerceram, em qual setores do mercado elas estavam. Conforme fui apresentando as pessoas, a profissão e o grau de parentesco foram sendo mencionados. Recapitulando, acrescentando as profissões que algumas se tornaram depois:

[Tabela 1 - Trabalho de cada mulher da família que aparece no texto.]

Mulheres		
Pessoa	Parentesco	Atividades
Ornelina	Avó	Atividades informais/ Pensão
Alvenita	Mãe	Atividades informais/ Arrematadeira/ Cuidadora de idosos
Dionísia	Tia	Costureira em Fábrica (Estrela)
Celita	Tia	Operária (Souza Cruz)/ Atendente de Enfermagem
Dionice	Tia	Atividades informais/Pensão
Letícia	Tia	Babá/ Cabeleireira
Zenilda	Tia (esposa do tio)	Copeira em hospital

Segundo dados sobre População Economicamente Ativa - PEA, nos anos que abrangem o recorte temporal aqui tratado, as mulheres de minha família se enquadram no que era apontado pelo levantamento, no que diz respeito às ocupações formais, estando nos setores secundários e terciários:

Dados sobre a distribuição da população economicamente ativa masculina e feminina no período analisado, por setor de atividade (Tabela 12), mostram a ocorrência, no período de 70 a 83, de uma sistemática perda da importância relativa da absorção de mão-de-obra no setor primário, válida para todos os trabalhadores e mais intensa no pólo mais industrializado. Ao mesmo tempo, há um aumento relativo da PEA ocupada na indústria e no terciário, que se expande na esteira do processo de industrialização e burocratização (Bruschini, 1989, p.32).

Já no que diz respeito às atividades que não se enquadram em trabalhos formais, incluindo a própria pensão, que não era algo formalizado, e, também, as tias que tinham a pensão da avó como fonte de renda, os estudos da época apontavam o que tal realidade demonstrou:

Além da atividade informal apreendida através das fontes censitárias, inúmeras outras atividades produtivas, essenciais para a subsistência dos indivíduos, nem mesmo chegam a ser apropriadas para cálculo do produto interno bruto. Permanecem invisíveis nas estatísticas sobre trabalho, parte do que alguns analistas denominam economia subterrânea (Lima, 1985). Nela estariam incluídos indivíduos que, além de um emprego formal regular executam outras atividades remuneradas não declaradas, bem como pessoas classificadas como inativas - estudantes, aposentados, donas-de-casa e inválidos - exercendo atividades ou prestando serviços mediante remuneração. A atividade econômica dos inativos, porém, devido a natureza dos estudos censitários, só pode ser apreendida em pesquisas voltadas para esta finalidade. Na pesquisa de emprego e padrão de vida realizada pelo DIEESE, em 81 na Grande São Paulo, o conceito de trabalho inclui a categoria "biqueiros", na qual estão classificadas certas atividades informais ou "bicos", realizadas dentro ou fora de casa, geradoras de rendimentos (Bruschini, 1989, p.39).

Para Durhan (2011), a categoria migrantes, em sua visão antropológica, neste período, foi escolhida, pois, o trânsito das pessoas não possibilitava a categorização delas a partir do trabalho que desempenhavam camponeses e operários. Não tinha categoria de trabalho que os definisse. Tal questão não foi uma realidade na migração

das mulheres de minha família. Algumas até não tinham um trabalho formal que as definisse, mas, o trabalho informal e as outras tarefas que desempenharam as definiram muito bem no processo de migração.

[Imagem 7: Mãe Alvenita, com irmã, Lívia, recém nascida no colo - Quintal da pensão.]



Do cotidiano nas casas de Ornelina, dos cortiços à pensão, as formas de se organizar, de se relacionar amorosamente, os trabalhos que os que ali habitavam desempenhavam, as difamações que dali surgiam, e as demais coisas aqui descritas, buscando seguir uma perspectiva feminista, destacando as mulheres que assumem funções cruciais na condução da vida e da sociedade, ainda sobre as tarefas civilizadoras:

As mulheres nunca esquecem que um corpo infantil, doente ou envelhecido - simplesmente um corpo humano - precisa ser atendido como tarefa prioritária, à margem de qualquer vicissitude. E elas não apenas atendem às necessidades puramente físicas, mas também ao mesmo tempo às necessidades subjetivas destes corpos. Pois, se a biologia é nossa condição material, também nos construímos como seres sensíveis e sociais na prática da relação. (Garcia, 2018, p. 30-31)

As tarefas civilizadoras executadas por Ornelina e suas filhas transcendem o âmbito do trabalho formal, englobando atividades fundamentais para a sobrevivência na migração e em fazer da cidade de São Paulo sua nova casa e de muitas outras pessoas. Além disso, os laços sociais, que se desdobraram em se estabelecer na Vila Maria como território, fizeram com que laços de solidariedade e uma comunidade pudessem se desenvolver.

A forma de organizar a moradia entre essa rede de pessoas, seu caráter coletivo, expressa traços que podem dizer muito sobre o que será apresentado nos próximos capítulos sobre os movimentos sociais por moradia e luta por espaço na cidade, sabedorias e formas de fazer, que foram acumulados por essas pessoas ao longo dos anos.

1.3. Mesmo tempo e outro espaço: Brasilândia, para onde a cidade cresce

Como já disse, nada aqui é coincidência.

Os enlaces das histórias das outras mutirantes do Brasilândia B4 - Garras e Lutas com a cidade de São Paulo também vão se dando como acontece com a minha família, como é o caso da dona Maria - Maria Madalena de Souza -, de 86 anos, que conta a história de sua vinda com sua família para a cidade de São Paulo, quando tinha por volta de 7 anos de idade, ou seja, em meados dos anos 1940. Eles eram do interior do estado, já próximo do Paraná, de uma cidade chamada Pirapozinho. Primeiro, sua família morou na região de Pinheiros. Depois, quando ela era adolescente, se mudaram para a região da Brasilândia.

Antes de falar da Vila Brasilândia que vai se constituir a partir dos anos 1990, com a construção da Gleba B de conjuntos habitacionais da CDHU, é importante localizar o distrito da Brasilândia⁴.

Dona Maria conta que iniciou os estudos logo que se mudou para São Paulo e que, quando estava com dez anos, começou a trabalhar cuidando de crianças, mas

⁴ O distrito da Brasilândia, hoje constituído por mais de 47 bairros, conta com uma população de 243.23, sendo o 8º mais populoso da cidade e o primeiro da zona norte, segundo dados do IBGE de 2022.

que continuou os estudos, mesmo trabalhando. E quando adolescente passou a trabalhar em dois empregos, o de doméstica/babá e em lanchonetes, na região da Consolação e também na Lapa.

Nós mudamos para o Penteado, aliás, não é bem Penteado, ali é Maracanã. Até a Igreja de Zinco, em cima, é Maracanã [...]. Aí é era um quarto, sala e cozinha, e tinha, assim, um pedaço que dava criar galinha, tinha cachorro... Aí a minha irmã subiu na avenida lá perto da igreja e tinha um negócio de terreno, vendendo terreno, né? Aí ela veio falou para minha, "Mãe, tá bom da gente comprar um terreno ali na frente, que não precisa pagar aluguel". Aí a minha mãe falou, "Espera um pouco que eu vou lá ver". Aí minha mãe foi lá, para ver se fechava o negócio. Aí comprou o terreno. Aí meu pai fez um barracão para poder mudar, para depois melhorar. Logo no começo não tinha água, era poço, mas logo foi melhorando, depois veio a água da rua e ficou melhor. (Maria M. de Souza)

Contar a história da Brasilândia é como contar a história de outras periferias. A cidade vai crescendo e suas periferias vão se adensando. Ali vão habitando os que chegaram de outros lugares, os que buscam o melhor de vida, vindos nos diferentes momentos dos processos migratórios e imigratórios, já que foram anos para São Paulo se tornar o que era nos anos 1990. Período este que interessa a esta pesquisa, pois será onde todo esse fluxo desemboca, onde a história dessas mulheres e do Conjunto Habitacional Brasilândia B-4, Garras e Lutas, vai acontecer e se estender até os dias de hoje.

A Brasilândia vai crescer, a partir da Freguesia do Ó, um dos bairros mais antigos da cidade, em sentido à Serra da Cantareira. Sendo um dos bairros que mais cresceu de forma irregular, carrega em si as tensões, dificuldades e resistências. Segundo a pesquisa de Cecília Angieli sobre a região, em termos de ocupação, pode ser dividida em três momentos:

Área ocupada a partir da década de 1940, caracteriza-se por moradias consolidadas com trechos favelizados. Área ocupada a partir da década de 1970 e caracteriza-se por áreas regularizadas, Loteamentos Irregulares e Favelas em sua maioria consolidadas. Área ocupada a partir da década de 1970 até os dias de hoje, sendo sua principal expansão a partir da década de 1990, com a expansão dos

loteamentos clandestinos e favelas sobre a Serra (Cecília Angileli, 2007, p. 50).

Sônia Biaschin (2021), escritora, guardiã das memórias da Brasilândia, integrante do Sarau da Brasa⁵, ressalta a importância de contar a história da constituição de tal território com todas as relações que carrega com a história do Brasil. Primeiro, tendo relação direta com a Freguesia do Ó, de onde partiam os Bandeirantes que, no projeto colonial, exerceram a função de explorar, oprimir muitos povos originários, tudo justificado pelo projeto de expansão sem limites e subalternização da modernidade. Segundo, a expansão do território se deu com a expulsão das pessoas que viviam em cortiços no centro da cidade, em sua maioria negros – que tinham sido escravizados e/ou seus descendentes –, a partir de um projeto de alargamento das avenidas São João e Prestes Maia. As pessoas foram morar na Brasilândia atraídas pelos preços baixos dos terrenos.

Por lá, também, já se encontravam sítios e chácaras de imigrantes portugueses, italianos, japoneses e espanhóis, depois vieram os comerciantes libaneses e também os nordestinos para trabalhar na construção civil durante o período da ditadura militar. Como toda a periferia, a ocupação se deu de maneira irregular, terrenos foram loteados clandestinamente, surgiram as favelas e várias casas foram construídas em regime de mutirão e também em áreas de risco (Biaschin, Sônia. 2021).

E, como quem escreve a história nos próprios caminhos que anda, dona Maria foi se mudando dentro da Brasilândia e vivendo a história de cada um dos bairros que se expandiram.

Eu me mudei lá para Vila Bancária, que é perto do de onde tem um hospital [...]. Eu mudei para lá e minha mãe ficou na Vila Maracanã. Então, meu pai ficou doente, aí foi internado. Quando ele ia fazer a

⁵ Importante movimento cultural de resistência da Brasilândia - Sarau da Brasa, para mais informações acesse: <https://www.instagram.com/saraudabrasa/>

operação eu resolvi mudar de volta e fui morar no fundo, eu fiz um quarto e mudei para ajudar minha mãe. Aí eu fui morar na vila, na Elisa Maria. Eu fui morar no Elisa Maria. Mas lá era quase que começo, e era uma bandidagem daquela lascada, menina [...] minha casa que eu morava tinha um corredor, depois lá na frente tinha as casinhas também, era uma viela com escada, e o que eles faziam, eles sabiam que daqui dava para eles correr quando a polícia vinha, dava passar por dentro do meu quintal e pular por cima do telhado e saía lá na outra rua. Daí quando ouvia o portão bater, já sabia que era eles que tava passando lá correndo, passando por cima do telhado. (Maria M. de Souza).

E foi morando na Vila Elisa Maria que ela conheceu o movimento de moradia. A casa de sua mãe era própria, aquela do terreno que compraram em alguns anos que já moravam na Brasilândia. No entanto, dona Maria passou a viver de aluguel e, com isso, viu a possibilidade de ter a sua casa própria. Mas essa parte será contada num próximo capítulo.

Se a história de dona Maria se entrelaça com a da Brasilândia⁶, como a de minha família se entrelaça com a de Vila Maria e com alguns bairros da zona leste, é possível fazer aproximações e diferenciações no que diz respeito às motivações para migrar, na origem, na raça, etc., o que vai influenciar as diferentes experiências dessas famílias e dessas mulheres até que se encontrem na questão em comum que vai uni-las: construir suas casas coletivamente.

Outra categoria proposta por Eunice Durhan em sua obra é a “melhor de vida”, sendo “(...) a forma pelo qual o desejo e a escolha pela migração surgem é uma coisa que deve ser estudada dentro de seu significado” (2011, p. 298), é a busca por acesso à uma série de direitos que a cidade oferece, não necessariamente só as grandes cidades, como o consumo, escola, saúde e outros serviços públicos. Assim, a moradia

⁶ Para ouvir a história da Brasilândia contada entrelaçada à de outra mulher, uma figura emblemática, no mesmo período do recorte temporal desta pesquisa - 1970/80, indico o podcast Nenê da Brasilândia: “Um distrito periférico na Zona Norte de São Paulo deu nome a uma grande personagem: Nenê da Brasilândia. Floripes Souza de Oliveira comandou o maior esquema de tráfico de drogas na cidade de São Paulo entre as décadas de 1970 e 1980. Sua história é desconhecida pelo grande público. Mas ainda vive no imaginário e na memória do bairro da Brasilândia. Para alguns, uma comerciante ponta-firme, que protegia e cuidava da comunidade. Para outros, uma bandida cruel que teve o que mereceu ao ser assassinada na porta da própria casa, em 1989. Nenê fez amigos e inimigos no crime, na polícia e na política. E conciliava a vida no crime com o cuidado e carinho com os filhos. Ao longo de 8 episódios, este podcast, produzido pela Rádio Novelo, resgata a história de Nenê da Brasilândia, a fim de entender o que a vida dela nos conta sobre a história do Brasil” (Rádio Novelo, 2023).

digna pode ser entendida dentro deste conceito também. O significado disso para as mulheres pode ser bastante profundo e se trata de fazer as cidades habitáveis, ainda que as cidades sigam sendo dos homens.

[...] os principais tomadores de decisão das cidades, que na maioria ainda são homens, de política econômica urbana ao planejamento de moradias, da locação das escolas, ao assentos dos ônibus, do policiamento à remoção da neve, sem tomar conhecimento, muito menos se preocupar como essas decisões afetam as mulheres. A cidade foi criada para apoiar e facilitar os papéis tradicionais do gênero masculino e estabelecendo as experiências dos homens como “regra”, com pouca consideração de como a cidade cria bloqueios para as mulheres e ignora seu contato diário com a vida urbana (Kern, Leslie. 2019, p. 19).

Assim, as questões estruturais que isso implica não são ignoradas pela reflexão proposta neste trabalho, pois, olhar para a vida de algumas mulheres, como as de minha família, de dona Maria e de Lúcia, que tiveram o teto como um possível condicionante para chegar num lugar “melhor de vida”, gera a questão sobre se as gerações posteriores apresentam mudanças expressivas no que é dito estrutural. Ou seja, será que essa garantia básica teve efeito nas filhas e netas como eu?

Já respondendo que sim, contar a história desde a avó, as tias e minha mãe, chegando na minha, juntamente com as das vizinhas, todas elas se misturando, segue nesse sentido de valorizar qualitativamente as vidas dessas mulheres que, vistas em termos estruturais e numéricos, parece não mudar, mas, parando para ouvir o que temos para contar sobre nós, falaremos sobre a cidade e tudo mais o que quisermos, mostrando o que só é possível por conta do que fizemos.

2. TEMPO DE MORADIA POPULAR NO BRASIL

Se fosse para inventar essa história do zero, acho que não teria criatividade o suficiente tal qual a realidade se apresenta, organizá-la em uma narrativa já é bastante desafiador. Desde que chegaram em São Paulo, as mulheres de minha família passaram por todo tipo de moradia considerada popular. Desde os cortiços e as pensões, que eram, no geral, irregulares, num sentido amplo de entender o direito à moradia digna e a questão enquanto política pública. E logo se engajaram em lutas na busca de garantir tal direito para elas e suas famílias.

Para pensar a cidade de São Paulo ao longo dos tempos que aqui são levados em consideração para a reflexão também é preciso levantar a questão do não acesso à terra pelas pessoas pobres, que remonta de muito antes do que o período histórico aqui relacionado, tendo suas raízes no período colonial. No entanto, partindo das transformações ocorridas no século XX, o contexto da urbanização e industrialização, que carregam consigo os processos de migração, não houve um planejamento efetivo no quesito habitacional para esse contingente de pessoas que chegaram ao longo dos anos.

Sobre tal condição, Ermínia Maricato (2010), ao relacionar a questão da terra urbanizada e o acesso à moradia, diz:

Excluída do acesso à terra urbanizada, essa população migrante ou em alguns casos, imigrante, amontoa-se em favelas já que a terra urbanizada é um bem precioso e escasso nas cidades periféricas [...]. A ampliação de investimentos públicos ou privados nas proximidades de um imóvel tendem a ampliar seu preço. A legislação que pode ser mais ou menos restritiva para a ocupação de determinado pedaço de terra também influi no seu preço. A proximidade da favela tende a desvalorizar um imóvel. São exemplos que mostram a condição que tem uma propriedade privada de gerar renda fundiária ou imobiliária para seu possuidor e essa condição dá origem a uma disputa que é crucial e ao mesmo tempo silenciosa pelo espaço urbano [...]. Alguns lutam pelo direito à cidade e outros por ganhos extras advindos de atividades que são especulativas, na maior parte das vezes (Maricato, Ermínia. 2010, p. 14).

Ainda que com essa profunda desigualdade e falta de investimento por parte do Estado, existiram políticas de habitação que ao longo dos anos, mesmo que limitadas, foram acessadas por uma parcela da população.

O Sistema Financeiro de Habitação (SFH), gerido pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), criado pela Lei 4.380/1964, nome que passou a ser dado para alguns dos empreendimentos financiados por ele, sendo também a fonte de financiamento dos empreendimentos municipais da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP).

As mulheres de minha família, fazendo parte desses movimentos e ativas na cidade que se tornou a nossa casa, em diferentes ocasiões estiveram presentes nos diferentes momentos da história habitacional brasileira. Primeiro a tia Cé, que teve uma casa do BNH no Jardim Nordeste. Depois, a tia Nisa fez a inscrição na COHAB e, uns anos depois, conseguiu seu apartamento na COHAB I de Arthur Alvim. Logo em seguida, minha mãe, no seu primeiro casamento, também se inscreveu e conseguiu o apartamento da COHAB José Bonifácio.

[Imagem 8: Mãe Alvenita e meus irmãos mais velhos, Wagner e Paula, no prédio da COHAB em Arthur Alvim - Casa da Tia Nisa.]



Tal política sofreu com as consequências político-econômicas do período ditatorial e também das políticas internacionais. Quem se beneficiava com a política de habitação em tal modelo eram as empresas e o Estado, ao passo que a maioria da população não tinha condições de acessá-la, e muitos dos que acessaram tiveram dificuldades para manter em dia o financiamento.

O fim do Estado provedor e a emergência da globalização neoliberal (entre as décadas de 1970 e 1980) tiveram um impacto profundo nas cidades, em especial nas cidades do capitalismo periférico que nunca viveram a "plenitude", capitalista, dos direitos sociais. Ao lado do recuo das políticas sociais, aumento do desemprego, da pobreza e da violência, um novo ideário de planejamento urbano substituiu o urbanismo modernista, ambos importados do capitalismo central. Desregulamentação, flexibilização, privatização são conceitos que acompanharam a reestruturação das cidades buscando abrir novos espaços para os capitais, em especial os capitais imobiliários, de construção de infraestrutura e de serviços (Maricato, Ermínia. 2014, p. 4).

Maricato, então, traz para o âmbito do planejamento urbano o que Sennett (2002) discute no âmbito do trabalho, em relação ao novo capitalismo e seus ideários de flexibilidade, que agora são evocados para estruturar os diversos âmbitos sociais e que tende a levar em consideração, nas cidades periféricas, cada vez menos os interesses da habitação popular.

Nesse mesmo momento histórico no Brasil, há o surgimento de novos personagens políticos de resistência a partir dos movimentos sociais (Sader, 2010), que resistiam e lutavam pelo fim do regime ditatorial, evocavam a democracia e, agora unidos, ocuparam as ruas, as praças, as igrejas e todos os espaços públicos, para exigir as diversas reivindicações por direitos que estavam difundidos em diferentes lutas até então.

"Quando uso a noção de sujeito coletivo", escreve Sader, a expressão indica "uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas", de sorte que a novidade é triplíce: um novo sujeito (coletivo), lugares políticos novos (a experiência do cotidiano) numa prática nova (a criação de direitos, a partir da consciência de interesses e vontades próprias) (Chauí, Marilena. In: Sader, E. 2010 pp. 11-12).

A participação das mulheres organizadas se destaca nos movimentos sociais, mas não só, na efervescência política do período, a participação parlamentar vai de 8 para 26 deputadas, por exemplo. Além disso, juntamente com o movimento feminista, se unem para pressionar o debate político da Assembleia Nacional Constituinte, para garantir os direitos partindo da perspectiva que elas têm em relação aos diversos campos sociais, o que pode ser verificado nas reivindicações da Carta das Mulheres para os Constituintes de 1985, elaborada pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher.

Os movimentos continuam a expandir-se, ampliam a constelação de suas práticas, e seguem apostando nas alternativas democráticas. Há uma nova Constituição a ser implementada, há forças sociais organizadas apostando no fortalecimento de uma cultura de direitos e não-discriminação e há espaços para se inventar outras globalizações. Mulheres e movimentos investem na participação nos espaços onde se elaboram as novas leis e programas de políticas públicas; se debatem as reformas da saúde, da educação e de outras áreas de políticas do Estado; se constroem os conselhos e outros mecanismos de controle social da cidadania; e se desenvolvem ações afirmativas para promoção dos direitos (Garcia, Carla. 2015, p. p.26).

Bonduki (2014) fala sobre a crise do SFH e o surgimento dos movimentos sociais de moradia neste contexto,

As décadas de 1980 e 1990 – marcadas pela crise do SFH e desarticulação da política nacional de habitação, pelo debate em torno de um novo marco legal capaz de garantir a função social da propriedade e da cidade e pelo agravamento da falta de moradia – se caracterizaram pela emergência dos movimentos de moradia, que promoveram inúmeras ações mobilizadoras, como ocupações de terras e de imóveis ociosos, exigindo iniciativas concretas do poder público (Bonduki. 2014, p. 14).

Cleonice Dias dos Santos (2016) complementa que esses sujeitos históricos não surgiram neste momento, a luta pela terra está atrelada à história do país, o que relega aos que lutam por tal direito a alcunha de inimigo do Estado,

Não obstante, e em contraponto a essa forma excludente de construção de cidades, há aqueles que se organizam para lutar pelo e com o coletivo, compreendendo a cidade como um espaço de todos.

Aqueles que se organizaram e se organizam pela luta de terra são, historicamente, compreendidos como inimigos do Estado (Santos, 2016, p. 41).

No momento da crise política de habitação, já nos anos 1980 e 1990, com a redemocratização, a crise do BNH, novas políticas também foram implementadas, como o financiamento pela Caixa Econômica Federal, e os sistemas de autogestão, mutirão e cooperativas, muito importantes para a história da luta dos movimentos de moradia e os modos de se fazer as cidades. Sobre isso, Bonduki escreve:

(...) a luta pela construção de novos paradigmas nas políticas urbanas e habitacionais, baseada em princípios como a função social da propriedade, o direito à habitação digna, a universalização do acesso ao saneamento básico e ao transporte público de qualidade e a gestão democrática da cidade. Esses princípios foram articulados em um amplo movimento social, plural e multifacetado, que, aglutinando inúmeras organizações da sociedade e mobilizações, foi, ao longo desse período, acumulando vitórias e experiências concretas na perspectiva de garantir os direitos urbanos. Este período se caracterizou, por um lado, pela crise do SFH, extinção do BNH e ausência de uma política federal de habitação, e, por outro, pelo surgimento de programas alternativos, promovidos, em geral, por administrações estaduais e municipais democráticas, que colocaram em prática propostas emanadas da sociedade que buscaram construir novos paradigmas de política urbana e habitacional (Bonduki, 2014, p. 7).

Neste momento também estavam as mulheres da minha família. Já no começo de seu segundo casamento, minha mãe, agora com meu pai, foi morar em São Bernardo do Campo, num apartamento no sistema de financiamento da Caixa Econômica Federal, comprado por meu avô. E, posteriormente, nos anos 1990, minha mãe e minha tia Lé vão compor os movimentos de moradia de mutirões autogeridos.

Todas as casas aqui citadas, adquiridas por essas mulheres, foram conquistadas a partir da luta por seus direitos, sendo apenas a renda delas declarada para conseguir o financiamento, com exceção do caso da minha mãe, que somou a renda dela e a do primeiro marido.

[Imagem 9 - 10: Mãe Alvenita, com irmã, Lívia. Lívia, na mesa. Apartamento de São Bernardo, da Caixa Econômica Federal].



Localizadas nesse momento histórico onde o tempo é flexibilizado, mas não só, também as ideias para se conceber as cidades, e os espaços são organizados a partir de tal lógica, “O problema que enfrentamos é como organizar as histórias de nossas vidas agora, num capitalismo que nos deixa à deriva” (Sennett, 2002, p. 140). Então, na busca por responder parte deste problema, organizo a história que aqui é contada, num país onde o neoliberalismo impacta de forma diversa à apresentada por Sennett, já que por aqui a plenitude capitalista do bem estar social nunca foi alcançada. Logo, a dos movimentos sociais organizados não só eclode pelo fim do regime ditatorial e o advento da democracia, mas também como resposta a esse novo ideário. Então, falar do movimento de moradia e de mulheres que o lideram é organizar a história da vida em embate com a deriva.

2.1. BNH e COHAB

Tem a história da Celita que foi a primeira com a adquirir uma casa assim do governo, que era o BNH no Jardim Nordeste. Casada com o primeiro marido dela, é o Edmar, ele era da cidade de Barra, esse também era conterrâneo e ela se inscreveu nas casinhas do Jardim Nordeste. Acho que uns quase 50 anos atrás. Era zona leste. E ela

conseguiu a casinha do BNH dela lá. Aí ela se separou e vendeu a casa. E aí veio Nisa, que se inscreveu na Cohab, os primeiros conjuntos ali de Itaquera, em [19]73/74. Nisa conseguiu o apartamento dela na Cohab. E aí, depois de algum tempo, já casada, eu me inscrevi na Cohab. Lá na Rua Maria Antônia, na Consolação, me inscrevi lá para também pegar. Eles exigiam sobre a renda de três salários mínimos, o meu marido não tinha carteira com três salários mínimos, que era o Valdecir, aí me registraram numa empresa também, que completou esse valor, então eu pude fazer a inscrição. Demorou uns quatro/cinco anos de espera (Alvenita - minha mãe).

Esta parte da história está ligada à política de habitação do país do período ditatorial, os planos de financiamento pelo Banco Nacional de Habitação, enquanto política nacional instituída em 1964, no qual algumas das construções eram municipalizadas, como no caso das COHABs. Para ter acesso a este direito, o cidadão deveria ter CLT assinada e comprovar, no mínimo, três salários mínimos.

Construído depois dos conjuntos habitacionais em Cidade Tiradentes e de Itaquera I, o Conjunto José Bonifácio corresponde à segunda fase de produção pelo BNH. A faixa de renda estabelecida para os mutuários ia de três a cinco salários mínimos, uma parcela superior do mercado popular em relação àquela priorizada na primeira fase do projeto habitacional do regime ditatorial, voltada em média para famílias que ganhavam até três salários mínimos. É possível que o público de mutuários fosse, essencialmente, de trabalhadores assalariados da indústria, como a consulta a antigos moradores evidenciou ao longo do trabalho de campo (Freitas, Carolina, 2021, p.42).

Além dessas questões de requisitos mínimos para se enquadrar como possível beneficiário do programa habitacional, há outras implicações que envolvem a construção de conjuntos habitacionais em tais modelos no período ditatorial. Enquanto projeto político, estava dentro dos ideais modernos de progresso e expansão das cidades, esse padrão de desenvolvimento ocidental foi, também, utilizado como parâmetro para classificar as culturas e sociedades como atrasadas ou subdesenvolvidas, assim, seguir esse modelo era evocar para a cidade de São Paulo, por exemplo, o ideário da evolução, da civilização e da modernidade.

[...] desenvolvimento veio afinal a significar um crescimento indefinido, e a maturidade, a capacidade de crescer indefinidamente. E assim concebidos enquanto ideologias, mas também a um nível mais

profundo, enquanto significações imaginárias sociais (Castoriadis, pp. 129-130, 1981).

Assim, na cidade de São Paulo, que vinha seguindo esse caminho para se tornar uma megacidade (Sassen, 1991), os grandes projetos de complexos de conjuntos habitacionais da COHAB se enquadram nesse discurso. E, também, servia como tentativa de controle e apaziguamento das revoltas populares de reivindicação ao direito à moradia e ao crescimento periférico, considerado desordenado e muitas vezes irregular, o que não condizia com os ideais de progresso evocados. Assim, a ideia era produzir um projeto que dizia cumprir o sonho da casa própria, e que, de forma resumida, cumpria as seguintes tarefas do regime totalitário: “Disciplinar o povo e canalizar recursos para a indústria da construção, fortalecendo empresários do setor” (Freitas, Carolina, p. 36. 2021).

O crescimento periférico desordenado entra como questão chave no discurso, porém, na prática, as condições que esses empreendimentos eram entregues para seus moradores seguia dentro da precariedade. No caso da COHAB José Bonifácio, tendo sido inaugurada em 1981, talvez se pudesse pensar que, com o conhecimento adquirido com as construções dos conjuntos habitacionais anteriores, haveria uma melhor infraestrutura. A pesquisa de Carolina Freitas mostra que as condições do bairro eram precárias, logo que os primeiros moradores receberam seus apartamentos. Minha mãe, Alvenita, também sempre relatou sobre todos os tipos de dificuldades vividas durante muitos anos, no sentido de falta de infraestrutura, de políticas públicas em geral e até acesso à serviços de consumo básico para a sobrevivência, como mercados, farmácias, etc.

De que maneira essas pessoas se organizaram, nesse contexto, para lidar com essas adversidades? Carolina Freitas destaca que, num primeiro momento, foi criada uma associação de moradores, mas que isso era uma prática desenhada dentro da própria lógica da ditadura, como forma de aparelhamento das representações cívicas que deveriam estar de acordo com o imposto pelo regime. Dessa forma, majoritariamente, homens eram os que ocupavam esse espaço institucionalizado de organização do conjunto habitacional.

A apropriação do espaço pelas famílias que chegaram nos primeiros anos de inauguração do Conjunto foi organizada também pela Associação de Mutuários do Conjunto Habitacional José Bonifácio (ASMUCO). A Associação um exemplo das entidades locais desenhadas pelo próprio regime, típica do planejamento de conjuntos habitacionais à época. A concepção política do regime envolvia a estruturação e o treinamento de instâncias e lideranças com "representação cívica" entre os moradores. Paulatinamente, aquilo que era concebido em termos de representação parece ter induzido relações reais em volta da Associação. As lideranças masculinas montaram seu time de futebol, seu jornal de circulação local 'JB Notícias e as festas que organizavam em sua sede. (Freitas, Carolina, p. 164, 2021).

Em seu trabalho, a autora apresenta uma divisão dura entre homens e mulheres, baseada na divisão social do trabalho, no sentido de que os homens saíam para trabalhar nos complexos industriais e em áreas desenvolvidas da cidade, enquanto as mulheres permaneciam na região, trabalhando em bairros próximos, ou mesmo trabalhavam de casa, em sua maioria em trabalhos considerados informais. Nesse sentido, então, essas mulheres teriam uma outra relação com a cidade, diferente da dos homens. Tanto na relação de trânsito pela cidade de forma ampla, quanto em relação às decisões sobre esse pedaço da cidade que habitavam.

Nessa configuração, a falta de registro da presença das mulheres na associação e nas decisões sobre o que fazer com as precariedades do bairro não quer dizer que elas ali não estavam.

Outro ponto explorado pela autora foi como, de maneira geral, os moradores da COHAB José Bonifácio apresentaram um certo abalo quando dos primeiros anos do conjunto habitacional e o convívio entre total desconhecidos, logo que se mudaram, apresentando como conflituoso num primeiro momento e que, ao longo dos anos, as resoluções para isso se materializaram como muros entre cada prédio e regimentos internos rígidos, que proíbem barulhos em determinados horários e certos comportamentos em áreas comuns.

Apesar do destaque e aprofundamento nas questões descritas, um trecho do trabalho conta, brevemente, sobre as relações entre as mulheres, a forma que se conheceram, os hábitos de amizade que mantiveram durante todos esses anos, apesar dessas barreiras físicas. Esses pequenos relatos me saltaram aos olhos, como

demonstração da presença das mulheres e sua forma de estar e se relacionar neste espaço.

Joana e Maria, por exemplo, são grandes amigas e se conheceram pela janela, já que moram em condomínios vizinhos. Desde crianças, costumam brincar nas áreas comuns dos dois condomínios e estudam na mesma escola. [...] Lídia, mãe de Maria, também conta que no seu tempo considerado livre gosta de conversar com suas vizinhas, amigas que considera como de sua família, com quem há muitos anos, desde a mudança, convive. [...] A festa novamente é trazida ao assunto por ela, que sente falta da época em que as festas no condomínio eram frequentes. Agora, ela e suas vizinhas se reúnem aos finais de semana para as famílias almoçarem juntas, mas está presente no seu relato o horário compulsório estabelecido na convenção do condomínio sobre o barulho dos encontros (Freitas, Carolina, 2021, p. 157).

Mesmo que não esteja descrito com todos os detalhes a forma que se conheceram, os combinados para fazer festas, como eram as relações antes dos prédios serem fechados cada um em si, é possível exercitar uma imaginação criativa, onde as relações de mulheres e crianças acabam se entrelaçando, e as aproximações entre desconhecidas vão forjando amizades que, depois de anos, começa a se considerar como relações de famílias.

Mais um ponto a se destacar é que, ao que conclui a autora, as conquistas que existiram ao longo dos anos parecem ter origem abstrata e não estão associadas às lutas urbanas para as mulheres entrevistadas. Mesmo a zona leste tendo importantíssimos movimentos sociais, como é o caso do Movimento de Saúde da Zona Leste, os clubes de mães, as comunidades eclesiais de base, dentre outros.

Alguns questionamentos ficam em aberto, a partir desses pontos destacados, visto que, se as COHABs eram moradas para os trabalhadores dos complexos industriais, se os homens moradores de José Bonifácio estavam nessa realidade, pensando que foi no contexto trabalhista das indústrias, dos sindicatos, que surgem uma das principais lutas dos dos movimentos sociais e o surgimento dos novos personagens políticos organizados e, ainda assim, para essas mulheres, que dividiram o teto com esses mesmos homens, as conquistas em seu bairro, segundo a autora, parecerem abstratas ou distantes.

O trem, o metrô e os supermercados tomam grande destaque na representação do espaço do Conjunto para as mulheres. As

conquistas parecem ter uma origem abstrata, não associada às lutas urbanas. O discurso de progresso entre elas se assemelha à fala publicitária dos corretores imobiliários entrevistados a respeito da boa localização do José Bonifácio e também aos anúncios de lançamentos imobiliários nos arredores [...] nos quais a acessibilidade do Conjunto ao centro da (o Conjunto aparece como cidade) é exaltada (Freitas, Carolina. 2021, p. 167).

Ainda que nenhuma moradora da COHAB José Bonifácio tenha participado de qualquer movimento social organizado em todos esses anos, a ênfase que as entrevistadas da pesquisa dão na importância de tais conquistas na dinâmica de vida do bairro, do acesso ao consumo, ao trânsito pela cidade facilitado, dentre outras coisas. Isso aponta para as formas que as mulheres vivem a cidade, o que elas percebem, os que as incomoda, e quais os movimentos que elas realizam em função de melhorar suas vidas e dos seus, seja se envolvendo em clubes de mães ou fazendo almoços com suas vizinhas sempre que possível.

Para mujeres muchísimo más comunes, las amistades también forman parte del kit básico de supervivencia urbana. Aunque a menudo se pase por alto la amistad femenina en favor de una atención mucho mayor a las relaciones románticas, aquella es una fuerza poderosa, de la que las mujeres dependen de muchas maneras. Las amistades con otras mujeres también dan forma a las maneras en que nos involucramos con la ciudad (Kern, Leslie. 2021, p.74).

Com esse panorama, é possível começar a elaborar as diferenças entre o COHAB e o CDHU; entre se inscrever, com todas aquelas condições, e depois do sorteio receber a chave para se mudar, e a participação no movimento de moradia, do mutirão e todas as implicações que também advém dessa outra realidade e contexto social e político.

2.2. Movimentos de moradia – mutirão e autogestão

A política pública dessa época de moradia era muito difícil. E aí a gente entrava nos loteamentos, cadastrava, alguns conseguia outros não, devido às renda. Até que nessas idas e vindas, nós tivemos muito acampamento em porta de prefeitura, não importava os governos, municipal, estadual, a gente ia nas convenções pública de todos os movimentos (Alvenita - minha mãe).

A luta pela autogestão na produção habitacional se inseriu em um contexto mais amplo, funcionando como um instrumento na busca da construção de uma democracia que possibilitasse aos cidadãos exercer controle sobre as ações do Estado, criando canais de participação popular para descentralizar o poder e promover formas de gestão pública não estatais.

O resultado desta nova perspectiva se observa numa gama variada de propostas, nascidas na década de 80, como por exemplo: conselhos populares de saúde; tentativas de interferência nos orçamentos municipais; reivindicações dos movimentos populares e sindicais para controle de uso do FGTS, PIS e Pasep; Movimento Unificado de Favelas propondo projeto de lei que garanta a concessão do direito real do uso da terra; movimentos ecológicos e de bairros fiscalizando a legislação do uso do solo e depredação do meio ambiente e formulação de programas públicos, por entidades ou movimentos sociais, a serem autogeridos pelos usuários. (Bonduki. 1992, p. 31)

Na junção da conjuntura descrita, das lutas políticas, dos avanços democráticos, e da crise do sistema federal de habitação vigente anteriormente, algumas experiências foram possíveis de serem realizadas.

Durante o mandato da prefeita de São Paulo Luiza Erundina, entre 1989 e 1992, tendo a habitação popular como uma das prioridades da Superintendência de Habitação Popular, HABI. Instaurou o programa municipal Funaps Comunitário, que tinha por premissa a participação das famílias em todo o processo de autogestão, juntamente com as associações e as assessorias técnicas⁷.

Dentre as ações especificamente voltadas à população de baixa renda, teve destaque (a) a organização de canais formais para a participação da população; (b) a criação de um departamento de regularização fundiária (RESOLO) e (c) estratégias variadas de desapropriação de terras e elaboração de projetos, [...] entre elas: a utilização de glebas da COHAB-SP; de glebas e terrenos comprados pelas Associações de Moradores com recursos próprios e por meio de aquisição ou desapropriação de terrenos particulares. A HABI atuou em duas frentes: (1) Ação Favelas para projetos de urbanização, melhorias, prevenção de riscos e regularização fundiária; e (2)

⁷ Sobre o papel das assessorias técnicas e o desenvolvimento da autogestão na cidade de São Paulo, a partir do Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes de São Paulo, ver: Bonduki, N. Habitação e autogestão. Construindo territórios de utopia. FASE. 1992.

Construção de Habitação de Interesse Social. (Spink, Mary Jane. Pinto, Adriana. Oliveira, Gustavo. Cruz, Maria. 2020).

Essa experiência reuniu saberes acumulados pelas pessoas nas periferias, no que diz respeito à autoconstrução das casas próprias, com saberes técnicos produzidos nas universidades e com as experiências bem sucedidas de outros países, como é o caso do Uruguai.

Historicamente, processos semelhantes estavam em curso em muitos países, nas décadas de 1960 e 1970, como as experiências práticas na Argentina, Egito, Peru, México, Portugal (SAAL) e as cooperativas do Uruguai, que são alguns exemplos de como a população mediante a necessidade de acesso à moradia digna, se organiza com o objetivo de satisfazer essa necessidade de forma coletiva, participativa, com qualidade e baixo custo. É importante ressaltar que a autogestão está conectada aos princípios de democracia, cidadania, autonomia, igualdade e justiça social, aspectos políticos que envolvem as diferentes relações sociais na sociedade (Hein; Sanches. 2020, p. 31).

Os programas habitacionais voltados para mutirões autogeridos, na esfera estadual de São Paulo começaram em 1991, após a gestão do governador Orestes Quércia, devido à pressão da União dos Movimentos de Moradia - UMM.

Fundada em 1987, com o objetivo de lutar pelo direito à moradia, por Reforma Urbana e autogestão, é uma articulação de movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos e está organizada por regiões: norte, sul, leste, oeste e região central 11. Com isso, contribui com a organização, articulação e fortalecimento dos movimentos de moradia no estado de São Paulo. [...] A UMM-SP é filiada a entidades internacionais, como a Habitat International Coalition (HIC)¹⁴, e um dos movimentos fundadores da Secretaria Latino-Americana de Vivienda Popular.

Além de atuar na produção de moradias populares com participação das famílias de diversas regiões da cidade, a UMM-SP também está presente nos espaços de participação e controle sociais institucionalizados, como, por exemplo, o Conselho Nacional das Cidades, Conferências das Cidades, o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo, etc., além do Fórum Nacional de Reforma Urbana (Santos, Cleonice. 2016, pp.63-64).

Na época, as associações ligadas à UMM já participavam dos programas da gestão Erundina e estavam empenhadas em criar um programa habitacional na CDHU com características semelhantes ao modelo municipal.

A autogestão, de acordo com a UMM, buscava aumentar a participação das famílias na construção de habitações por meio do repasse de recursos aos movimentos de moradia. Embora o programa municipal Funaps Comunitário tenha influenciado a criação do Mutirão UMM pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, há uma diferença importante: as alterações no programa estadual reduziram o papel das associações e das assessorias técnicas. Enquanto o Funaps Comunitário, desde a gestão de Erundina, priorizou a autogestão como eixo central da política habitacional, o Programa Mutirão UMM, no âmbito estadual, começou como um projeto piloto, tendo uma centralidade no papel das empreiteiras contratadas (Barros, Mariana. 2011).

Uma área de cerca de 600.000 m², que foi desapropriada pela Companhia Estadual de Habitação no final dos anos 1980, com a finalidade de construir habitações populares, posteriormente, foi denominada de CDHU-Brasilândia.

A primeira vista era para ser na Voith, mas o terreno era muito grande. Daí Mário Covas, o governador Mário Covas da época, ele entrou em contato com todos esses movimentos de moradia e falou que era muito grande o loteamento para moradia assim de autogestão, que era melhor um grupo pequeno. Aí foi onde formou o grupo de 160 unidade e foi o primeiro Conjunto Habitacional em prédio, o Conjunto Habitacional Brasilândia 4, aqui entre Jaraguá e Pirituba. A gente tá no meio aqui, né? Que essa história já tem 30 e poucos anos, então foi tanto de luta, de construção, de reunião, eu sei que tudo ficou entre cinco anos, não sei... 6 anos entre reunião e construção. (Alvenita - minha mãe).

Os projetos eram loteados e marcados pela letra B seguida de um número de identificação. Em 1994 iniciou-se o primeiro conjunto habitacional autogerido do loteamento, o B4, rebatizado pelos seus mutirantes como “Garras e Lutas”. O movimento de moradia em questão que lutou pelas construções autogeridas na região CDHU Brasilândia foi a União dos Movimentos de Moradia – UMM Norte e Oeste, que, entre 1994 e 1998, construiu mais sete conjuntos habitacionais do mesmo modelo na área.

[Imagem 11: Vista aérea da área CDHU Brasilândia]



Além de minha mãe, minha tia Lé fez parte do movimento de moradia, no caso dela, da associação liderada pelo Padre Rosalvino na região de Itaquera, também construindo seu apartamento no sistema de mutirão de autogestão.

As filhas da dona Orna são tudo guerreira. A Letícia também conseguiu um [apartamento] de mutirão. A Letícia, minha irmã, não queria, eu falei para ela, eu já tava começando a construção do nosso aqui, do B4 aqui. Sei que uma influenciava a outra, eu creio, né? Foi Niza que influenciou na Cohab, né? E eu influenciei a Letícia no mutirão da zona leste, que é lá no Jardim Planalto, né? É Planalto lá. Do movimento do Padre Rosalvino. (Alvenita - minha mãe).

Assim como houve influência entre as irmãs no primeiro momento de se engajarem para conseguir suas casas no sistema da COHAB, neste segundo momento houve a influência de minha mãe para com minha tia Lé. Por sua vez, minha mãe também foi puxada por outras mulheres.

Eu conhecia uma senhora chamada Faraildes. Ela tinha uma filha que já se engajava nesses movimentos de moradia, não de governo do estado, mas de invasões de áreas aqui do Jaraguá. E ela me disse sobre esses movimentos, no início não acreditei muito não, mas depois ela insistiu muito e acabou me trazendo para cá para conhecer como funcionava. A filha dela morava numa área livre, era beirada de Córrego, e ela se engajava nesse caminho, aí me orientou que eu devia chegar um dia bem cedo. (Alvenita - minha mãe)

A presença das mulheres nos diferentes movimentos sociais ainda segue diversa da dos homens na forma em que vivem a cidade, no entanto, com essa ampla participação, é possível afirmar que elas tenham influenciado na produção de outras formas de se imaginar as cidades, assim como na busca de concretizar o que era imaginado.

Nos movimentos de moradia, elas se envolviam nos debates durante as reuniões dos comitês que organizam ações e ocupações, além de enfrentarem as forças de segurança durante esses eventos. Também participam das negociações com autoridades públicas e aprendem a lutar coletivamente para conquistar o que cada uma necessita em nível individual. Nesse processo, descobrem seus direitos e compreendem que o Estado tem deveres em relação a elas, reconhecendo-se como cidadãs e sujeitos de direitos.

E tinha a participação na UMM que era na Barra Funda, tem a liderança que convidava a gente pra gente ir para Brasília. Fui para Brasília várias vezes, com vários caminhão e o ônibus, os caminhão que levava as barracas e nós íamos de ônibus, depois chegava lá já tava tudo montado. Foi muita luta para chegar nesse sorteio dessa entrada aqui. Nós entramos nas áreas, o início tinha que ser isso, de toda essa luta da mulherada. Não precisa ter uma cronologia não, né? Então, teve antes de chegar aqui onde eu falei no início. A gente teve todo esse esse essa luta, né? Esses desafios de entrar no movimento, as reuniões participativas, tinha aquelas partes de apoio dos políticos que na época que apoiava era Erundina e o Henrique Pacheco, que era o nosso líder (Alvenita - minha mãe).

Imagem 12: Tijolinhos que eram distribuídos nas campanhas dos candidatos Henrique Pacheco e Luiza Erundina, que tinham a luta por moradia como uma das prioridades de campanha.



E, ao mesmo tempo em que tudo isso vai se forjando, no nível das relações com as companheiras de luta, a autoridade feminina (Muraro, 1992) se apresenta como base na possibilidade de autoria, de criação, da cidade pelas mulheres. A relação entre elas oferece sustentação para lutas, de manter o movimento vivo, de encontrar coletivamente maneiras para resolver as problemáticas que vão surgindo no caminhar e resistir às tensões que a ausência ou a presença ostensiva do estado pode apresentar e impactar em suas vidas.

[Imagem 13: Reunião da UMM-SP com mutirantes do Brasilândia 4 - Garras e Lutas] .



Tudo o que veio antes era o anúncio para chegar aqui, o lugar da cidade onde a história que vem sendo contada vai se desenrolar, onde o encontro de mulheres é crucial para que ela aconteça. Se é a modificação de um espaço que o transforma em um lugar, se o que era considerado rural vira cidade, ou quase cidade, já que ser periferia, favela, conjunto habitacional etc. relega a esses lugares o papel de segunda categoria dentro dos conglomerados urbanos.

Assim, antes de entrar na história do mutirão, das mulheres que construíram e constroem as cidades, é preciso refletir sobre a expansão da cidade e os tempos aqui propostos, indo na direção de introduzir a reflexão sobre o tempo das mulheres junto aos outros tempos.

2.3. Tempos da cidade

E é muita história para contar. Nossa Senhora, eu não consigo falar sem não chorar, porque valeu a pena, valeu a pena, eu sou uma mulher hoje, assim, vitoriosa. Tô com 66 anos bem vivido, depois de 34, esses 34 foi bem vivido, com toda essa experiência do movimento de moradia. Que era uma coisa que eu não acreditava que existia e a Kátia me mostrou que existia. E que a mulher, ela é o espelho da vida humana (Alvenita - minha mãe).

Assim como o teto todo seu de Virginia Woolf (2018) é uma referência para esta pesquisa, a imagem da mulher como um espelho que aumenta duas vezes a figura do homem, descrita na mesma obra, também vem carregada de significados que se potencializam quando colocados aqui na realidade tratada aqui. Quando Alvenita fala sobre a mulher ser o espelho da vida humana, ela evoca as outras mulheres que a influenciaram nessa empreitada de se envolver no movimento de moradia e, então, no caso, o espelho que a experiência de uma proporciona para outra é o de demonstrar o seu real tamanho e capacidade para travar as lutas que foram necessárias ao longo do tempo.

A reflexão aqui proposta também vai na direção de pensar sobre os diferentes tempos que podem ser vividos no espaço da cidade, dando ênfase ao tempo das mulheres. Mas, antes de falar de tal tempo como forma de resistência, é preciso tratar do tempo da flexibilidade no neoliberalismo, com os quais este se embate, enrosca,

colide, convive etc. Iniciando essa parte da história, onde e quando as condições políticas e econômicas baseadas nos ideais de flexibilidade e privatização, com o advento do neoliberalismo, modificaram os modos de vida no mundo inteiro.

“Não há longo prazo” é um princípio que corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo. A confiança pode, claro, ser uma questão puramente formal, como quando as pessoas concordam numa transação comercial ou dependem de que as outras observem as regras de um jogo. Mas em geral as experiências mais profundas de confiança são informais, como quando as pessoas aprendem em quem podem confiar ou com quem podem contar ao receberem uma tarefa difícil ou impossível. Esses laços sociais levam tempo para surgir, enraizando-se devagar nas fendas e brechas das instituições. (Sennett, 2002, p. 24)

Para falar da mudança das dinâmicas do capitalismo no mundo do trabalho, Sennett (2002) conta a histórias de Enrico e Rico, pai e filho. O pai é um trabalhador fordista, burocratizado e rotineiro, que planeja sua vida e suas metas com base em um tempo linear, cumulativo e disciplinado, construindo sua história e expectativas numa perspectiva de longo prazo. Já o filho é um trabalhador flexibilizado do neoliberalismo, que está se concretizando, e enfrenta uma realidade marcada por mudanças frequentes de endereço, falta de vínculos duradouros com vizinhos e constantes trocas de emprego, não conseguindo planejar suas metas com expectativas de longo prazo e vivendo uma vida repleta de incertezas e instabilidade, sem laços duradouros, inclusive com sua própria família.

Nesse sentido, seguindo o raciocínio referente ao tempo, não haveria longo prazo, a desorganização se expande a todos os níveis da vida e o tempo parece ter se quebrado, causando, no mínimo, insegurança, ou qualquer possibilidade de se pensar futuro nos mais diversos campos da vida, individual ou coletivamente. De acordo com Sennett, essa dificuldade em estabelecer vínculos está corroendo o caráter, que, como ele define, são “traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem” (Sennett, 2002, p.10).

“Toda arte”, declarou Oscar Wilde no prefácio de *O retrato de Dorian Gray*, “é ao mesmo tempo superfície e símbolo. Os que vão abaixo da superfície o fazem por sua própria conta em risco.” As superficialidades da sociedade moderna são mais degradantes que as superfícies e máscaras da arte. (...) Um dos motivos para essa superficialidade degradante é a desorganização do tempo. A seta do

tempo se partiu; não tem trajetória numa economia política continuamente replanejada, que detesta rotina, e de curto prazo. As pessoas sentem falta de relações humanas constantes e objetivos duráveis. (Sennett, 2002, p. 117)

Ainda que a reestruturação produtiva - a flexibilização - do mundo do trabalho vá se intensificar no Brasil a partir dos anos 1990, momento posterior ao apresentado por Sennett sobre os Estados Unidos, porém, tais ideais foram difundidos de forma geral e impactaram na configuração de um novo status para as cidades do mundo globalizado. Saskia Sassen (1991) as denomina como Cidades Globais e, no caso de São Paulo, sendo definida como uma megacidade, segundo as categorias apresentadas pela autora, faz parte do grupo de cidades que tiveram uma concentração recente de população, crescendo desde os anos 1970 e tornam-se de grande porte, como é o caso de São Paulo, onde a convivência e os embates entre os extremos sociais se dá, além do multiculturalismo presente em sua dinâmica.

Milton Santos (1989), reflete sobre a ingerência do tempo no espaço e vice-versa, sugerindo que nas cidades não há um comando do tempo pelas pessoas, mas sim pelo espaço e que, nesse espaço é possível a existência de diferentes tempos,

O império do tempo é muito grande sobre nós, mas é, sobre nós, diferentemente estabelecido. Nós, homens, não temos o mesmo comando do tempo na cidade; as firmas não o têm, assim como as instituições também não o têm. Isso quer dizer que, paralelamente a um tempo que é sucessão, temos um tempo dentro do tempo, um tempo contido no tempo, um tempo que é comandado, aí sim, pelo espaço (Santos, 1989).

É nessa megacidade que será possível a convivência paradoxal entre os diferentes usos do tempo e do espaço.

O espaço permite que pessoas, instituições e firmas com temporalidades diversas, funcionem na mesma cidade, não de modo harmonioso, mas de modo harmônico. Também atribui a cada indivíduo, a cada classe social, a cada firma, a cada tipo de firma, a cada instituição, a cada tipo de instituição, formas particulares de comando e de uso do tempo, formas particulares de comando e de uso do espaço. Não fosse assim, a cidade não permitiria, como São Paulo permite, a convivência de pessoas pobres com pessoas ricas, de firmas poderosas e firmas fracas, de instituições dominantes e de instituições dominadas. Isso é possível porque há um tempo dentro do tempo, quer dizer, o recorte sequencial do tempo; nós temos um outro recorte, que é aquele que aparece como espaço (Santos, 1989).

A experiência das mulheres no mundo no trabalho também vai se modificar nesse contexto, tornando questões que já eram complexas ainda mais profundas, como as duplas, triplas, ou mais, jornadas, algumas remuneradas e outras não remuneradas adequadamente.

[...] a reestruturação produtiva afetou as mulheres no que tange especialmente ao tempo de trabalho, com a difusão de uma empregabilidade que flexibilizou a duração dos contratos e, por consequência, os direitos adquiridos pelo tempo de trabalho, como é exemplar nos casos do trabalho temporário, contrato por tempo determinado e trabalho terceirizado. [...] a divisão sexual do trabalho foi, novamente na história, condição prévia para a acumulação flexível contemporânea, notabilizada pela noção hegemônica de que o trabalho feminino tem um status secundário, de que a condição materna é superior à condição de trabalhadora e por isso a mulher seria merecedora de um salário que fosse, no máximo, complementar na renda familiar (Freitas, Carolina. 2021, p. 103).

Então, o uso do espaço e do tempo pelas mulheres, nesse novo contexto, vai sofrer com essas modificações do capitalismo para o neoliberalismo, ocupando espaços nas mais diversas áreas, mesmo que maioria das profissões ocupadas por elas estejam no âmbito ou próximas dos trabalhos do cuidado, que foram sendo absorvidos pelo mercado. No entanto, esse mesmo uso do espaço e tempo também vai constituir e modificar essa experiência a partir do conhecimento feminino acumulado ao longo dos séculos, passado de mães para filhas, de mais velhas para mais novas. O conhecimento adquirido pela experiência de ser socializada como mulher, mesmo tendo suas experiências subjugadas pelo patriarcado, faz com que elas sigam existindo nesses espaços-tempo-fazer que ele não valoriza.

Nosotras sabemos esto: que las mujeres están buscando un lugar-tiempo donde situarse simbólicamente y que su andar de un lado para otro es como un intento de procurarse un cuerpo racional, de dibujar una topología para orientarse mentalmente. Virginia Woolf ha escrito que, para hacer una labor intelectual, se necesita tener una habitación propia. Pero una vez en la habitación puede resultar imposible estarse quieta y aplicarse al trabajo porque los textos y lo que éstos dicen se presentan como bloques extraños, opresivos, de palabras y hechos entre los que la mente, paralizada por emociones sin correspondencia con el lenguaje, no consigue trazarse un camino. La habitación propia debe entenderse, por tanto, en otro sentido: como localización simbólica, como lugar-tiempo provisto de referencias sexuadas femeninas, donde poder estar significativamente para un antes y un después de preparación y confirmación. (Librería de Mujeres de Milán, 1991, p. 13)

O lugar-tempo no qual as mulheres têm resistido está ligado aos saberes do fazer e do agir: do cotidiano, culinários, médicos, artísticos, etc. Eles são passados de umas para as outras, entre vizinhas, irmãs, amigas, parentes, conhecidas, de geração em geração. Registrados em cadernos, diários ou passados oralmente. Esses saberes, como já especificado, são denominados tarefas civilizadoras e elas são todas corporais,

(...) o que significa que a reflexão expressa a partir dessa perspectiva não é dualista, não separa corpo e cabeça, sujeito agente e objeto passivo como na corrente hegemônica de pensamento. A prática concreta de dispor de alimentos ou de palavras parte das mãos para reverberar no corpo e toma várias formas (Garcia, Carla. 2018, p. 26).

Donna Wilshire, discutindo o que nos situa simbolicamente no ocidente e que baseia epistemologicamente o fazer científico, explica que as tradições consideradas femininas, e por isso menores, foram apagadas pela tradição Apolínea e patriarcal, dividindo os saberes numa perspectiva dualista, entre que seria conhecimento e o que seria ignorância. Alguns dos atributos que são valorizados na coluna do conhecimento: razão, ordem, controle, logos, objetivo, luz, Apolo (sol), linear, esfera pública, imutável, independente, masculino. E, na coluna da ignorância, os seguintes atributos são inferiorizados em relação aos da primeira: corpo, natureza, caos, subjetivo, esfera privada, cíclico, tradição oral, mito, feminino. A autora propõe, então, que as duas colunas possam ser reimaginadas, conjuntamente, sem a valorização de uma em detrimento da outra. Assim, retoma o mito primordial da Grande Deusa Mãe, como uma possibilidade.

Ela deu à luz a própria terra; e uma vez que a terra passou a existir, suas cavernas tornaram-se uma extensão das entranhas cósmicas da Deusa, das quais nasceram o sol no solstício de inverno, assim como os animais, as pessoas... tudo criação Dela. A terra era o corpo da Mãe do qual nascemos e ao qual retornamos na morte (pelo sepultamento) para o renascimento, exatamente como as sementes, quando mortas, são devolvidas à terra (enterradas) e Dela recebem a dádiva do renascimento, nascendo de novo no eterno, divino ciclo de nascimento-morte-renascimento. O corpo da Mãe, a terra, era percebido tanto como o ventre do qual nascemos, como a sepultura na qual somos enterrados — que automaticamente é de novo o ventre do qual renascemos no ciclo sem fim. Ambos, ventre e sepultura (Wilshire, Donna. 1997, p.111).

Assim, a noção de tempo cíclico pode ser retomada aqui como lugar-tempo para se situar simbolicamente e, também, é o tempo das mulheres na prática das tarefas civilizadoras.

Por fim, é possível relacionar essas diferentes definições de tempos e propor aproximações e distanciamentos em relação às formas de resistência que surgem a partir deles.

Sennett (2002) apresenta duas faces do pronome perigoso “nós”: o comunitarismo, abstração estática e fictícia sobre um passado de maior estabilidade, que pode gerar movimentações que se apresentam contra esse novo capitalismo, mas exalta tradicionalismos que podem chegar em racismo, xenofobia e outros extremismos. E a comunidade deve partir da noção não de um regime de iguais, mas, sendo formada por conflitos, da capacidade de discutir e buscar resolvê-los a partir da diversidade, nesse sentido, com o tempo essa capacidade de resolução vai sendo afinada. Assim, o autor defende essa comunidade, que só é possível de ser formada pelo o longo tempo e por relações profundas, como forma de resistência aos problemas causados pela flexibilização do capitalismo.

Existindo nessa mesma realidade e sendo complementar a isso, o papel das mulheres na construção da cidade, a partir das tarefas civilizadoras e da atuação nas comunidades, é que os laços de solidariedade podem emergir como forma de resistência. Entendendo solidariedade como um conceito dinâmico e multifacetado que abrange uma ampla gama de lutas, incluindo as questões cotidianas de convívio, pois, são os embates nesse campo que, segundo a definição de Sennett, fortalecem a comunidade.

[...] uma coleção de modos de fazer, como nos livros de cozinha ou nas receitas trocadas entre mães e filhas ou amigas que inclui criar relações afetivas e sociais que possibilitem construir comunidades e proteger as pessoas, especialmente as mais frágeis, quando as instituições são incapazes de fazê-lo. Na falta de serviços sociais, muitas vezes as mulheres são as únicas responsáveis pelo cuidado das pessoas que vivem ao lado delas e realizam verdadeiros milagres econômicos e psicológicos para chegarem até o final do mês (Garcia, Carla. 2018, p. 27).

Sennett (2004) reflete sobre a própria experiência de vida, de quando era criança e viveu em um conjunto habitacional em Chicago junto de sua mãe, o Cabrini

Green. Dentre tantas reflexões, o autor resgata a questão do estado de bem estar social, tanto dos projetos ingleses de habitação social, que buscavam resolver as questões de classe, como das experiências estadunidenses que vinham no sentido de ser uma tentativa de estancar a ferida de classe e de raça:

Não havia nada de peculiarmente americano na tentativa de usar a habitação para os pobres como laboratório para problemas não resolvidos na sociedade. Na Grã-Bretanha, Jeremy Bentham imaginara, no início do século XIX, que novas habitações para trabalhadores podiam servir como um exemplo de uma sociedade mais coesa e integrada; a Lei de Habitação para Trabalhadores e Artesãos britânica de 1868 objetivava mostrar como o capitalismo de mercado podia ser domado pela formação da estrutura física da cidade. O primeiro conjunto habitacional do Peabody Trust representou um experimento arquitetônico sobre como “projetar uma vida, não apenas uma casa”. Todos esses esforços britânicos concentram-se na classe. O Cabrini e projetos imobiliários semelhantes na América do século XX foram especiais no sentido de que procuraram tratar, ao mesmo tempo, de duas feridas sociais igualmente grandes: raça e classe social (Sennett, 2004, pp. 21-22).

Tais referências mencionadas por Sennett como referências para pensar os conjuntos habitacionais como formas de coesão e integração da sociedade datam de dois séculos, porém é preciso lembrar que esses modelos externos são, ao menos em ideia, exportados para o Brasil mas que, reforçando Milton Santos (1993), aqui eles vão se modificando. Assim, entre os projetos do Estado e influências do capitalismo vigente, há, também, uma relação intrínseca de resistência e luta por sobreviver dentro das lógicas que sempre foram excludentes para muitos e, aqui no caso, nos interessa discutir o que se refere às mulheres, principalmente às mulheres pobres.

Se os ingleses estavam com o foco na classe, os estadunidenses na classe e na raça, nesta pesquisa o foco é no Brasil e na cidade de São Paulo e, como já dito, nos modelos de autogestão e na luta por moradia digna, que também estão presentes em diversos países. Nesse sentido, a influência de países da América Latina não pode ficar de fora da reflexão, em que se destaca a luta das mulheres por moradia digna e o direito à terra, envolvendo intersecções de classe, raça, gênero e outras que, pelo fato de ser mulher, carrega a responsabilidade pelos dependentes, que não são só filhos, mas seus idosos, parentes que necessitem de algum cuidado, enfim, uma infinidade de possibilidades nos arranjos familiares, que vão influenciar na forma

que essas mulheres vão desejar, sonhar e lutar por modelos de cidades para elas e todos esses que com elas caminham.

3. TEMPO DO MUTIRÃO

Seguindo as lições de Gloria Anzaldúa (2000) para as escritoras terceiro mundistas, sentei no chão e me envolvi de memórias imagéticas, desde fotos de familiares que eu não conheci, fotos de festas, outras de dias corriqueiros, quase todas em casas que eu mesma não morei, mas que nos fizeram chegar até aqui. Para que, assim, as fotos pudessem ajudar a liberar na escrita tudo o que elas me suscitaram.

O perigo ao escrever é não fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão. O que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras. O que importa são as relações significativas, seja com nós mesmas ou com os outros. Devemos usar o que achamos importante para chegarmos à escrita. Nenhum assunto é muito trivial. O perigo é ser muito universal e humanitária e invocar o eterno ao custo de sacrificar o particular, o feminino e o momento histórico específico. (Anzaldúa, 2000, p.233)

A primeira coisa que me lembrei de quando nos mudamos para o Garras e Lutas foi do chão na frente dos prédios, o barro vermelho e tábuas que serviam de passagem para não melear os sapatos. Em seguida, como num relance, vi minha irmã do meio, Lívia, me pegando pela mão e, com toda a facilidade de quem já estava integrada, resolveu quem seriam minhas amigas por toda minha infância a partir daquele momento. Ela simplesmente me levou ao prédio seguinte, logo depois do estacionamento, e falou: "Essa é a Thais, neta da dona Inês, e a Bruna, filha da tia Cida..." - e apontando para mim - "...essa é a Jéssica, minha irmã e filha da Alvenita. Brinquem juntas, vocês são todas da mesma idade e sei que gostam de Barbie", todas tínhamos em torno de seis e sete anos. E assim se fez o meu primeiro laço de amizade, como uma extensão dos laços de amizade entre nossas mães e avós. Depois fiz mais amigas de quase todos os prédios, mas, essas duas foram as mais próximas por um longo tempo.

A minha relação com aquelas meninas e mulheres começou quando me mudei, o que não quer dizer que elas não me conheciam, já estas estão sempre trocando e falando de seus filhos e netos. Inclusive, na realidade em que essas mulheres se encontravam, parceiras de movimento de moradia e de canteiro de obra, também eram acompanhadas por muitos de seus filhos e netos. Eu só não estava em tal

realidade, pois, vivia com meus avós paternos em Minas Gerais, aguardando a casa de minha mãe estar pronta para que a gente pudesse se mudar.

[Imagem 14: Eu, minha avó paterna, Maria, irmãos, Livia e Netinho, e minha mãe, Alvenita - B-4 Garras e Lutas, logo quando nos mudamos]



A experiência do movimento de moradia está ligada ao que já foi discutido nos capítulos anteriores, sobre a influência de uma pessoa conhecida como ponte de informação para convidar e convencer sobre a seriedade do movimento. Depois deste primeiro passo, os encontros que se dão na luta e as pessoas com as quais se irá dividir o local de moradia vão depender de alguns fatores, mas que podem ser entendidos como acaso também, já que, quando dos sorteios, pessoas de organizações de diversos locais da cidade, sem nunca terem se visto antes, iniciam uma nova empreitada conjunta para construir suas casas.

A União do Movimento de Moradia - UMM reunia diversas associações de toda a cidade de São Paulo. Minha mãe, Alvenita, ingressou no movimento em Perus, conforme já citado. Dona Maria conta que conheceu o movimento por ter visto um anúncio próximo ao ponto de ônibus, foi verificar a veracidade e, então, se inscreveu, participando lá na Vila Elisa Maria, bairro onde morava. Lúcia teve as parceiras da igreja católica como interlocutoras para conhecer o movimento.

Eu já frequentava a igreja católica. E, nessa igreja católica, final de semana que eu ia lá, as meninas tinham conhecimento de mutirão. Aí

eu comecei. Depois larguei dessa reuniãozinha de mutirão, que era na Barra Funda, e comecei a ir, eu ia para reunião de mutirões que ainda era o Roberto, lá na Santa Cecília, perto da Barra Funda também (M. Lúcia de Oliveira – tia Lúcia).

Eu ia lá mesmo no Elisa Maria. No Elisa mesmo. Era a associação da Verinha e o marido. Aí depois foi fazendo divisões, foi entrando muito mais gente interessada em fazer as divisões [...] Ali no Elisa Maria onde está aquelas casa tudo. Ali, não tem a Igreja das Almas? Ali na (Av.) Cantídio (Sampaio), aquela parte ali foi tudo do mutirão sim (Maria M. de Souza – dona Maria).

Neste momento da pesquisa, já se elaboram alguns caminhos para a pergunta: Quem são as mulheres que constroem as cidades? Sendo mais específica com a questão, temos que saber de quais mulheres estamos falando, sem desconsiderar as outras. Nesse sentido, sobre a realidade dos Estados Unidos, Lasch (1999) fala sobre os movimentos cívicos das classes médias:

As reformas sociais eram as mais visíveis entre as importantes contribuições das mulheres à vida pública, porém não as únicas nem as mais importantes. O trabalho como voluntárias sustentou uma vasta gama de serviços públicos - bibliotecas, hospitais, creches, centros sociais, parques, praças, salas de concertos e museus. A era progressista foi o auge da "cidade bonita", quando as cidades americanas construíram estabelecimentos públicos e coletivos para levar a cultura às massas e incentivar uma maior participação na vida cívica (Lasch, 1999, p. 117).

Patricia Hill Collins, desenvolve o conceito da "outsider within", ou estrangeiras de dentro, ao tratar do cotidiano das mulheres negras, que em sua maioria eram empregadas domésticas no mesmo contexto descrito acima. Elas conhecem as duas realidades, de suas casas e das casas onde trabalhavam, e também se organizam no cuidado de seus bairros como forma do cuidado dos seus. De formas diferentes, brancas e negras, ricas e pobres, vão construindo as cidades em cada parte que vivem e passam.

Por muito tempo mulheres afro-americanas participaram dos segredos mais íntimos da sociedade branca. Inúmeras mulheres negras iam de ônibus para a casa de suas "famílias" brancas, onde elas não apenas cozinhavam, limpavam e desempenhavam outras tarefas domésticas, mas também cuidavam de suas "outras crianças", ofereciam importantes conselhos aos seus empregadores e, frequentemente,

tornavam-se membros honorários de suas "famílias" brancas. Essas mulheres viram as elites brancas, tanto as de fato como as aspirantes, a partir de perspectivas que não eram evidentes a seus esposos negros ou aos grupos dominantes (Collins, 2016, pp. 99-100).

Não sem contradições e relações de opressão que estabelecem interseccionalmente, as experiências das diferentes mulheres com as cidades. Trazendo de volta o que explanou Sennett (2004) sobre o Cabrini Green, para contextualizar que, na realidade estadunidense, as realidades descritas por ele, Lasch e Collins estão dentro de uma mesma conjuntura. Retornando para a realidade estudada, é possível refletir sobre as diferenças e aproximações que se apresentam entre o que foi apresentado e o que vem se construindo aqui. No entanto, todas as contribuições ajudam a pensar sobre as realidades das mulheres nas cidades e as tarefas civilizadoras como forma de resistência, para elas superarem adversidades.

Às mulheres cabe conservar os rastros das infâncias por elas governadas, a transmissão das histórias de família, feita frequentemente de mãe para filha, ao folhear álbuns de fotografias, aos quais, juntas, acrescentam um nome, uma data, destinados a fixar identidades já em via de se apagarem. Tanto no dia a dia quanto na adversidade e nas catástrofes, a tarefa das mulheres é uma tarefa civilizadora. (Garcia, Carla C., 2018, p. 28)

[Imagem 15: Mutirantes do B-4 Garras e Lutas em reunião da UMM-SP]



Quando se discutiu a migração da geração de minha avó, no primeiro capítulo, interessou focar nos laços de solidariedade entre os migrantes para que conseguissem se estabelecer na nova cidade. Aqui, algo parecido acontece, onde os laços de solidariedade vão se tecendo com fios e agulhas forjados já desde o processo de migração, afinal envolve movimento, envolve mudança de um canto da cidade para o outro, envolve a luta contínua de se estabelecer nesta terra e, o mais importante, todas essas coisas só são possíveis porque grupos se formaram, a partir desse primeiro passo, em que uma mulher puxou a outra. E, todo o processo de conseguir o teto todo nosso depende das diversas tarefas e do uso criativo das mulheres para lidarem com essa luta.

3.1. A luta por moradia é feminina

Chegou até o momento da gente enfrentar a polícia, que logo Erundina saiu entrou o Maluf. Nós apanhamos naquela avenida para chegar na onde era a prefeitura, que era no Parque Dom Pedro, ali naquele prédio antigo. Nós chegamos acampar lá, acho que uns oito dias nós ficamos acampado, foi uma coisa, assim, inesperada. Nós vinha, aquele monte de gente na rua, e as tropa militar a mando do do Maluf, do prefeito Maluf [...]. Eu sei que quando nós chegamos, aquele monte de gente, nós chegamos na frente ali da prefeitura no Parque Dom Pedro, já com os caminhão, as máquinas com as liderança, tudo já com as barracas montada. E aí, a gente acampou para poder conseguir a verba, porque Maluf não queria liberar mais para nós. Eu sei que eu lembro do Padre Júlio Lancelotti junto com nós, eu sei que nós não tinha nada para comer, chegamos com uma fome, de repente a igreja chegou com tudo lá, aqueles tacho de comida e agasalho ali, manta para o povo se cobrir. E tava chovendo, muita chuva naquela época, e aí nós ficamos lá revezando. Cada grupo de liderança tinha suas barracas, mas era uma união só. Era todo mundo ali por um único ideal (Alvenita - minha mãe).

Recorrer à Cartago de Dido e à cidade das Damas de Christine de Pizan como ordem simbólica de onde parte esta pesquisa é buscar uma outra forma de política, diferente da Atenas, a pólis grega, na qual apenas os homens eram considerados cidadãos. Cartago representa a forma inventiva de se negociar um pedaço de terra, tornando-se uma República próspera por muito tempo. Já a Cidade das Damas representa como a união das qualidades das mulheres possibilita a construção de uma cidade que vai além dos limites materiais e que pretende atravessar os tempos.

A luta das mulheres dos movimentos de moradia envolve inventividade e a capacidade de sonhar, como as referências aqui evocadas.

Para não ficar só com as mulheres do Brasilândia B-4 Garras e Lutas como referência, em outras pesquisas, sobre outros conjuntos habitacionais de períodos parecidos ou posteriores, foi possível encontrar falas de outras mulheres para se somar com as daqui.

[Imagem 16: Mutirantes do B-4 Garras e Lutas, durante a construção].



A pesquisa de Rosana Maria Pires Barbato Schwartz (2007) apresenta um mergulho na luta das mulheres pela terra no Brasil, trazendo o protagonismo destas nos movimentos de moradia na cidade de São Paulo. Uma de suas entrevistadas, Maria Izilda Camillo, mais conhecida no Movimento de Moradia da Zona Norte como Izildinha, que é lembrada por minha mãe inúmeras vezes como liderança, ressalta como se sente em relação às pesquisas já realizadas:

As mulheres não são destacadas por ninguém que já escreveu sobre a gente, nos jornais ou em outro lugar. Muitos estudantes, professores, vêm pesquisar aqui, mas não falam das mulheres... não sabem ou não acham importante mostrar que são elas as principais forças de união e luta do movimento... que se não fossem elas o movimento ainda estaria lá no século passado [risos]. (Schwartz, Rosana. 2007, p. 131)

Se as pesquisas até ali não deram destaque para as mulheres, tal fala também parece carregar aspecto muito importante sobre o caráter do movimento de moradia liderado por mulheres, que durante esses anos não teve nos pesquisadores os parceiros para atestá-lo. No entanto, em todos esses anos também não pareceu necessitar disso, pois, a força dos próprios movimentos o faz por si.

[Imagem 17: Mutirantes do B-4 Garras e Lutas].



Importante dizer que a luta por moradia envolve os diversos sujeitos, mas destaca-se a participação das mulheres, tanto numérica quanto sua capacidade em tornarem-se lideranças, como destacam Cleonice Dias dos Santos Hein e Débora Sanches (2020) sobre a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP):

Nos espaços da UMM-SP destaca-se a presença predominantemente de lideranças femininas que marcam, sobretudo, a busca pelo lar – espaço este que gere uma sensação de segurança e pertencimento, além da possibilidade, emocional e financeira, de cuidar de sua família (Hein, Cleonice; Sanches, Débora.. 2020, p.21).

Há discussões que associam tal fato ao papel das mulheres como a dona da casa, cuidadora do lar. Porém, tal experiência, o ato de ingresso no movimento de moradia por si configura um ato de se colocar na luta pública. Muito além do que a ligação da esfera com o ambiente privado do lar, são diversos os papéis políticos que tais mulheres assumem quando ingressam nessa jornada.

Articularam-se de maneira peculiar, seguindo o caminho da aquisição da cidadania a partir da via privada e cotidiana, e mostraram uma concepção de política nascente dos próprios interessados e envolvidos com a questão da autonomia dos sujeitos coletivos, que, diante das necessidades básicas para a sobrevivência, procuraram lutar contra as instituições de poderes estabelecidos, alargando, assim, as fronteiras da política (Schwartz, Rosana. 2007, p.134).

Uma das prioridades para se inserir nesses programas de habitação é ser mulher com dependentes, prioridade essa resultante de lutas populares que foram incorporadas pelos órgãos governamentais. Além disso, houve muita luta para que os contratos saíssem em nome das mulheres para que, assim, não fosse mais possível que maridos e companheiros tentassem alienar o bem.

Tal prioridade foi adotada enquanto prática pela pressão do movimento de tais mulheres, porém, só foi implementada enquanto lei no ano de 2005 (lei nº 13.770/2004 regulamentada pelo Decreto nº 45.987/2005) (Hein, Cleonice; Sanches, Débora. 2020, p. 31).

Em outro fragmento da fala de Izildinha é possível pensar na mulher como a força do movimento de moradia:

Você sabe.... nós somos mãe, esposa e trabalhadoras, e precisamos mostrar para o governo que se sabemos administrar nossa casa e nossos problemas, nós sabemos também se organizar e lutar pelos nossos direitos. Não sozinhas... mas com todos juntos, unidos... para mudar as leis e conquistar um país mais democrático, mais humano (Schwartz, Rosana. 2007, p.134).

Saskia Sassen (2003) utiliza o conceito de feminização da sobrevivência para falar sobre o papel das mulheres na cidade global, "(...) Al usar la noción de feminización de la supervivencia no me estoy refiriendo al hecho de la economía

doméstica, realmente comunidades enteras, dependan de manera creciente de las mujeres.” (Sassen, 2003, p. 54). Tal categoria se relaciona com o que a autora chama de “circuitos” na globalização nos quais, após longo período de predominância do Estado-nação, as cidades retomaram sua condição de espaço político e econômico estratégico.

Nas cidades, segundo a autora, é onde outras práticas de cidadania são possíveis e, apesar de interligadas com o global, impactam no local e nas comunidades dos atores políticos que as exercem, ou como Sassen denomina, marcam presença. E, mesmo eles não tendo poder, seguem reivindicando seus direitos.

Hay algo que debe quedar claro: la distinción entre la carencia de poder y riqueza y la condición de actor político. Para denominar esta condición utilizo el término «presencia». En el contexto de los nuevos espacios estratégicos, las ciudades globales, los «desfavorecidos» no son simples marginales. Adquieren «presencia» en un nuevo proceso político que escapa a los límites del ordenamiento formal. Esta presencia revela la posibilidad de una nueva forma de política. Lo que esta sea dependerá de los proyectos concretos y de la acción de las distintas comunidades. En la medida en que el sentido de pertenencia de estas comunidades no está subsumido en lo nacional, puede muy bien revelar la posibilidad de una forma de acción política que, a pesar de ser transnacional, esté centrada en realidad en localizaciones concretas (Sassen, Saskia. 2003 p. 113).

Nesse sentido, essa atuação política a partir do marcar presença significa, para a autora, o exercício efetivo de cidadania.

[...] el reconocimiento mutuo de los distintos sujetos ubicados y conectados en múltiples circuitos transfronterizos, implica asumir la capacidad de actuación que se ejerce más allá y/o contra las constricciones de la ciudadanía (supra)estatal y económica. (Sassen, Saskia. 2003, p. 26).

Ainda que exista essa potencialidade para o exercício de cidadania efetivo, Saskia Sassen também vai discutir que uma das consequências do impacto direto das dívidas externas, desde os anos 1980, é a instauração da feminização da sobrevivência. A dívida externa e seus juros tornaram-se problemas sistêmicos no mundo em desenvolvimento, criando novas contrageografias da globalização, e

impactando especialmente a vida das mulheres. A autora mostra como a dívida tem efeitos negativos nos programas estatais para mulheres e crianças, especialmente em educação e saúde. Além disso, o desemprego pressiona as mulheres a encontrar formas alternativas de sustentar suas famílias, como trabalho informal, emigração e prostituição.

A partir da visão teórica de Saskia Sassen, em que é possível o exercício da cidadania efetiva, a potencialidade de atuação política no caso das mulheres mutirantes do Garras e Lutas, tem como principal impulsionador o sonho da casa própria, mas não só: tem também a capacidade de imaginar uma outra cidade, lutar, construir e manter o que construíram - que vai envolver a luta por outras políticas públicas também, como a educação e a saúde.

Nos conjuntos habitacionais frutos dessa luta – ao se desenvolverem enquanto comunidades que serão inteiramente dependentes dessas mulheres, visto que, em função das condições políticas e econômicas de tal período – a feminização da sobrevivência também dá significação para o que é desenvolvido nesse contexto.

[Imagem 18: Mutirantes do B-4 Garras e Lutas, durante a construção]



Dessa maneira, os laços de solidariedade que se estabeleceram no cotidiano da luta por mudanças concretas em suas realidades, as tarefas civilizadoras que, por meio dos saberes e fazeres femininos, vão garantir a vida nessa cidade que essas

mulheres constroem. E se desenvolvem conjuntamente das condições e possibilidades de cidadania efetiva no contexto da feminização da sobrevivência, proporcionando potencialidades de resistência ao mesmo tempo em que estão entrelaçadas com condições de exploração e sujeição postas nas Cidades Globais (Sassen, Saskia. 1991).

3.2. A cozinha, a creche, a cooperativa e a betoneira

Os prédios foram se desenhando naquele lugar que antes era só terra e vento. Assim, foram construídos barracões para se guardar pertences, além da cozinha e da creche. Tudo improvisado. O trabalho relativo a esses espaços era devidamente partilhado entre todos os mutirantes, as mulheres e os homens partilhavam as tarefas de acordo com as capacidades, necessidades e facilidades de cada um. Desde o início da obra vai surgir, em relação ao cuidado - trabalho esse que historicamente é delegado às mulheres -, a criação dos espaços e práticas pensadas com foco nesse fim, em melhor acolher as necessidades de todos num dia-a-dia tão árduo.

Em um canteiro de obras, em outro contexto, talvez seja impensável o estabelecimento de diversos espaços e práticas de cuidado, como foram pensados aqui durante o mutirão, “Dar e cuidar da vida inclui tarefas rotineiras e repetitivas como cozinhar, limpar, recolher, carregar, tarefas que exijam olhar e esperar, estar no lugar, permanecer disponível” (Garcia, Carla C., 2018, p. 23). Para as mulheres mutirantes, introduzir essas tarefas no canteiro de obras foi trazer para esse espaço a possibilidade da vida como elas entendiam, por exemplo, incluindo suas crianças e os idosos, compartilhando comida e criando formas de abrigar e cuidar de quem já não tinha casa alguma para se abrigar.

[Imagem 19: Fachada do prédio do B-4 Garras e Lutas com faixa onde se lê: Organização e limpeza geram saúde, produtividade e qualidade.]



Em relações institucionais, havia outros tipos de divisão das responsabilidades entre a UMM, a assessoria técnica da Ambiente, as empreiteiras contratadas e os mutirantes.

Apesar de fundada em 1992, a assessoria Ambiente Arquitetura já realizava trabalhos com a UMM-SP, no desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos e, apesar das dificuldades de recursos nos programas habitacionais para custos com trabalho social, manteve na equipe pelo menos um técnico social. Sempre atuou exclusivamente com movimentos de moradia, em especial, com a UMM-SP. Além disso, trabalha com a ideia de autogestão, importante forma de contrapor-se à ideia de mercado, que padroniza os projetos para famílias de baixa renda, com vistas a diminuir os custos, e desconsidera a realidade da população, que, nessa lógica, deve se adaptar à moradia. Na forma de atuar da UMM-SP e da assessoria, os projetos é que são adequados àqueles que vão morar. Assim, um dos propósitos é também contribuir para a transformação do espaço urbano. O processo de trabalho com assessoria e movimentos em parceria, e por meio da autogestão, prevê que as famílias organizadas coletivamente participem das decisões também nas etapas do projeto arquitetônico, desde o momento de elaboração até depois da obra pronta. (Santos, Cleonice. 2016, p. 77).

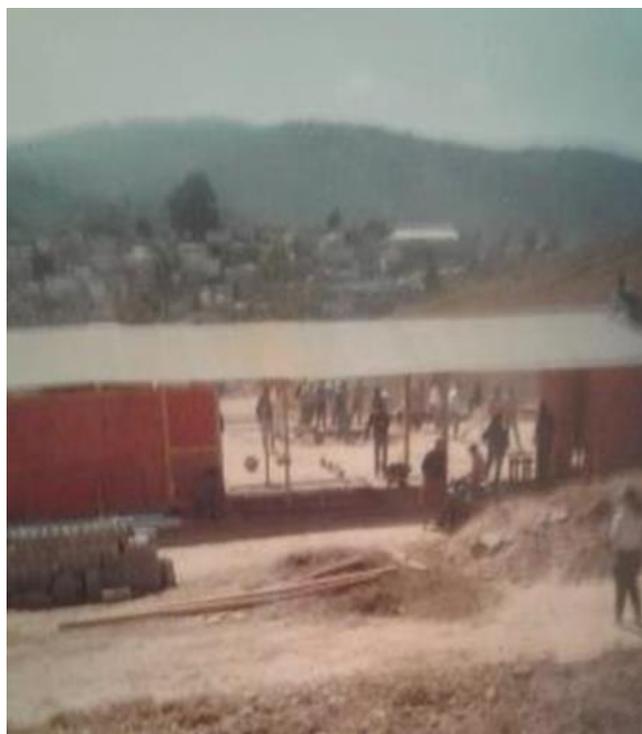
A assessoria da Ambiente juntamente com a UMM carregam essa luta pela autogestão e todo o processo descrito. No entanto, no caso do B-4 Garras e Lutas, participar das etapas do projeto arquitetônico, não significou, necessariamente, participar de suas decisões. Nem minha mãe, nem a Lúcia conseguiram se recordar

desse tipo de discussão e disseram que veio de cima para baixo a decisão sobre o projeto, em que o responsável era o Ricardo Gaboni, da Ambiente. Dona Maria se recorda, brevemente, sobre discussões em relação ao modelo de cozinha,

Sim, esses apartamentos aqui era para ser maior, a lavanderia era para ser maior e a sala dava na parte da cozinha, tinha uma que tinha uma abertura, que era para ter uma cozinha americana. Mas não pôde fazer, que o estado segurou, porque aí não é casa de pobre, não era apartamento para pobre (Maria M. dos Santos – dona Maria).

Sobre toda essa parte burocrática, é mais difícil para as mulheres que conversei se lembrarem de todos os detalhes de como funcionava, principalmente a parte da contratação das empreiteiras. O fato é, pelo o que minha mãe se lembra, que foi preciso contratar mestres de obra, por parte da cooperativa dos mutirantes, para fiscalizar cada processo da construção, pois, muitas irregularidades acabavam acontecendo por parte das empreiteiras e os contratados por elas.

[Imagem20: Mutirão – Barracão.]



Dentre tantas responsabilidades compartilhadas, entre objetividades que esse dia-a-dia exigiu e as subjetividades que ele formou, para falar das resistências, dos

laços de solidariedade e das tarefas civilizadoras, nos três tópicos seguintes esses saberes e fazeres que foram compartilhados são apresentados nas falas das três entrevistadas e nas narrativas vão surgindo os nomes de outras que fizeram juntas essa história.

A cooperativa.

A cooperativa era uma organização, uma união econômica, que era necessária para dar conta de diversas necessidades do mutirão e dos mutirantes. Contratar um dos mutirantes para vigiar os materiais, levando em consideração a necessidade deste e de sua família, remunerando e dando abrigo provisório. A contratação de mestres de obra para fiscalizar as empreiteiras contratadas pela CDHU. Esses são exemplos dos usos do dinheiro da cooperativa, o que demonstra uma parte da organização coletiva que, por um lado apresenta um âmbito mais prático e objetivo, mas, por outro, com toda a narrativa percebe-se a sensibilidade nessas práticas.

[Imagem 21: Mutirantes do B-4 Garras e Lutas].



E aí nós fazíamos essa luta sábado e domingo e feriado. No início era muito difícil porque era área aberta né? Teve que formar os grupos de pessoas para ficar vigiando aqui, para não sumir os materiais, revezava os grupos de pessoas de segunda a sexta, aquelas pessoas dos mutirantes que tava desempregado foi contratado pela essa nossa cooperativa, como caseiros, e de segunda a sexta esses próprios mutirante virou caseiro que na época era para vigiar o material depois no final da conta. E foi um, depois de uma outra época, como a obra começou a andar, teve que contratar mais outro. E todos esses caseiros foi beneficiado para sair do aluguel, que muitos já tava com ordem de despejo, não tinha para onde de ir, então, se tornou caseiro, recebiam uma remuneraçãozinha da cooperativa nossa. Isso não sei nem se pode falar, mas tinha uma remuneração, principalmente o Moisés que era uma pessoa muito carente, com filho pequeno, tinha sido despejado foi o primeiro caseiro. (Alvenita – minha mãe)

Em conversas com minha mãe, ela ficou na dúvida em poder falar sobre as cooperativas, dizendo que a prática era dita irregular, que, segundo normas da CDHU, não deveriam ser feitos esses tipos de rateio, mas, na prática isso era necessário, pois, custeava essas coisas já comentadas e outras, como a ida de lideranças e representantes em reuniões, para pagar as passagens e os lanches, enfim, coisas do tipo.

Não tinha telhado ainda, aí teve que fazer uma cooperativa a parte para poder pôr telhado, isso naquele meio de Maluf querendo tirar o apartamento, falando que era apartamento de rico e tudo. Fez a cooperativa, mas aí já apertou, né? Já tinha apertado para a gente, mas, assim mesmo, nós fomos devagarinho, que deu para mudar sim. (Maria M. dos Santos – dona Maria).

No entanto, em alguns momentos essa prática extrapolou o custeio da participação de atividades do movimento de moradia e precisou ser feita para garantir questões estruturais, como fala dona Maria em relação ao telhado. Tal situação envolve questões políticas maiores, como o embate com a gestão da prefeitura de Paulo Maluf que, ao contrário de Luiza Erundina, perseguia os movimentos sociais. Além disso, na mudança da moeda, durante o plano real, o valor da verba, que já havia sido repassada, desvalorizou, prejudicando a aquisição de materiais dos processos seguintes. Então, a cooperativa era uma prática, irregular ou não, que buscava dar conta das brechas monetárias que existiam ou que acabavam surgindo.

A cozinha.

Aí depois a gente foi se estabelecendo, foram organizando, aí saiu... Nós não tinha cozinha, nós não tinha nada. Nós se lavava pra ir embora nos balde de água, nos tambor de água suja ali da própria obra. A gente não tinha como tomar um banho, mas a gente foi formando já, né? Aí que construiu a nossa cozinha, que hoje é o Centro Comunitário, ali formou uma sala. Primeiramente só sala. Depois virou uma cozinha aí nessa sala. Já acolhia as pessoas antes disso, nós pendurava as bolsas tudo no barracão aqui do Moisés, tinha as mulher mais velha, que era a senhorinhas que vigiava as bolsas. As outras que esquentava as marmitas. Nós não tinha fogão, ainda antes de fazer a cozinha, aí colocava os blocos, botava uma tampa de tambor em cima, botava fogo embaixo, botava areia, colocava em cima da tampa para esquentar nossa marmita. Como aqui não tinha nada perto ainda para se comer, era tudo muito longe, aí a gente trazia as marmitas e tinha muita gente (Alvenita - minha mãe).

A cozinha, mesmo antes de sua existência com toda a estrutura, quando era só um banco de areia improvisado no tambor com fogo para esquentar as marmitas, sempre configurou o espaço dos saberes e do fazer, onde as mulheres se organizavam, sendo o espaço de sociabilidade, festividades constantes e de reuniões para decisões para decisões das mais diversas coisas.

[Imagem 22-23: Mutirantes do B-4 Garras e Lutas, cozinha no ambiente interno e externo.



Da cozinha vem a organização da base do cuidado, os detalhes que, muitas vezes, poderiam passar despercebidos, mas não neste mutirão. A condição de construir prédios do zero, onde não se tinha acesso fácil às necessidades rotineiras, como água e local para comprar comida, fazia com que essas questões básicas virassem tarefas de destaque na divisão do trabalho na obra, pois, a distribuição e o compartilhamento de água e comida era imprescindível para manter todas e todos firmes e fortes, cada um em sua função.

E aí o que é que fazia aquelas pessoas que não tinha? Quem trazia sua marmita dividia com quem não trazia. A Luciene, a dona Teresa... quem era outra? A dona Iracema. Trazia duas, três marmita para dividir com as pessoas que não tinha. Eu mesma sou uma das que comi muito a comida da Dona Teresa e Dona Luzia, que hoje elas já partiram também. Elas já foram embora, já foi morar no céu, mas também já estavam senhorinhas, já muito doente partiram, mas principalmente Dona Teresa, Dona Luzia não vinha muito não por causa da saúde dela, ela era bem doentinha. E dona Nair, já faleceu também. Todas aquelas senhorinhas. Que era que nos acolhia, de olhar as sacolas, de esquentar nossas marmitas, de distribuir água na obra. Tinha aquelas que saía com as garrafas de água, dando água para nós beber, porque ainda não tinha água aqui, né? Tinha umas mina, umas bica ali perto da FEBEM e outra bica aqui embaixo. Como as águas era tudo emprestada aqui das obras do outro lado, aí a gente bebia aquelas águas da bica da mina, tinha umas mina ali embaixo que era boa demais, aí as mulherada enchia as garrafas PET de água da bica e saía distribuindo na obra, as mais velhas, aquelas senhorinha mais velhas que não aguentava pegar muito no pesado. E era elas que fazia essa parte aí. Depois que o Centro Comunitário ficou pronto, que hoje é o CAC – Centro de Apoio ao Condomínio, na época chamava Centro Comunitário. Lá se tornou a cozinha, a sala dos escritório dos mestre de obra e dos engenheiros. E, também, a creche. (Alvenita – minha mãe).

[Imagem 24: Mutirantes do B-4 Garras e Lutas. Cozinha – área do refeitório.]



A creche.

Muitas mulheres precisavam trazer seus filhos para o mutirão. Durante um primeiro período, as crianças transitavam livremente pela obra, o que causou certa preocupação em relação à segurança. Para as crianças, tudo era motivo para diversão e brincadeira. Assim, a creche foi formada, primeiro com as crianças e as responsáveis, sem um local fixo; depois, com a estrutura para abrigá-las, conforme o espaço ia se configurando, os barracões foram sendo construídos e depois o centro comunitário.

Aí tinha a Lúcia e a dona Iracema, também outras senhorinhas, que ajudava a cuidar das crianças. A Lúcia, como ela já trabalhava na creche lá na Santa Cecília, ela já montou logo o grupo das crianças. E aí vinha as mães, trazia as crianças de final de semana, porque não tinha com quem deixar aí ficava lá. No início da obra não trazia não, por causa do perigo, né? Mas depois que montou a salas, aí começamos a trazer as crianças, eu já trazia a Lívía, porque era maiorzinha. E a Paula ficava com Jéssica e com o Netinho. A Paula era mais velha, tinha 13 anos. E aí eu deixava a Paula com os dois menor e trazia Lívía quando tinha um final de semana prolongado, depois que as que as obras deu continuidade, que já tinha os três caseiros, eu já deixava Lívía aqui na casa de Gabriel e ia me embora para casa para voltar no outro dia. Eu na Zona Sul, na cidade Ademar, eu deixava Lívía aqui com o Gabriel, a esposa dele e as filhinas dele, que era tudo na mesma idade, e ia em casa para ver os outros. Depois eu voltava no dia seguinte, quando era feriado que emendava eu já nem ia embora, eu dormia aqui no barracão do Gabriel, lá era o último barracão (Alvenita – minha mãe).

[Imagem 25-26: Crianças do B-4 Garras e Lutas.]



O cuidado das crianças era dividido entre Lúcia e Iracema, de forma geral, sendo a primeira a maior responsável. No entanto, ela ressalta a importância do cuidado coletivo entre as crianças também, onde as mais velhas ajudavam a cuidar das mais novas, já que as adultas responsáveis eram só duas e as crianças, muitas, além de serem crianças de idades muito variadas. Algumas pessoas desvalorizavam esse trabalho, dizendo para Lúcia que ela não teria direito ao seu apartamento, pois não tinha trabalhado na obra diretamente. Apesar disso, ela e outras mulheres, as mães das crianças e as próprias crianças - hoje já todas adultas -, sabem a importância desse espaço e de tudo que fez por todos.

Eu trabalhei em creche como educadora, mas, na época, sem estudo, bastava gostar de criança. Aí eu trabalhava com criança, mas para vir aqui, as minhas filhas não vinham, porque a madrinha da Marlene, a mais velha, morava próximo aqui, aí eu vinha cedo e deixava elas na casa da madrinha. [...] aí chegou um tempo aqui que eles estavam dividindo serviço, o que você fazia e que podia estar ajudando aqui. Eu falei alto, “Eu trabalho com criança!”, tinha muita criança andando pela obra. Aí tinha uma sala, arrumamos a sala e passei a chamar as crianças tudo. Fazia passeios, pedia ônibus para vereador, a gente foi em circo, ia na creche onde eu trabalhava, que a diretora liberava. Uma vez teve palhaço, não sei da onde ele era, mas foi lá na creche, eu levei as crianças do mutirão para lá. Eu procurava o que fosse bom para as crianças. Devido ao trabalho que eu fazia na creche que trabalhava. (M. Lúcia de Oliveira – tia Lúcia)

A betoneira.

A Érica, assim que chegou, já foi para a betoneira fazer concreto, entendeu? Aí a gente mesmo ficou olhando, assim, ela gostava do pesado mesmo, arregaçando as mangas de verdade assim. Eita o trabalho, as primeiras que chegava aqui, porque tem que preparar, tem que fazer, ou seja, cuidava do do local de guardar as ferramentas, saber com quem saiu aquela inchada, com quem estava e de tarde tal pessoa não trouxe não. Tem que ir atrás dela se ela não devolver. Acho que era Sueli que fazia essa parte. Cuidado desse setor almoxarifado. Tinha que prestar atenção no seu serviço aqui, né? O que pedir para quem, que você tá precisando, então, vai com e fala com fulano. (M. Lúcia de Oliveira – tia Lúcia)

A organização da vida no canteiro de obra dependia da divisão do trabalho, da atenção e cuidado para todos e, também de regras que fizessem funcionar a rotina de trabalho. Além das regras de horário, as faltas não eram permitidas, controle de ferramentas, materiais e pessoas, tudo era organizado e gerido por quem ficava no papel de encarregada por cada setor.

Quando a gente chegava muito tarde... as pessoas chegava muito tarde, aí no final depois tinha uma reunião, com reclamação do porque não chegou dentro do horário, que tava faltando, que ia pôr falta. Tinha tudo isso sim. Aí depois, para contornar, às vezes, os que faltavam, a pessoa não podia mesmo vir, mas, aí tinha que mandar alguém ou tinha que trazer alguém junto para pagar falta no próximo dia. Era rígido assim, ou mandava alguém naquele dia, se não mandasse quando vinha tinha que trazer alguém para pagar falta (Maria M. dos Santos – dona Maria).

[Imagem 27: Mutirantes e obra do B-4 Garras e Lutas.]



Nem todas as pessoas foram do começo ao fim, tanto pelas dificuldades, que eram muitas, quanto por acabarem descreditando do processo. Então, elas eram substituídas por outras que estavam engajadas no movimento de moradia da UMM, através de sorteios entre as mais participativas.

Tinha a pessoa que desistia, que achava que era muita política. Como eu falei, diziam, “Isso aí não vai dar em nada.”, né? Muitas pessoas desistiram, daí eles pediam nos grupos de reuniões, quem eles achavam que poderia estar vindo, a pessoa olhava na presença da organização e mandava aquela pessoa que já tinha tanto tempo de reunião, que tinha participação, que tinha interesse no bairro, aquela coisa toda (M. Lúcia de Oliveira – tia Lúcia).

Nesse momento, a organização também se dava na continuidade da participação política nas reuniões, atos, assembléias, etc. do movimento de moradia. Porém, o principal foco era aprender todos os processos que envolvem a construção de prédios, desde a fundação, assentamento de tijolos, parte elétrica, hidráulica, etc. Além disso, com a formação política continuada, também se ofertavam outros cursos no espaço da UMM para quem tivesse interesse, como, por exemplo, espanhol e inglês.

Eu não deixei de participar nas reuniões porque a gente precisava, como era a autogestão, a gente precisava entender como que funcionava a obra, então, a gente tinha todo o apoio técnico de engenharia, arquitetura. Em tudo nós tivemos acompanhamento do governo do estado com a prefeitura, depois de toda essa luta, após conquistar as áreas. Aí nós fomos aprender elétrica, nós fomos aprender hidráulica, nós fomos aprender tudo isso. Tinha escola, curso preparatório na UMM, até curso de espanhol, inglês, porque vinha um pessoal que falava espanhol, quem quis teve curso de espanhol na UMM. Tem gente que hoje ganha seus trocados com os cursos que fizeram na época do mutirão, tem pessoas que se profissionalizou e, principalmente a elétrica, tenho amigos aqui dentro do conjunto que trabalha até hoje com aqueles cursos que eles aprenderam. Nós aprendemos a assentar bloco, tijolo, tudo nas aulas lá dentro da UMM. Depois é a prática aqui dentro da área, né? Nós tínhamos a teoria lá na escola, lá os cursinhos preparatório, depois a gente vinha com a mão na massa. E foi essa luta. E desmanchava e fazia de novo, tivemos muitas perdas de material devido a pouca experiência né? (Alvenita – minha mãe)

O projeto político dos movimentos sociais é sempre mais amplo do que o seu foco. A UMM buscava, e ainda busca, garantir o direito à moradia, mas, em seu projeto político de garantia de cidadania, incluindo a formação de questões burocráticas, até o aprender a construir a casa, também oferecendo outras possibilidades de cursos, tinha a intenção de fornecer uma formação ampla, para atender as necessidades do momento e também para o futuro, de proveitos individuais e coletivos.

Acho muito bom porque teve muitas aqui [...] que aprenderam até trabalhar de pedreiro, eletricista aqui no prédio, teve na Barra Funda uma escola para aprender a trabalhar de eletricista, para poder fazer a iluminação aqui, aí tinha alguém que já tinha mais um conhecimento que foi ajudando. O Oscar foi, a Márcia dali de baixo foi... quem mais que foi? O Antônio, esse já não mora mais aqui, que a mulher dele aprendeu a trabalhar de pedreiro (Maria M. de Souza – dona Maria).

[Imagem 28: Mutirantes do B-4 Garras e Lutas.]



Entre os saberes e as práticas que se configuram como tarefas civilizadoras e, que no processo, foram também formando os laços de solidariedade necessários para a sobrevivência e resistência frente às problemáticas que se apresentavam, tanto físicas, estruturais, políticas, econômicas e relacionais, questionar se as mulheres e homens foram mão de obra barata - ou de graça - para algo que deveria ser custeado por verba governamental, sem levar em consideração toda a conjuntura do que foi contado até agora, me parece reducionista demais.

A solidariedade desenvolvida ao longo dos anos entre as mulheres dos movimentos de moradia pode ser vista pelo viés de sua falta de dinheiro, pela falta de Estado, ou excesso dele, mas também é o que faz com que inventem e reinventem formas de sobrevivência ao longo dos anos. Essas formas de sobrevivência não são

descartáveis e indiferentes, elas são materialidades que só se desenvolvem em coletivo e com o tempo. Como essa rede de solidariedade e essas formas de sobrevivência foram utilizadas por elas ao longo dos anos e reflete na vida das gerações posteriores é o que interessa para esta pesquisa.

Porém, se os fazeres e as práticas das mulheres no B-4 Garras e Lutas também forem compreendidas no conceito de “trabalho de cuidado comunitário” (Faur, Eleonor, 2023), que consiste em: tarefas altamente feminizadas realizadas por mulheres que são das mesmas localidades (bairros/comunidades), que não estão dentro de algum marco legal e o papel do Estado é fundamental, seja por ação ou por omissão, a questão da exploração do trabalho não remunerado se aprofunda.

O conceito de trabalho comunitário começa, justamente, a ser desenhado neste período, entre anos 1970-1990, dando nome a uma série de ações que pessoas articulavam em movimentos e organizações sociais, muitas vezes entrelaçadas em relações com as estruturas e instituições que as sustentam. Aqui, no caso, poderíamos falar dos entrelaçamentos das relações entre mutirantes-movimento de moradia UMM-assessoria técnica Ambiente-CDHU, depois sendo reduzida à moradores-CDHU.

[Imagem 29-30: Mutirantes do B-4 Garras e Lutas].



Em termos de dependência, que também envolve a financeira, se constrói uma narrativa de que essas pessoas dependem do Estado para fazer existir suas iniciativas para manter a vida, seja em movimentos de moradia, creches, cozinhas comunitárias, etc. Mas, é importante questionar quem realmente mantém o que, pois, com esses modelos de construção de conjunto habitacional, por exemplo, o Estado se beneficia politicamente, mas não só.

Sem dúvida alguma, e não só as três mulheres entrevistadas aqui, muitas preferiam ter conseguido seu apartamento sem precisar trabalhar em sua construção durante os finais de semana, depois de terem trabalhado em seus empregos a semana inteira. No entanto, nessa realidade que impunha certos limites e que carregava consigo, também, ideais para o processo de redemocratização que se instalava no país, tendo a autogestão e a solidariedade em sua base. Também é fato que o trabalho no mutirão diminuiu significativamente o valor do financiamento.

O financiamento trazia uma concepção interessante para se pensar os laços de solidariedade, aqui no caso partindo da equidade. A UMM, assim como outros movimentos de moradia pela cidade e pelo país, tinham a intenção de conseguir habitação digna para pessoas de baixa renda, inclusive para aquelas que não tinham trabalhos formais com carteira assinada. Assim, era possível declarar renda com carta de próprio punho. Foram aceitas declarações e comprovações entre um e três salários mínimos, sendo que o valor do financiamento foi dividido entre todos proporcionalmente de acordo com a renda declarada, ou seja, quem podia mais pagava mais e quem podia menos, pagava menos.

A questão é que em todo este período de atuação política de luta no movimento de moradia, e depois, na autogestão de uma obra, intermediando com o Estado, movimento de moradia, empreiteiras contratadas e assessoria técnica, além de sobreviver em meio à obra, cuidando da alimentação, da hidratação, das crianças, assentando tijolos, batendo laje, financiando telhados, fez com que essas mulheres criassem uma comunidade viva, organizada e afetiva, que perdurou ao longo dos anos, mesmo depois que cada uma conquistou seu próprio teto.

[Imagem 31-32: Mutirão – Centro Comunitário e máquinas.]



3.3. O teto todo nosso

Quando do teto já conquistado, elas continuaram se organizando de diversas maneiras ao longo dos anos, para lutar por outros direitos ainda não garantidos, como saúde, educação, transporte etc., em cuidar umas das outras e dos filhos de todas. O cuidado com os filhos é importante de se destacar, pois o compartilhamento deste se iniciou no movimento de moradia e se estendeu ao longo dos anos de convivência dessas famílias, diferentemente de famílias de classe média, que têm pessoas contratadas para isto. Os filhos do movimento de moradia eram, de uma certa forma, responsabilidade de todas, então, enquanto uma trabalhava, as outras ficavam de olho, alimentavam, assinavam chamadas da escola e outras coisas, que depois eram compartilhadas entre elas. Tal exemplo pode se aplicar em diversas situações e necessidades de cuidado que se desdobravam no coletivo.

Nós não tinha luz dentro das unidades, nem água, nós tínhamos só a mangueira emprestada da obra da frente para o Centro Comunitário, né? E ali nós tomamos banho todas as famílias. Tinha hora que os fios pegava fogo, daquela pressão da energia que não aguentava. Aí nós íamos tomar banho, dar banho nas crianças, nós já ia para a fila lá para dar banho nos filhos, a mulherada tudo lá para dar banho nas crianças, lavar roupa, tudo lá no centro comunitário. E não foi fácil. Era mãe, mulher junto com os filhos e mãe e criança e vó e todo mundo pequeno, mas era uma alegria, ninguém via dificuldade. Então, conforme a gente foi se engrenando, foi todo mundo dando as mãos, e todo mundo era muito família, porque a gente sabia a história de todo mundo,

né? E a gente nos ajudávamos, era muito unido, era a coisa mais maravilhosa do mundo (Alvenita - minha mãe).

Assim como era maravilhoso, também começaram a surgir alguns desafios quando, aos poucos, cada família se mudou para seus apartamentos. A convivência, o cuidado e a gestão do espaço passou a ser motivo de uma nova movimentação de aprendizado para todos. Então, aqui surgem as figuras dos técnicos da CDHU, principalmente da área da assistência social, com a intenção de dar suporte neste processo.

A gente apelava para a CDHU, para o governo, nós íamos de volta lá, era reunião atrás de reunião para vir as melhorias, até quando nós começamos a ter um apoio de serviço social. Aí começou vim a primeira assistente social, que era a Dona Marta, ela veio fazer a gente ter uma noção do que é morar em coletivo, né? E para saber as regras, para saber como funcionava nossos direitos os nossos deveres. E aí fomos tendo esses ensinamentos com o trabalho social da CDHU, do Estado, né? O povo tinha muita dificuldade financeira, a gente não tinha condições de formar comissão de condomínio de prédio, dessas coisas era muito difícil, mas com toda assistência de dona Marta, que foi uma assistente social muito importante em nossa vida, ela com todo aquele carinho dela, nos orientou como fazer. Que tinha que termos responsável de moradores para não virar bagunça, aí nós formamos, assim, simbolicamente, um síndico e um subsíndico, que nós não sabia nem direito o que queria dizer, mas a gente formou um grupo de pessoas que queria que não deixasse bagunçar o coreto aqui. E aí acabou tendo uns bem-sucedidos, outros não bem-sucedidos, porque o ser humano sabe como é né? Teve umas coisinhas errada que as pessoas cresciam os olhos, mas sumiram daqui, mas ficou as pessoas boas que tomou frente e foi melhorando, aí fomos terminando um pouquinho aqui, um pouquinho ali das obras e conseguimos conquistar nossa luz (Alvenita - minha mãe).

Apesar desse aprendizado resumido nesta fala de minha mãe, não foi com tanta harmonia que tudo isso aconteceu. Como já dito anteriormente, os conflitos com os governantes, principalmente Maluf, que não eram a favor dos movimentos de moradia e os rumos que a política de habitação vinham tomando nos últimos anos, gerou uma série de conflitos na hora de pegar a chave dos apartamentos, em um constante de ameaças de que eles seriam tomados e entregues para os inscritos na COHAB, que poderiam financiar tais apartamentos por maior valor, numa insistente subjugação de que esses apartamentos, mesmo que construídos pelas mãos de quem iria morar, não eram padrão para essas pessoas tão pobres assim.

Além disso, outros fatores influenciaram a mudança precoce para os apartamentos e a forma que os moradores se comportaram depois de se mudar,

Ah! Daí depois que a pessoa pegou o seu apartamento a pessoa já mudou, entendeu? Eu, onde eu tava antes, apesar de ser cortiço, mas a gente sempre manteve as continhas da gente direitinho, entendeu? Final de semana ia passear, aquela coisa toda. Então para mim não foi fechar a porta e que se lasque lá fora. Teve umas pessoas que já tava, não sei se morando de favor, ou parou de pagar aluguel, já tava sujeito a ser despejado, foi um desespero para entrar e entraram até que meio sem ordem. Não podia mudar porque o bombeiro ia fazer vistoria nos apartamento para depois liberar. Ah, “mas eu tô quase na rua”, “porque eu moro com a minha sogra e não aguento mais”, então, teve várias situações assim, que a pessoa não quis nem saber (M. Lúcia de Oliveira – tia Lúcia).

A CDHU como instituição governamental representava, na visão de uma parcela das mutirantes, também uma certa ameaça. Explico de onde veio essa questão. Contra a ameaça relatada anteriormente, muitas famílias entraram em seus apartamentos muito antes do que o previsto, sem nada pronto para morar, fazendo com que tivessem que sobreviver conforme o relatado. Além disso, as pessoas que não entraram dessa maneira apressada eram constantemente ameaçadas com a ideia de que os técnicos e fiscais da CDHU iriam verificar que seus apartamentos estavam vazios e, assim, iriam passar para outra pessoa. Essa parte era, segundo minha mãe, um grande boato.

O fato é que alguns mutirantes simplesmente resolveram que, por terem construído tudo em forma de mutirão, não iriam mais pagar nada que, no caso, envolvia todo o coletivo, que era o financiamento e a água/condomínio. Ao mesmo tempo, aqueles que podiam um pouco mais financeiramente, acabavam arcando com a parte da água/condomínio, entendendo e sendo solidários com aqueles de menor condição e, bancando os inadimplentes deliberados, para não faltar água para o coletivo, meio que mantendo a prática de cooperativa da época do mutirão para tal fim.

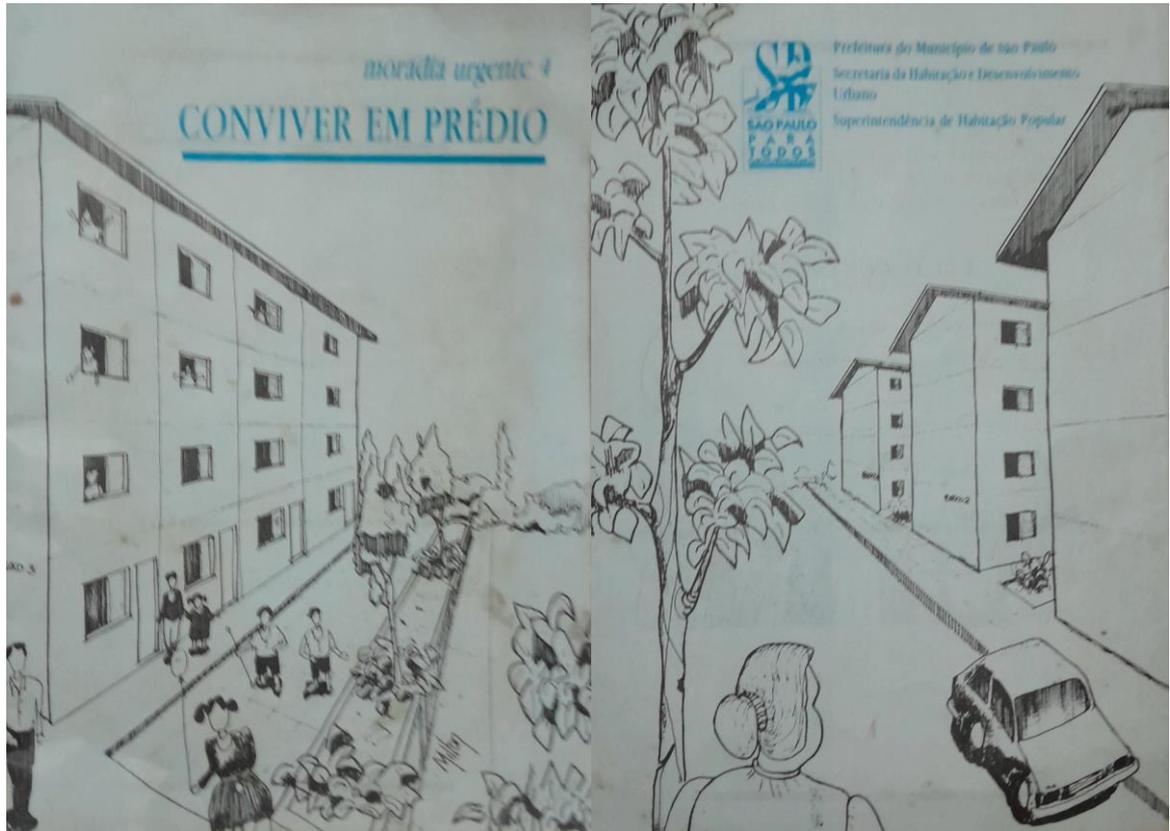
Veio os relógios da luz, colocou a energia no apartamento, já não precisava mais pegar fogo lá no centro comunitário para tomar banho e depois, com todo esse auxílio social da assistência social, nós fizemos umas atas, ensinou nós a fazer ata, ensinou nós ter aquelas reuniõezinhas pra decisões. E aí as famílias foram se unir em cada bloco, né? Porque são nove blocos com 160 unidades. Aí nós formamos os síndicos, né? E depois foi melhorando cada dia, mas sempre com aquela união com aquele carinho, todo mundo sabendo a necessidade de um e do outro, aqueles que mais precisava gente recebia ajuda um do outro. Você às vezes não tinha um ovo, era só bater na porta do outro, um pouquinho de sal, um pouquinho de açúcar, era assim, uma coisa muito

muito família, não parecia que era 160 apartamento, era 160 família. [...] E formamos os grupos, aí veio aquelas brigas porque tinha uns que não pagavam tudo não o condomínio, tinha aquelas da situaçãozinha melhor que completava o que faltava da conta de água, a luz já era cada uma da sua unidade, não tinha problema, mas a água como era geral, né? A gente sempre pagava por aqueles que não tinha condições ou porque não queria pagar. Muitos era porque não queria pagar não, muitos era porque não tinha condições e a gente vendo esse lado, aquelas pessoas melhorzinha de situação completava a conta da água para o prédio não ficar sem água e depois a coisa foi avançando, depois veio as individualizações de prédio (Alvenita - minha mãe).

Entre os boatos e a realidade, a presença dos técnicos da CDHU não era bem aceita no B4 - Garras e Lutas. Eles tentaram agendar reuniões com o maior número de condôminos possível, mas sem sucesso. As pessoas não aceitavam que viessem ensinar a elas como viver. Dentre as contradições da organização coletiva necessária e a organização coletiva existente, o sentido de comunidade e a solidariedade iam se desenhando da forma que era possível, da forma que eles achavam que lhes era conhecido e desejado, entre o oficial e a vida cotidiana, entre o cuidado das crianças e do espaço.

Na primeira dessas reuniões, foram distribuídas cartilhas informativas sobre conviver em prédio e em condomínio. Uma delas era produzida pela Prefeitura de São Paulo em 1991, com o foco no cuidado do apartamento e dos espaços coletivos. E outras duas foram produzidas pelo Governo do Estado de São Paulo e pela CDHU, em 1996, uma com foco na organização do condomínio e outra nos cuidados do apartamento e do prédio. As três reforçam que, mesmo com o fim do mutirão, a luta é contínua.

[Imagem 33: Cartilha 1]



Conviver é viver em comum com outrem, utilizando adequadamente o espaço coletivo e respeitando o direito individual.

Conviver em prédio

Para enfrentar o problema de falta de moradia em São Paulo, a **HABI** — Superintendência de Habitação Popular, da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo, resolveu construir **prédios**. Isto porque os terrenos estão muito caros e, custa muito levar luz, água, ônibus, escolas, cada vez para mais longe. Assim, a construção de prédios em bairros onde já existe tudo isso, abaixa o custo da habitação e possibilita a construção de mais moradias. Esta cartilha irá orientar você, futuro morador do prédio, como cuidar bem do seu **imóvel**.



Prefeitura do Município de São Paulo: Luiza Erundina de Sousa
Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano: Ermínia Maricato
Superintendência de Habitação Popular: Nabil Bonduki
Ilustração: Milton Romero
Colaboração: Clóvis Lerner
Programação Visual: Fúlvia Ducca

Conviver em Prédio é uma publicação do Programa de Provisão de Moradia, a partir do Projeto elaborado pela Habi - Regional da Penha - Sehab - 1991.
Apoio - Assessoria de Imprensa
Revisão: Raílda Herrero

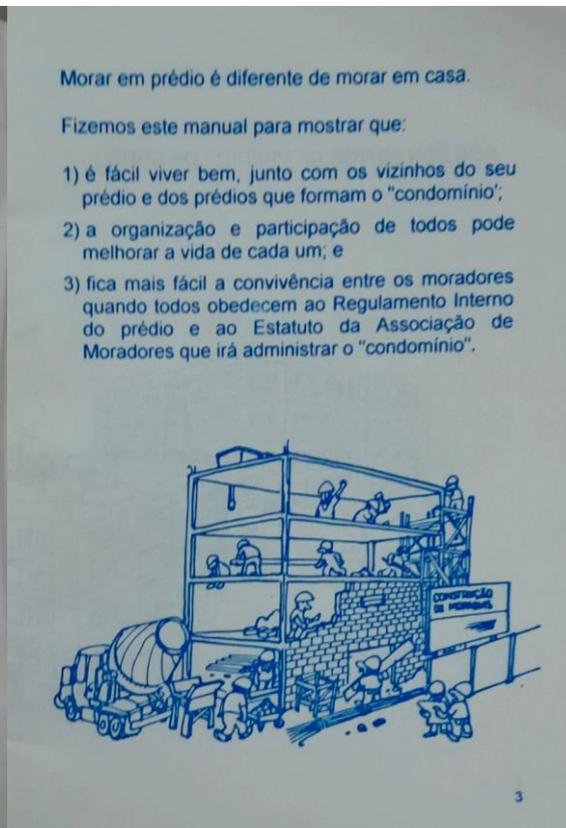
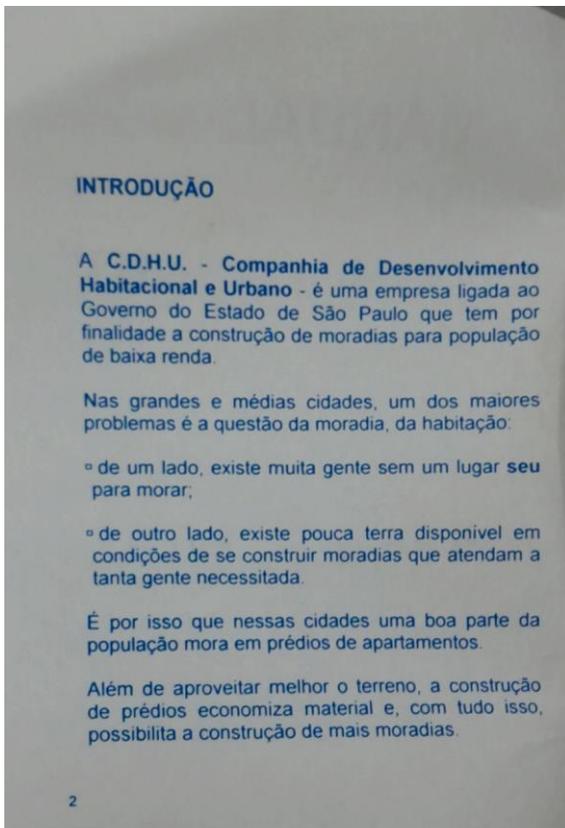
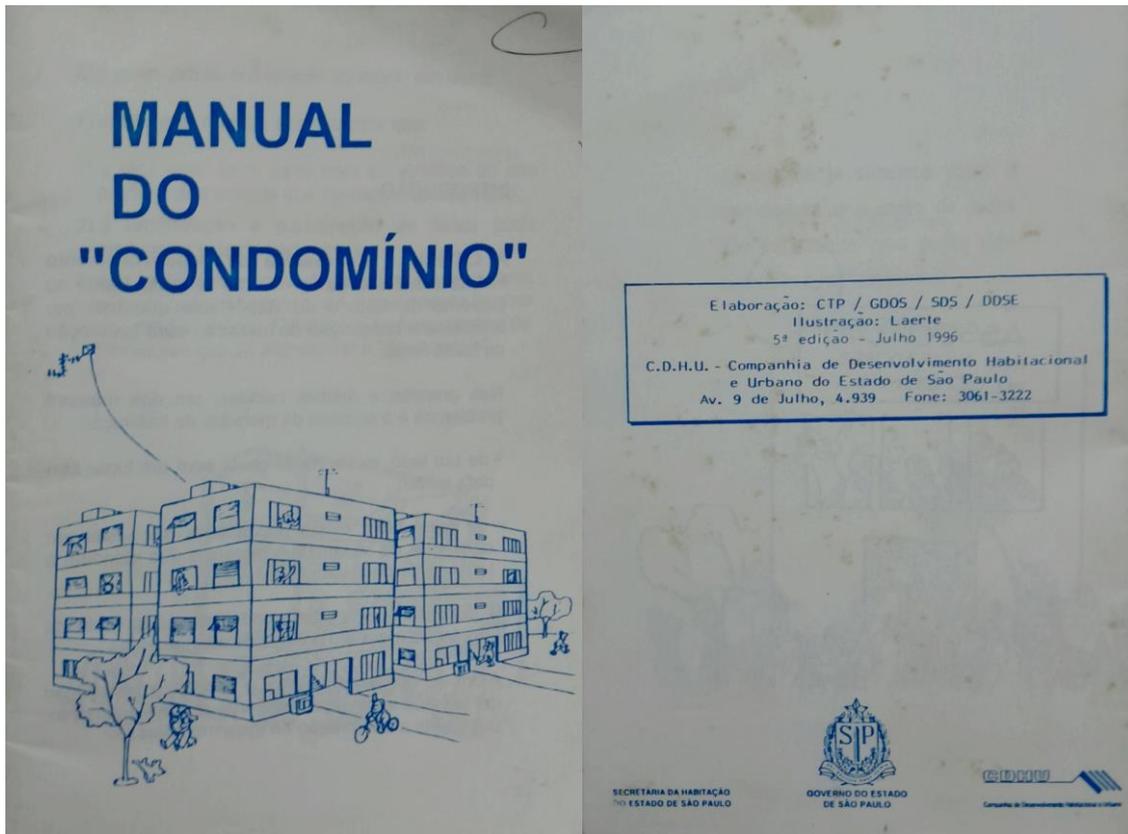
Depois de tanta luta, finalmente você conseguiu sua moradia. **E agora?**

3

[Imagem 34: Cartilha 2]

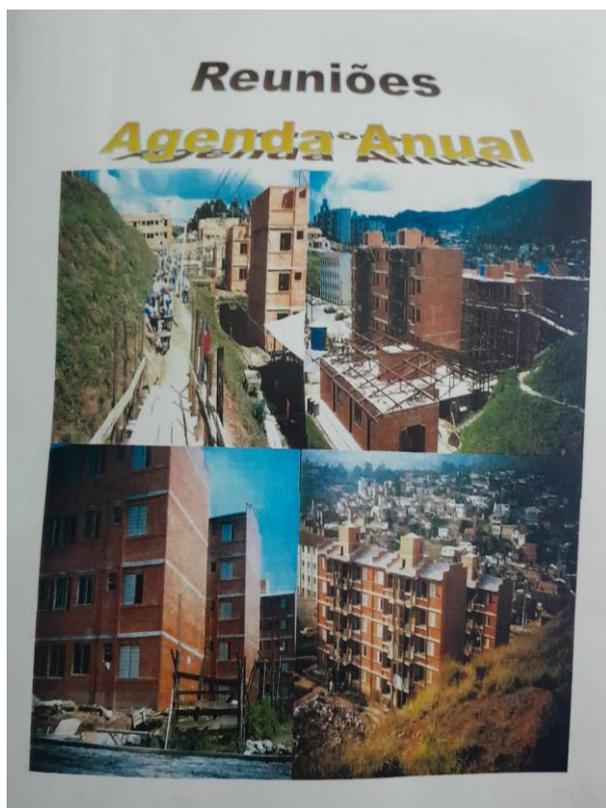


[Imagem 35: Cartilha 3]



Assim, para contornar a situação, um grupo de pessoas, com representantes de cada prédio, passou a frequentar reuniões direto na sede da CDHU para ter orientações sobre os mais diversos temas que envolviam esse novo momento, que era, finalmente, ter o teto.

[Imagem 36: Ata de reunião]



Além da CDHU, com o tempo, técnicos de outras instituições, como SABESP, por exemplo, passaram a fazer parte dessa rotina, tudo na intenção de conseguir garantir certos direitos e melhorias para o B4 - Garras e Lutas. Minha mãe era responsável por essa parte da SABESP, no entanto, outras pessoas se envolviam nas questões escolares, de saúde, de transporte público, etc.

Nós ficamos sabendo pelo primeiro prédio, que eu nem lembro quando que apareceu umas individualizadora de água. Começou com o meu prédio, que foi o primeiro prédio a individualizar a água. E, por que nós ainda tínhamos umas lutas na Sabesp, porque nós somos de baixa renda, nós tínhamos direito de conquistar o social da água. Na Eletropaulo também teve, mas nós não alcançamos devido ao tamanho da unidade. Não podia ter mais de três

tomadas no apartamento, não podia ter geladeira com freezer, só geladeira comum, um monte de história. Aí nós fomos pra reuniões da Sabesp, essas lideranças de cada prédio, a gente começou a participar. Alcançamos social, que nossa conta daquela época de 600/700 baixou para 150 reais com social, aí nós íamos nas reuniões da Sabesp. Tinha que fazer todo um cadastramento das famílias de cada prédio. [...] E nós conquistamos, depois de muita batalha, a não precisar mais fazer aquele recadastramento anual, passou para dois anos, depois de dois em dois anos ganhamos a vitória para não precisar fazer mais esse recadastramento de fazer levantamento de todas as famílias. Não precisou mais, aí depois veio as administradoras da individualização, que facilitou, cada morador começou a receber suas contas individuais pelo condomínio, mas veio uma conta geral da Sabesp e veio todas essas melhorias. E depois, conforme os síndicos foram cansando, contratou administradora, hoje é quem faz esse recadastramento automaticamente da Sabesp e, até hoje, não pode ultrapassar não sei quantos metro cúbico para não perder o social (Alvenita – minha mãe).

Com as devidas proporções de comparação entre o que escreve Sennet (2004) sobre o Cabrini Green e o B4 - Garras e Lutas, o autor descreve a intervenção do Estado no Cabrini Green por meio de técnicos, discutindo a questão do respeito próprio e do caráter das pessoas, neste caso, focando, principalmente, na figura de assistentes sociais em duas situações: na escolha dos vizinhos e nos conflitos gerados pelas guerras de cacos de vidro entre crianças negras e brancas.

Quanto aos moradores dos conjuntos habitacionais, não era permitido a eles decidir sobre a escolha de seus apartamentos e de seus vizinhos, ficando sobre responsabilidade do Estado a decisão.

(...) esta decisão era tomada por eles, pela Secretaria de Habitação de Chicago, mediante uma avaliação do caráter do inquilino, bem como de sua situação financeira. Evidentemente, havia um comitê de inquilinos, mas com poucos poderes; minha tia mais tarde me disse que os funcionários do governo que tinham importância na administração do conjunto habitacional mal se dignavam a frequentar as reuniões do comitê. (Sennett, 2004, p. 25).

Já na situação de conflito após acidente com crianças que faziam guerras de vidro, para o autor foi possível relacionar as diferenças que essas figuras tinham para

as famílias brancas e negras. Para as brancas, irritava a interferência das autoridades, enquanto para os negros era o chamar atenção das autoridades que preocupava.

O outro problema era que o conjunto habitacional negava às pessoas o controle de sua própria vida. Elas eram convertidas em espectadoras de suas próprias necessidades, meros consumidores da atenção dada a elas. Foi aqui que elas viveram esta falta peculiar de respeito que consiste em não ser visto, não ser considerado um ser humano íntegro (Sennett, 2004, p. 27).

Refletindo, a partir do coloca Sennett sobre o respeito no Cabrini Green, a intervenção por meio de técnicas por parte da CDHU pode ser entendida como a tentativa de tirar o controle de suas próprias vidas, pois, diferente do conjunto habitacional estadunidense, o B-4 Garras e Lutas tinha outra trajetória em relação à forma que o projeto foi conquistado, com ideais opostos à esse tipo de controle, no caso da autogestão. No entanto, é importante que o papel do Estado através desses técnicos seja problematizado, no sentido de saber os limites entre seu papel enquanto uma das partes da organização e onde pode iniciar a intervenção tuteladora.

Cleonice Santos, desenvolve sua pesquisa justamente para discutir a importância do trabalho dos técnicos sociais - assistentes sociais e psicólogos, principalmente - durante o processo do movimento de moradia e dos mutirões. Em entrevista com Zéquinha, liderança também aqui da região Norte e Oeste, que construiu e mora no B11, relata processo parecido com o que aconteceu no B4:

Então, a gente teve que implantar, no início, eu lembro muito bem que a gente tinha que fazer tudo. A assessoria tinha que fazer o papel dela, que era a execução da obra, e a gente, em si, tinha que fazer minimamente, não é bem uma formação, mas falar com as famílias como seria para manter a organização acontecendo. Então, a gente teve que arregaçar as mangas e fazer por conta própria, porque a gente não tinha ninguém de suporte. A gente falava muito de obra, de obra, de obra, mas de como vai morar depois, ninguém falava. Então, a gente se organizou muito (Depoimento de José de Jesus, 2015). (Santos, Cleonice., 2016, p. 83).

A autora ainda informa que nesse período existia a atuação de uma psicóloga, mas nem Zéquinha e nem as mulheres aqui entrevistadas parecem se lembrar. Separar a execução da obra e o aprendizado sobre como seria a organização depois

de morar, parece apresentar questões importantes, apontando que em tal processo, a assessoria de técnicos sociais deveria existir atuante desde o começo, sendo tudo ao mesmo tempo.

Minha mãe, Alvenita, conta que uma certa desarticulação de uma quantidade significativa de mutirantes, após pegar a chave de seu apartamento, se deu pelo cansaço. Tinham participado por anos de reuniões no movimento de moradia, mais os cinco anos de obra, no fim, estavam todas bem exaustas. As lideranças que continuaram, faziam por ainda continuar sonhando, agora com as possíveis melhorias a serem conquistadas e, mesmo quem não estava na linha de frente, apoiava quem estava e depositava a confiança que era necessária, com algumas exceções, é claro.

Hoje, passados trinta anos, as questões dos cuidados com o prédio e com a área externa ficaram nas mãos de administradoras contratadas e o papel de síndicos, com as próximas gerações ou moradores novos.

E o que permanece? O cuidado e os laços de solidariedade, com toda a certeza.

Eu tenho um costume de falar alto, não adianta, você vê eu conversando com o povo lá embaixo, né? Minha filha mais velha fala, “Meu Deus, só escuta a voz da minha mãe, não conheço a voz de ninguém. A dela é a primeira!”. Mas tem coisa mais gostosa do que isso? Mostrar que você tá vivo? Aí vou subindo, tudo bem, fazendo a lista de chamada, se dona Maria abriu a janela do quarto. Daí eu venho para cá. Como que será que tá a Vena, a Erô? Saiu ou não acordou? Esses dias mesmo, a filha da dona Maria foi acordar e ela não queria acordar, né? Teve que levar no pronto socorro. A Cristina falou, “Ué, cadê a mãe? Não veio tomar café”. Daí foi no quarto, ela tava lá sonhando com os anjos. Eu aqui não sabia de nada não, porque o Jorge passou perguntou se a Marlene tava aí, eu falei não, mas ele não falou mais nada do que tava acontecendo com a Dona Maria. Daí eu vi um burburinho no estacionamento e eram eles, e eu falei, “Ó, a Marlene não tá, mas oxe, quantos carros tem aí, é só dar um berro no estacionamento, eu tenho autoridade de chamar”. Realmente a Marlene não tava, mas se eu soubesse que iam chamar o Uber para levar a Dona Maria, pois chamaram o SAMU e demorou, aí chamaram o Uber. Daqui a pouco o Diego fez assim, “Que que tá acontecendo?”, aí Diego abriu a porta do carro, daí o Uber encostou. Só faltou chegar o SAMU. O Diego não deixou o uber levar ninguém, ele levou a dona Maria (M. Lúcia de Souza).

A gente é muito unido. Assim, a gente hoje não tá mais frequentando muito a casa do outro, mas na hora que sai ali fora não tem como não bater papo uma hora, uma hora e meia ali fora, porque não tem como

fugir. Aquele amor, aquele carinho de toda aquela época continua. [...] Tem uma vizinha ali dos cinco e seis que é a Lena, era o nosso socorro, é o nosso socorro mesmo hoje. Se precisar chamar o Arlindo, marido dela, que tem um carrinho velho dele, desde aquela época que ele tem esse carro e é o mesmo até hoje. Eu acho que é um passatzinho, nem sei, que eu não sei marca de carro, mas é o nosso socorro aqui até hoje. Era o seu Valdomiro também. O Arlindo, o Sales e o Agenor, essas poucas famílias que tinham carro. E assim uma união que se hoje você disse assim, me acode, se não tiver um tem outro até hoje. Você não precisa bater na porta é só dizer, assim, “Socorro, vem um ajudar!”, até hoje. Tem as suas dificuldades, que todo mundo tem suas obrigações, né, mas se não conseguir, tem Domênico que chama o SAMU. Tem dona Maria e toda família dela. Eu fiquei um tempo na zona sul, por volta de 2005, aí tinha dona Maria, tinha a menina aqui do cinco e seis, a Dona Nair. Eu fiquei com meu apartamento vazio, que eu fui morar na Zona Sul por um período, depois eu voltei. Naquele dia que eu não tinha nada aqui no apartamento. Quando eu menos esperava eram duas três marmitas que chegava aqui na minha porta. Tinha dia que eu tinha que dizer assim, “Gente, não precisa trazer comida não que eu já tenho um monte de comida na geladeira.”, banana, era laranja, era melancia, tudo, não por eu ser liderança, mas por amizade, por ser família. Aí mais agora, eu passei esses três anos afastada um pouco, daí quando eu apareço ali pra baixo, o pessoal já vinha, “Cadê você? Onde é que você tava mulher? Pensei que você tinha vendido esse apartamento”. E eu respondia, “Eu não. Eu tô aqui gente. Eu voltei, eu estava ali cuidando da Lívia. Mas agora eu já estou de volta, né?”. Aí é assim. É um carinho que aqueles mais velhos que conviveu de toda essa luta e até hoje tá todo mundo quietinho no seu cantinho, mas a gente faz aquelas reuniãozinha ali, aniversário da Madá, aniversário da Alvenita, aniversário da Margarida... Tem uma Lúcia aqui, que ela não deixa passar batido um aniversário daquelas pessoas daquele tempo, nem que ela leva uma caixa de suco um refrigerante e um bolo Puma, mas ela canta parabéns para todas nós daquela época. Lúcia, que era a tia da creche do tempo da obra (Alvenita Ribeiro - minha mãe).

[Imagem 37: Mutirantes do B-4 Garras e Lutas – momento de comemoração de aniversário.]



A reflexão proposta até aqui foi a de discutir a construção da cidade também como uma das tarefas das mulheres. Por meio das tarefas civilizadoras exercidas por elas, vão construindo outras possibilidades de vivência e resistência nos mesmos espaços das cidades dos homens. O B4 - Garras e Lutas como espaço, dentro da megacidade São Paulo, onde foi possível para essas mulheres exercerem seus saberes e fazeres e, assim, construir, na lógica do tempo das mulheres, laços de solidariedade e fortalecer a confiança que umas tinham nas outras, sendo que com, “(...)la noción de diversas temporalidades, podemos ver que a través de la historia se han dado condiciones donde los sin poder han hecho historia” (Sassen, Saskia. 2010, pp. 495). E isso lhes deu, também, a cidadania, como a definida por Saskia Sassen (2003) sobre a luta dos sem poder.

Creo que las luchas de los sin poder se pueden beneficiar del hecho que esas luchas están dándose en ciudad tras ciudad, y claro, no solo en las ciudades – véase el movimiento de los sem terra (sin tierra) aquí en Brasil. Y si bien en cada ciudad, en cada espacio, bajo su propia modalidad, el hecho es que están dándose a través del mundo. Y de ahí surge la categoría de la multitud, el poder de la multitud. Si vos creés que vos sos el único o la única que está luchando por un mundo mejor parece una lucha imposible. Esta especie de lucha global se da a través de particularismos (Sassen, Saskia. 2010, p. 495).

Para as mulheres dos movimentos de moradia, construir suas casas e toda a luta que trava para isso é explodir com os limites do público e do privado, que colocado binariamente, relega as mulheres ao lar - o que não foi verdade absoluta para todas - , além disso, coloca o privado e os lares como lugares isentos de política, o que também é rebatido pela luta em movimentos sociais de moradia e, também, na realidade de outras mulheres que participam e constroem as cidades em outros lugares. Assim, para essas mulheres foi possível construir suas casas e com elas um bairro inteiro, com um sentido de comunidade que resistiu e resiste até hoje.

[Imagem 38: Mutirão – reunião de mulheres do Garras e Lutas B-4 com vereadora Edir Sales.]



4. TEMPO DAS FILHAS

Adeus saudade
Vou-me embora
A Deus dará eu vou deixar
O que tiver que ir embora
Adeus saudade
Eu vou andar
Estradas
Pontes
Lábios
E dedos
Encruzilhadas a encontrar
Espada corta as fronteiras
Levo apenas o meu olhar
É que o aqui e o agora
É minha escola
O meu lugar

Bye bye saudade
Eu vou-me embora
A Deus dará eu vou deixar
O que tiver que ir embora
Bye bye saudade
Eu vou-me embora
A Deus dará eu vou deixar
O que tiver que ir embora
Adeus saudade
Eu vou andar

(ÀdeusdarÁ - Josyara)

Eu cresci ouvindo minha mãe contar sobre a força que ela precisou ter para superar todos os desafios que teve em sua vida, principalmente depois que meu pai morreu. Foi um período extremamente difícil para ela, no qual, além de lidar com o

luto, precisou se reerguer, diz que olhava em volta e via cinco filhos pequenos, sentia solidão e praguejava, “Luiz, por que você me deixou sozinha com esse tanto de menino no mundo?”. Mesmo tendo o apoio dos meus avós paternos e de suas irmãs, sabia que agora a missão era sua. Assim, deixar de depender de meu avô paterno se tornou uma questão importante. Ela sabia que para poder criar seus filhos com liberdade era essencial conquistar sua independência. Para minha mãe, a autonomia não era apenas uma questão financeira, mas também um desejo de assumir o controle de sua própria vida, de tomar suas próprias decisões e de ser capaz de moldar o futuro de acordo com sua vontade. Ela queria criar seus filhos sob suas próprias regras, sem precisar seguir as expectativas ou interferências de outros. Dona Maria e Lúcia também falam de algumas questões que foram importantes para elas, no quesito ter a casa para si e suas famílias.

Foi ótimo, foi muito bom, porque para viver mudando, pagando aluguel, não dá. Mudando de um lugar para o outro e, cada dia para um lugar pior, lugar menor e com preços mais caros. Então, para mim foi ótimo poder ter minha casa desse tamanho (Maria M. de Souza – Dona Maria).

Dona Maria dá muita importância para sair do aluguel, enquanto Lúcia enfatiza em poder dar uma casa mais espaçosa e coisas que ela não teve para as duas filhas.

Hoje vocês têm um quarto só para duas, entendeu? Que, graças a Deus, a minha palavra de não ter sete filhos eu cumpri. São só duas para dividir, entendeu? Antes de mudar era uma beliche, depois já é cada uma com a sua caminha no seu quarto, não tá bom demais? A gente chegou aqui, comprei um sofá, porque não tinha para pôr na sala, arrumei uma estante, aí a cama já tinha e o guarda-roupa das meninas. Eu acho que até hoje é uma maravilha, eu falo para elas que eu não tive a metade disso, entendeu? As duas estudou, uma quis seguir além com os estudos, a outra parou. Entendeu? Mas não deixa de trabalhar, cada uma trabalha, aquela coisa toda. Cada uma cuida da sua vida, não me dá trabalho, entre muitas coisas que a gente vê por aí, né? Aí não pensa assim, cada uma cuida da sua vida, do seu trabalho, mas mesmo assim a mãe ainda estica a mãozinha, “Vocês não podem perder o costume de receber o pagamento e dar a parte da mamãe” (M. Lúcia de Oliveira – tia Lúcia).

Durante as entrevistas e no caminhar do cotidiano do B-4 Garras e Lutas, é possível entender a importância desse teto para essas mulheres, as mutuárias originais. E, junto com elas, estavam suas famílias, suas filhas e filhos, dentre outros parentes. E, para essas pessoas toda essa história também tem significado e importância. E, assim, com filhas e filhos, netos e netas, mães e pais, avós e avôs, tias e tios, etc., lares foram se construindo e a quebrada Vila Brasilândia foi se formando.

Quando penso em dizer sobre o impacto de ter crescido em um conjunto habitacional, percebo como é impossível trazer à tona memórias em que eu esteja no centro da narrativa. Minha experiência sempre foi muito coletiva, vivida em conjunto com a comunidade ao meu redor. Desde cedo, minha história foi tecida junto com a de tantas outras pessoas que faziam parte daquele espaço. Estudei na EMEF Ernani Silva Bruno, uma escola que era fruto direto da luta das mulheres dos movimentos de moradia do complexo Brasilândia. Essa escola, que se tornou referência na região, foi um lugar que me ofereceu muito mais do que apenas educação formal. Estudar ali possibilitou a convivência com crianças de outros conjuntos habitacionais e do entorno, criando, assim, essa vivência num ambiente de troca e aprendizado coletivo.

Além da escola, o Centro Comunitário do Brasilândia B-3 foi outro espaço que desempenhou um papel importante na minha formação, dos quais guardo lembranças incríveis. Lá, participei de aulas de capoeira e dança. Mais velha, fiz parte de um programa chamado Jovens Urbanos, da Unicef, que também era articulado no local. Esses locais eram pontos de encontro onde a cultura e o fortalecimento comunitário se entrelaçavam, proporcionando momentos de expressão e resistência. Outro lugar que marcou minha infância foi o clube escola da COHAB Taipas, no bairro vizinho, que oferecia diversas atividades esportivas. Lá, tive a oportunidade de praticar ginástica olímpica.

No entanto, o impacto mais profundo vem das incontáveis horas que passei brincando e crescendo junto das minhas amigas e amigos do B-4 Garras e Lutas. Juntos, aprendemos a sonhar como nossas mães, avós, tias e irmãs nos ensinaram, sempre inspirados pela resistência e esperança que elas carregavam. Cada brincadeira, cada momento compartilhado, foi um exercício de imaginação e construção de futuros possíveis, sempre ancorados nas lições de união e

solidariedade que herdamos. Mais do que apenas uma experiência individual, minha infância foi uma vivência de pertencimento, onde o coletivo sempre esteve em primeiro plano, moldando a forma como vejo o mundo e meu lugar nele.

A primeira vez que fui entender a importância de tudo isso, foi quando fui viver em um bairro diferente, nos mudamos de volta para a Cidade Ademar, quando eu tinha treze anos. Meu irmão mais velho, Wagner, comprou uma casa, realizando o sonho da casa própria e do quarto próprio para cada irmão.

Lá era tudo diferente, sem a comunidade à qual estava acostumada e, todas as atividades esportivas e artísticas que fazia, no novo bairro era tudo pago, não havia centros comunitários ou clubes da prefeitura próximos. Passaram os anos, me acostumei com a nova realidade, fiz novas amizades de forma diferente e encontrei jeitos de viver o coletivo em outros espaços, aqui no sentido da busca adolescente por grupos.

Recorrer à própria memória para contar, junto com a memória das outras, pareceu a escolha certa para a construção desta pesquisa. Eu já contava que seria emocionante os momentos de sentar-me para escrever, no entanto, foi e é mais intenso do que pude imaginar. Então, peço que imaginem essas páginas manchadas por lágrimas, tanto da saudade de lembrar dos que já se foram, quanto de felicidade, muita felicidade em poder fazer isto por todas nós.

[Imagem 39: Eu, logo que mudamos para o Garras Lutas B-4.]



Fui tomada por um vendaval de lembranças quando resolvi me perguntar o que responderia caso precisasse dizer sobre o que é mais marcante para mim por ter crescido no B-4 Garras e Lutas. Dentre todas as lembranças, me peguei chorando de tristeza e alegria com três momentos: as mortes das minhas avós e o nascimento da minha sobrinha.

Primeiro quem partiu foi minha avó Maria, mãe do meu pai. O dia era de festa em casa, muita gente comemorando o chá de bebê da minha primeira sobrinha, Bianca, filha da minha irmã mais velha, Paula. No meio do festejo chegou a ligação com a notícia da morte. Eu estava brincando do lado de fora, minha irmã me chamou e contou pelas grades da janela. Então, minhas lembranças não são mais tão claras, minha pessoa favorita do mundo tinha partido e eu já sabia que morrer era nunca mais ver, cheirar, aconchegar. Mas, eu lembro do sentimento estar dividido com a alegria de ter uma nova vida chegando.

Já a morte da minha avó materna, Ornelina, que morava com a gente, foi um ano e pouco depois. Ela estava com oitenta e dois anos, já não andava fazia muito tempo e, a cada dia, falava com mais dificuldade. Eu lembro que no dia que ela foi para o hospital, do qual não iria voltar, eu tinha sonhado que um anjo criança a levava embora pela mão, enquanto ela acenava para mim com a outra, ela andava e sorria. Eu nunca tinha visto minha avó andando e tão bonita quanto naquele sonho despedida. Quando acordei fui direto para sala, onde ela dormia, para ver como ela estava. Seus olhos estavam abertos, mas já não respondia. Lembro só da ambulância a levando embora. Teve morte cerebral alguns dias depois, já que quando a encontrei tinha tido outro AVC.

Talvez, pensar nas mortes das avós pareça o fechamento de um ciclo, no entanto, o nascimento de minha sobrinha é a continuidade disso tudo.

No primeiro capítulo destaco que a maioria das filhas e filhos de minha avó se casaram com conterrâneos, que também migraram. Aqui no B-4 Garras e Lutas aconteceram encontros parecidos, muitas pessoas se relacionaram, filhos e filhas das mutirantes, e, assim, começam a nascer as próximas gerações.

Este foi o caso da minha irmã, Paula, que teve um namoro com o Carlinhos, filho da Madalena - que chamamos de Madá -, e dessa união nasceu minha sobrinha Bianca. Essa que vai ser a minha nova pessoa favorita deste mundo. Minha sobrinha, Bianca Letícia de Souza Araújo, hoje com 25 anos, esteve comigo em grande parte dessa história, na verdade eu nem me lembro de antes dela existir, parece que ela sempre esteve aqui.

[Imagem 40: Eu e Bianca na sala de casa].



Antes de ela ter suas próprias lembranças de nossas vidas, eu estava lá e as memórias seguem aqui comigo. Eu lembro de cuidar dela para minha irmã estudar e trabalhar, de brincar horas e horas, de fazer por ela um pouco do que a minha irmã fez por mim. Assim como minha mãe e minha tia Lé tinham feito por seus sobrinhos quando chegaram em São Paulo e, assim, sucessivamente.

Os retratos se destacam por serem ordinários e se apresentarem quase como frames de um mesmo filme. Ou seja, parecem quadros em sequência da vida de uma mesma mulher, ligados pelo fio contínuo do cuidado: Amie Musa, que cuida do irmão e cuidará dos futuros

filhos; Amie Keifala, que cuidou dos pais e agora cuida do filho e do marido e, muito provavelmente, cuidará dos netos. Assim, o cuidado, em modo contínuo, no gerúndio, é o que conforma a mulher serraleonense, bem como todas as outras mulheres (Pimenta, Denise., 2019, p. 71).

Denise Pimenta elaborou o conceito de trama do cuidado - um fio contínuo que passa entre gerações - em um contexto de guerra e pandêmico, para falar do cuidado perigoso. Porém, ela aponta que essa trama pode ser encontrada na realidade de outras mulheres, em outros contextos, outros países.

O cuidado não é terreno pacífico, apesar de comum às mulheres como um todo. Ou seja, o ato de cuidar perpassa a vida das mulheres, mas não faz delas um grupo comum ou uma identidade, nem mesmo iguala mulheres brancas, negras, indígenas e amarelas, transgêneros e cisgêneros, deficientes e não deficientes. Pois, como sugeriu (Maria) Lugones, para seguirmos o feminismo decolonial como uma saída possível à “colonialidade dos gêneros”, faz-se imprescindível entender que se o ato de cuidar atravessa a vida de toda mulher, ele não o faz da mesma forma e com a mesma violência em relação a todas elas (Pimenta, Denise., 2021, p. 74).

Desde o começo da pesquisa até aqui, o trabalho do cuidado necessário para se construir uma cidade, para construir sua própria casa, para construir prédios de forma autogerida, é entendido nas diversas formas de como ele pode ser um trabalho perigoso, entre perigos políticos e perigos físicos. Mas não só, esses cuidados, abarcados com as demais tarefas das mulheres, sendo entendidos como tarefas civilizadoras, garantiu a vida das próximas gerações. E não só, criou laços de solidariedade que perduram até os dias de hoje, onde essas mulheres cuidam umas das outras e seguem partilhando, estando juntas, unidas pelas lutas em comum e se apoiando para vencer as lutas individuais e ou diferentes.

Assim, interessou saber como, também, uma próxima geração entende a importância de toda essa história, trazendo essa terceira geração na figura de minha sobrinha, uma neta de duas avós do B-4 Garras e Lutas, que tem em sua própria existência o fruto de tudo isso. A partir daqui, as narrativas de Bianca vão se misturando com as minhas, afinal, desde o seu nascimento, nós estivemos muito juntas.

Sempre foi muito bom, porque vivendo ali no condomínio, eu podia ter um pouquinho das famílias, né? Porque meu pai e minha mãe se separaram quando era criança, então, não teve aquela separação da família, continuava lá com as duas. E as duas se entendem até hoje. Essa parte foi muito boa. Era prático isso de ter as duas famílias no mesmo lugar, porque não teve aquele negócio de ter que ir para casa do pai, entende? Então, eu podia sempre estar em contato com os dois lados, era muito bom isso, não tinha uma separação, eu via meu pai da mesma forma que eu via minha mãe, via minhas duas avós, tinha convivência com as duas. Por bastante tempo, então, não era só criada por uma avó, tive o benefício de ser criada pelas duas. Que é muito raro, né? (Bianca Souza - minha sobrinha).

É bonito ver como carregamos uma semente dentro de nós, que é alimentada pelas boas lembranças de nossa infância, tanto das memórias que compartilhamos, quanto das experiências que tivemos diferente uma da outra.

Quando Bianca tinha cinco e eu treze anos, como já falei, nós nos mudamos. Mas minha mãe manteve seu apartamento e seguiu sendo síndica. Dessa forma, como ela sempre precisava estar no prédio para resolver coisas, a neta a acompanhava e já aproveitava para visitar sua outra avó, a Madalena.

Da vizinha eu lembro. Eu lembro dela como síndica. É que eu não sei explicar não, ela tinha reunião na administradora, ela ia bastante na administradora, aí ela tinha que fazer essas coisas, enquanto eu tava lá correndo, brincando e tal, ela tava aí na administradora, ela tava arrumando coisas do prédio para cima e para baixo e era assim basicamente. Eu lembro que não tinha grades nos jardins, era tudo aberto. Lembro de brincar de polícia ladrão, de esconde-esconde no condomínio inteiro, porque não tinha limites. Era lá do início lá da esquina, do primeiro até o último no último que tinha grade, que era o único que já tinha para proteger da rua. Era ótimo, eu amava. Eu ia muito na casa da Bia, lá no quinto último andar, ela tinha um sobrinho que era da mesma idade minha, tinha o Léo, o Marcelinho, era tudo menino e só eu de menina. Mas tudo bem, nunca foi um problema, sempre brinquei com todo mundo. Tinha a Dida, né? Mas ela era um pouquinho mais velha. Então também tinha uma vivência dentro da casa dessas pessoas. Tinha uma relação, principalmente, com o Léo, o Gabriel, o Marcelinho, a Julie e o Luciano. Mas brincava com crianças de todos os prédios. (Bianca Souza - minha sobrinha).

Por ir crescendo no bairro dessa maneira meio visitante, meio integrante, Bianca valoriza muito os encontros que eram possibilitados quando aqui estava, as brincadeiras, estar com seus amigos, pois, na casa nova, essa convivência com a vizinhança não se dava da mesma maneira, o número de amigos era bem menor, as brincadeiras eram outras e o espaço para brincar também. A casa nova podia ser

grande por dentro, mas a casa do lado de fora não era, a rua como casa não existia como na Vila Brasilândia.

[Imagem 41: Eu e Bianca].



O lar como espaço de resistência será pensado por bell hooks a partir da localidade de mulheres negras, principalmente nos Estados Unidos. No entanto, enquanto referência, ajuda a pensar nos lares dos quais aqui falo, nos lares de mulheres negras, mulheres brancas, mulheres migrantes, mulheres pobres, mulheres mães, dentre outra intersecções possíveis quando se olha para as mulheres dos movimentos de moradia e, agora, quando se olha para as mulheres do B-4 Garras e Lutas, mulheres velhas, mulheres avós, mulheres bisavós.

Ao me referir a esse trajeto, digo que ele levava à casa da minha avó, embora nosso avô também morasse lá. Na nossa cabeça jovem, as casas pertenciam às mulheres, eram seu domínio especial, não como propriedade, mas como lugares nos quais acontecia tudo aquilo que mais importava na vida — encontrar o calor e o conforto do abrigo, alimentar o corpo, nutrir a alma. Lá aprendemos o que é dignidade e integridade; lá aprendemos a ter fé. As pessoas que tornaram essa vida possível, que foram nossas principais guias e professoras, eram mulheres negras (hooks, bell. 2019).

Assim como para bell hooks, para mim e para Bianca, as mulheres que aqui falo foram as que tornaram nossas vidas possíveis de diversas formas.

Foi base para dar uma estrutura para o que a gente é hoje, uma base que elas não tiveram. Por exemplo, apesar de eu pagar aluguel, eu tenho um bom emprego que me permite sustentar esse aluguel tranquilamente sem passar necessidade, sem viver com dinheiro muito contado, não é nada acima, mas assim eu vivo. Já terminei o ensino médio, eu tive essa estrutura de fazer, de estudar até em escola particular durante um tempo, já fiz uma faculdade, que eu terminei recentemente inclusive. Então eu acho que essa base sustentou para que eu não caísse numa marginalização, sabe? De não ter um arrimo forte ali, que me permite isso, estudar. Minha mãe que me permitiu estudar e trabalhar, não tinha que trabalhar para ajudar ela, eu trabalhei para me aperfeiçoar. E foi muito bom, porque graças a tudo isso, hoje estou numa boa empresa e eu tenho 25 anos. Já trabalho numa boa empresa, eu achava que ia demorar ainda para achar uma boa empresa, que talvez nunca acharia, na minha concepção. Mas eu vejo mas eu vejo o quanto tudo isso foi importante para eu estar aqui. E se eu não tivesse tido apoio ali, por exemplo da minha mãe que teve o apoio da mãe dela e, assim sucessivamente, eu não teria me aperfeiçoado para estar na posição que eu estou hoje. (Bianca Souza-minha sobrinha).

Para as mulheres negras essa tarefa de constituir um lar, segundo bell hooks, não significava só uma questão de prestação de serviços, era a construção de lugar seguro para que as pessoas negras pudessem dar força umas às outras e curar feridas causadas pela dominação racista. O lar representava um refúgio capaz de acolher as dores e traumas, era onde encontravam um espaço de cura, onde as trocas afetivas ajudavam a restabelecer a dignidade e o poder pessoal dos indivíduos.

Além disso, o lar era o espaço de dentro, de resistência, que contrastava com a cultura externa dominada pela supremacia branca. Enquanto o mundo externo desvalorizava e oprimia a população negra, o lar oferecia um lugar onde era possível aprender a se respeitar e a se amar. Esse ambiente de acolhimento permitia que as pessoas negras se fortalecessem, não apenas individualmente, mas como comunidade, transformando o lar em um verdadeiro espaço de resistência coletiva.

Porque aqueles que nos dominam e nos oprimem se beneficiam mais quando não temos nada para dar a nós mesmas. É quando nos tiram

a dignidade, a humanidade, que não temos mais nada, nenhum “lar” no qual possamos nos recuperar. Quero que hoje recordemos essas mulheres negras, tanto do passado quanto do presente [...]. Quero ressaltar a importância do lar em meio à opressão e à dominação, do lar como um espaço de resistência e de luta pela libertação [...]. Embora as mulheres negras não tenham articulado de modo autoconsciente, por escrito, princípios teóricos da descolonização, isso não diminui a importância de suas ações. Elas compreenderam intelectual e intuitivamente o significado do lar em meio a uma realidade social opressora e dominadora, do lar como espaço de resistência e luta por libertação. Sei do que estou falando. Eu não estaria escrevendo este ensaio se minha mãe, Rosa Bell, filha de Sarah Oldham, neta de Bell Hooks, não tivesse criado um lar exatamente dessa forma libertadora, apesar das contradições da pobreza e do machismo (hooks, bell. 2019).

O significado do lar como espaço de resistência, em meio à realidade opressora, no caso do momento histórico retratado e mulheres aqui, têm suas aproximações e distanciamentos com o contexto retratado por bell hooks. Mas é fato que os conjuntos habitacionais conquistados pelos movimentos de moradia neste período, foram construídos nas periferias das cidades. A gente estava geograficamente nos limites da Brasilândia, mas, na localização mental era uma quase “não Brasilândia”, uma fronteira entre um bairro e outro, ali colado com Taipas, às vezes não sendo nenhum dos dois.

É também a partir dos anos 1990, nessa luta, que a periferia deixa de significar apenas designações geográficas e marginalidades econômicas. As pessoas passam a se identificar e se nomear a partir do lugar, a partir da periferia, que os segregava espacial e economicamente, o que D’Andrea classifica como conceito de sujeitas e sujeitos periféricos, numa tentativa de atualização contemporânea da elaboração de Sader (1988) sobre os sujeitos políticos dos movimentos populares dos anos 1970 - 1980, ressignificando positivamente a si e o seu lugar no mundo.

[...] algumas características próprias das sujeitas e dos sujeitos periféricos ou que embasam sua ação política, compreendendo-os como sujeitos históricos, forjados por determinadas circunstâncias ocorridas nos territórios populares a partir da década de 1990. São elas: Utilização de periferia como classe; Periferia, periférica, periférico e favela como posicionamento político-territorial;. Organização em coletivos; Arte e cultura política; De objeto de estudo a sujeito do conhecimento; Sistematização da própria história; Fim da necessidade de mediadores; Do estigma ao orgulho Agentes e processos sociais distintos (D’Andrea, 2020, pp. 31-32).

Embora todos esses pontos sejam cruciais para compreender a complexidade da formação dos sujeitos periféricos, destaco especialmente a questão do posicionamento político-territorial. Crescer na periferia e entendê-la como lar envolve uma consciência profunda das condições que moldam esse espaço. Esse reconhecimento está diretamente ligado ao entendimento de que nossos pais e mães construíram, com suas próprias mãos, o teto que nos abriga e o chão que pisamos.

Esse vínculo com o território vai além da geografia, ele se transforma em uma consciência política. O ato de ocupar e construir a periferia simboliza uma luta histórica, onde a periferia não é apenas um lugar de falta, mas um espaço de resistência e criação. Ao reivindicar esse espaço como nosso e, constituinte de nós mesmos, ressignificamos o que significa viver à margem e transformamos o estigma em orgulho, afirmando nossa identidade e nossa capacidade de transformação coletiva, que aprendemos com nossas mães mutirantes.

Por mais que esses termos tenham sido empregados por alguns grupos nos anos 1970 e 1980, é incontestável que sua disseminação ocorreu nos anos 1990 e 2000. Termos que expressam situações geográficas e sociais como periferia e favela tornaram-se fundamentalmente um posicionamento político na sociedade e uma forma de ver o mundo (D'Andrea, 2022, pp. 232-233).

Assim, nessa perspectiva, a quebrada inteira é lar, a quebrada inteira é espaço de resistência. Mas as sujeitas e sujeitos periféricos não seriam apenas as novas gerações, mas é a forma que as pessoas passam a agir e reagir, a se organizar, frente às condições dos processos históricos que se desenrolam a partir dos anos 1990.

Nas últimas quatro décadas, uma série de processos sociais ocorreu na periferia de São Paulo. Grosso modo, se a década de 1980 foi caracterizada por um ascenso do movimento de massa e da mobilização popular (Secco, 2011), a década de 1990 foi marcada pela implantação do neoliberalismo e pelo aumento da pobreza e da violência (Telles, 2012). É possível caracterizar os anos 2000 como aqueles em que o denominado "lulismo" (Singer, 2012) prevaleceu como projeto político, mas foi aos poucos perdendo espaço para o pensamento conservador. Esses distintos processos históricos e sociais incidiram diretamente nos modos de vida e nas formulações políticas e teóricas da periferia e sobre a periferia (D'Andrea, 2021, pp. 19-20).

Eu sou filha de minha mãe e fruto da educação de muitas outras mulheres e dos lugares onde cresci. Acrescento esse breve relato que, junto a tudo que foi escrito e apresentado nos capítulos, poder dizer sobre o impacto que ser neta e filha de migrantes e do movimento de moradia causou em minha vida. Não é possível dizer o que seria de nossas vidas caso minha mãe não tivesse ingressado nesta empreitada, no entanto, imagino que criativamente outras mulheres a teriam apoiado, como na época da COHAB José Bonifácio. Eu acrescento ao teto a noção de chão, como base, que ser parte desta história me propiciou, e não só para mim, uma noção de mundo e fez ser uma pessoa que luta por meus direitos e que sabe que isso é um feito que se faz em coletivo.

Eu acho que foi muito bom para mim, né que eu tive sempre contato com uma pluralidade muito grande de pessoas, tanto pelo condomínio quanto pela minha família mesmo. Morar com quatro tios, então, todos tinham seus amigos, né? Era realmente uma pluralidade muito grande. Então eu acho que foi muito importante me tornar a pessoa que eu sou hoje, com certeza tem uma semente disso em mim. Porque tem coisas que eu vejo na vida hoje em dia que para algumas pessoas é. “Nossa, fim do mundo!”, sabe? E também questão de empatia com outro, de se colocar no lugar das pessoas. Eu acho que pode ter vindo bastante disso, por ter lidado com muitas pessoas, por ter vindo deste berço (Bianca - minha sobrinha).

Voltamos para o Garras e Lutas quando eu tinha dezoito anos.

Esse primeiro retorno não foi tranquilo. Eu não me sentia mais tão pertencente e já não tinha muitas amigas da minha idade por aqui. O tempo tinha passado, algumas se casaram, outras se mudaram e, nem eu e nem elas éramos as mesmas, os papos não desenrolavam. Ainda bem que eu sempre fui muito próxima de todas essas mulheres, de todas as idades e que desempenharam diferentes papéis ao longo da minha vida, de amigas, irmãs, mães, avós, vizinhas.

Agora, já quase adulta, vivia uma nova relação com as mulheres e com o lugar. Consegui o meu primeiro emprego de carteira assinada, o que me fazia passar o dia inteiro fora de casa, já que o caminho da Vila Brasilândia para a Faria Lima é longo. Foram alguns meses nessa rotina, vivendo a cidade como trabalhadora pela primeira vez.

Como eu tinha terminado a escola, uma das minhas amigas, Aline, que morava em um dos outros conjuntos habitacionais do complexo Brasilândia, o B-14, me influenciou a fazer cursinho com ela. No ano seguinte nós duas entramos na mesma universidade, a PUC-SP, como prounistas. Ela cursou economia e eu ciências sociais. Novamente uma mulher a confiança de uma mulher na outra fez grandes passos acontecerem.

Desde então, eu já fui e voltei mais duas vezes, uma por questão de saúde e outra para realizar esta pesquisa.

Para Bianca, que nunca voltou a morar aqui, a casa das avós representa uma segurança, um lugar que sempre pode voltar se precisar, “Ah, eu acho que é uma segurança. É que eu nunca precisei voltar, mas se eu precisar eu tenho muito para onde ir”.

[Imagem 28: Eu e Bianca – agora adultas].



Alvenita, Lúcia, Maria, Jéssica, Bianca e muitas outras estão sempre se referindo umas às outras como família, como é possível ver nas falas do texto e como é o vivido aqui no cotidiano. Se considerar família nesse contexto está baseado no senso de comunidade que foi possível desenvolver em todos esses anos. Desde 1997, algumas gerações que já nasceram. Aqui são apresentadas 3, mas algumas mulheres, como dona Maria, por exemplo, já têm tataranetos que correm pelos prédios

nas visitas aos domingos. Bianca já tem prima de segundo grau, bisneta da sua avó Madalena, que também mora no Garras e Lutas.

A família que se sobressai na quebrada é a comunidade. E o lar que se sobressai é a quebrada inteira, não só a casa individual. Assim, ter essa família, ter na quebrada o lar, é sempre ter para onde voltar. Ter para onde voltar, muitas vezes, não significa voltar literalmente, como eu já o fiz algumas vezes, mas é ter um sentido de pertencimento, um retorno interno para tudo isso que aprendemos crescendo aqui no B-4 Garras e Lutas, na periferia da zona norte, quebrada da Vila Brasilândia, com nossas mães, avós, tias, amigas, vizinhas.

Quando meu corpo é o primeiro a ser levado em consideração, nessa história ele se confunde com a localização seguinte, que é o B-4 Garras e Lutas, onde passei mais da metade de minha vida, contando as idas e vindas. Olhar para essa história, com todas essas referências, é poder traçar uma série de questões sobre a atualidade da vida das mulheres nas cidades e, quem sabe, para o futuro.

Leslie Kern (2019) discute a experiência das mulheres nas cidades em várias perspectivas, inseridas no que denomina de “cidades dos homens”, tanto na perspectiva das opressões que sofrem, quanto das resistências possíveis. Leva em consideração a experiência das mulheres sozinhas, das amigas, das mães, dentre outras, para pensar como nessa realidade seria possível conceber cidades feministas. Partindo de um exercício de imaginação criadora e não de se destruir tudo o que já existe e construir novas cidades do zero.

Leva em consideração que em um cenário mais amplo, as mulheres são quem lideram a maioria dos movimentos sociais mais transformadores, isso no mundo inteiro, assim como as mulheres dos movimentos sem teto e sem terra no Brasil, “(...) aqueles que estão mudando os tipos de conversa que podemos ter sobre o futuro das cidades e da vida urbana” (Kern, Leslie., 2019, p. 233). Dessa forma, propõe uma reflexão sobre por onde começar as cidades feministas.

Por onde começar? Por um lado, as faces do planejamento urbano, da política e da arquitetura precisam mudar. Uma gama mais ampla de experiências vividas precisa ser representada entre os tomadores de decisão que têm enormes efeitos sobre o cotidiano das pessoas. Uma análise interseccional deve ser uma abordagem comum para decisões tanto grandes quanto pequenas: onde colocar uma nova escola

primária, a distância entre os pontos de ônibus, se pequenos negócios podem ser operados fora de casa, etc. Em cidades do Hemisfério Sul, ONGs estrangeiras e as autoridades locais precisam ampliar as vozes das mulheres que melhor sabem que mudanças irão melhorar suas vidas. Os interesses dos povos indígenas precisam estar representados. O planejamento para melhorar a segurança das mulheres não pode reproduzir modelos prisionais que visam pessoas pobres e negras (Kern, Leslie., 2019, p. 231).

Christine de Pizan, ao conceber a Cidade das Damas, desenvolve a denúncia contra a cidade construída pelos homens e para os homens. Então, projeta uma cidade que é feita por e para mulheres, uma cidade no plano das letras, que assim que é construída, pode ser evocada de dentro de cada uma das mulheres que a habitam, para se proteger dos ataques e violências masculinas. E todas nós podemos habitá-la.

Guiada pelas damas Razão, Retidão e Justiça, a retomada das histórias de mulheres do passado vão dar o alicerce para a construção da cidade. A fundação, os tijolos, os telhados, são todos construídos com os materiais que as histórias dessas mulheres podem oferecer, todos da maior qualidade e de preciosidade inigualável.

Depois do discurso da primeira dama, chamada Razão, a segunda, que tinha o nome Retidão, dirigiu-se a mim, começando a falar-me assim: “Cara amiga, não vou abandonar minha tarefa de construir, com tua ajuda, os edifícios que serão contornados e protegidos pela muralha, edificada pela minha irmã Razão, que guarnecem a fortaleza da Cidade das Damas. Pegue as tuas ferramentas e venha comigo. Não hesite; misture a tinta no cartucho e, com a tua pluma, comece a construir, pois, fornecer-te-ei material suficiente para, em poucas horas, e com a ajuda divina, termos edificado os altos palácios reais e nobres mansões das excelentes e ilustres damas gloriosas que serão hospedadas nesta cidade, onde residirão para sempre”. Então, eu, Christine, ouvindo as palavras da honrada dama, disse assim: “Excelentíssima dama, eis-me aqui pronta. Ordenai-me, pois, meu desejo é de obedecer”. E ela disse-me assim: “Amiga, veja as belas pedras reluzentes, mais preciosas do que todas as outras, que encontrei e prepararei para utilizar nessa construção (Pizan, Christine., 2012, pp. 165-166).

A preciosidade dos materiais diz respeito à possibilidade de, ao se defrontar com situações de ataques masculinos, nós mulheres possamos nos espelhar nessas outras que, desde muito antes de nós, já vêm resistindo ao patriarcado e trazendo possibilidades reais para as mulheres organizarem as cidades a partir de suas

qualidades. E, assim, cada vez mais mulheres possam habitar tal cidade, “Dignai-vos, minhas venerabilíssimas damas, de procurar a virtude e fugir dos vícios, para que cresçam e multipliquem-se as habitantes e nossa Cidade” (Pizan, Christine., 2012, p. 341).

Eu venho imaginando desde o início dessa dissertação que Christine de Pizan e Dido apareceram para mim, como as damas Razão, Retidão e Justiça fizeram com a primeira, e me guiaram na pergunta: "Quem são as mulheres que constroem as cidades?". Eu usei suas histórias como referência política de cidades para buscar respostas para a questão.

Eu sigo me imaginando nesse encontro, contando para elas sobre as cidades construídas pelos movimentos de moradia, cidades erguidas por mulheres que emergem das margens e periferias. Em sua resistência, elas fazem dessas cidades lugares completos, apesar das contradições, onde foi possível sonhar e concretizar o teto, o chão, o lar, os laços de solidariedade e a comunidade que ainda resiste.

[Imagem 29: – reunião das moradoras e amigas do Garras e Lutas – aniversário da tia Lúcia].



Eu pediria, gentilmente, a inclusão de um capítulo sobre as mulheres dos movimentos de moradia na obra *Cidade das Damas*. Essas mulheres, que lutaram por um espaço para viver, por moradia digna, merecem ter suas histórias como referência

de cidade, com suas formas materiais e imateriais de fazer. Christine de Pizan construiu uma cidade eterna para que cada uma de nós pudesse recorrer a ela. Essas mulheres puderam, assim, concretizar a cidade para elas e os seus.

Contar essas histórias a partir de epistemologias feministas e da geografia primeira (Rich, 2002) foi fundamental para reconhecer que as mulheres, por meio das tarefas civilizadoras (Garcia, 2018), mantêm o movimento e garantem a vida das comunidades. Esse reconhecimento é valorizar as mutirantes, que, através do esforço coletivo, são protagonistas da história das cidades em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se você veio aqui esperando alguma conclusão que vai resumir academicamente o que foi escrito durante todas as páginas anteriores, você veio ao lugar errado, perdeu seu tempo vindo aqui achando que iria encontrar esse tipo de conclusão. Este espaço vai ser utilizado para um desabafo.

Acredito que preciso neste momento, além de todo o espaço que eu já utilizei para me colocar em todo o texto, agora quero falar um pouco mais, colocar para fora o que foi a experiência de escrever este mestrado para mim.

Esses dias minha amiga, Mari, me indicou um podcast chamado *O estranho familiar, com Vera Iaconelli*⁸, onde a psicanalista conversa com a jornalista Bianca Santana sobre a história da vida desta. Foi realmente um estranho familiar, pois havia encontros entre nossas histórias com muitas coincidências. Sem entrar em tantos detalhes de todas as coisas, o que interessa aqui se trata de quando ela fala de suas experiências sobre a vida escolar e depois acadêmica.

Como eu disse anteriormente, quando nós, eu e minha família, retornamos para o Garras e Lutas, eu tinha 18 anos e voltei com um sentimento de não pertencimento, uma sensação de que ali já não era mais a minha casa. No entanto, não vou ser injusta, pois todas as vezes que eu visitava, sentia que ali era a minha verdadeira casa. Assim começou a minha experiência de sentir que nem um e nem outro lugar realmente era meu.

Assim, os anos se passaram e quando eu entrei na universidade a tal sensação retornou mais forte ainda. Quando D'Andréa (2022) estabelece o conceito de sujeitas e sujeitos periféricos, ele vai falar de uma geração de “quebrados”, se referindo a um grupo de pessoas específicos, que cresceram a partir dos anos 1990 e viveram as condições políticas e econômicas do Brasil, conforme discutido anteriormente, nesse sentido um dos efeitos dos alcances dos acesso que foram possibilitados nos últimos anos para essas pessoas, principalmente no período do lulismo, foi o acesso de jovens como eu na universidade. No entanto, nossa permanência, o nosso ingresso não foi

⁸ Podcast produzido pela Casa do Saber. Para ouvir, acesse: <https://open.spotify.com/episode/75AHfVEwgGTbKWzwwghchcc>

nem um pouco pacífico, as estruturas da universidade continuam querendo que a gente esteja do lado de fora.

Em vários momentos, quando eu dizia de onde eu vinha, onde eu morava, muitas pessoas não acreditavam, afinal, eu não tinha cara de periférica de favelada. Mas o que é cara de periférica e favelada? A resposta nós sabemos, vem carregada de racismo e estereótipos.

Frente a esses questionamentos é óbvio que eu também comecei a me questionar.

Eu não me sentia pertencendo ao espaço da universidade, pois, para mim a minha cara, quando eu me olhava no espelho, era muito diferente da deles. O meu cabelo, as minhas roupas, o meu cheiro, era tudo diferente do deles. Assim era como eu me percebia.

Ao passo que, conforme eu fui estudando e trabalhando - passava o dia todo na rua, saía 5h30 e voltava 22:30 -, também se deu um certo distanciamento com as pessoas da minha casa, com as pessoas de onde eu moro. Somada a minha figura de nerd, agora eu levava a alcunha de estudante de faculdade de playboy.

Até o momento em que eu pude me reunir com os outros prounistas e estabelecer uma rede, uma comunidade, não tão grande quanto um conjunto habitacional, mas o grande o suficiente para me reconhecer e para saber que mesmo sendo um da Brasilândia, o outro do Rio Pequeno, a outra de Poá, a outra de Pirituba, outra do Jaçanã, enfim, dentre outros e outros, enquanto sujeitas e sujeitos periféricos a gente se reconhecia, se reconhecia inclusive entendendo as diferenças entre nós.

Tudo isso aqui não é para estar certo nem para estar errado. Isso aqui talvez não seja nem para estar baseado em qualquer teoria sociológica, psicológica, antropológica... no entanto, é para ser um desabafo!

Um desabafo para dizer que, com tudo isso, de toda forma eu sou um pouco de todos esses lugares. Eu sou também os lugares por onde os meus antepassados passaram. Eu sou todos os lugares onde eu morei, todos os lugares onde eu estudei, onde amei, onde me diverti e, também, onde sofri. E, sim, eu sou essa Universidade, eu sou a Pontifícia Universidade Católica e eu sou o Garras e Lutas.

Escrever este mestrado, sobre este tema, nesta universidade é poder reunir, é poder colar os cacos dessa fragmentação que me foi imposta durante todos esses anos. Pode ser que nunca mais eu seja inteira, mas ser um encontro de tantas fronteiras me faz ser quem sou, como me ensinou Gloria Anzaldúa (2014).

Esta é uma carta de amor. É uma carta de amor para mim. Eu a faço me olhando, me olhando no espelho e vendo desde a Jéssica menina até eu Jéssica agora.

É uma carta de amor para todas essas mulheres que aqui foram evocadas, para as que aparecem e as que não aparecem também, mas que fizeram parte da minha e da vida de todas as mulheres dessa história.

BIBLIOGRAFIA

ÀdeusdarÁ. Intérprete: Josyara. Compositora: Josyara. In: ÀdeusdarÁ. Intérprete: Josyara. Salvador: Casa das Máquinas, em Salvador-Ba, 2021/2022.

ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado. Paisagens reveladas no cotidiano da periferia. Distrito de Brasilândia, zona norte do município de São Paulo. São Paulo, 2007 p-281. Dissertação Mestrado FAU-USP. Orientador: Euler Sandeville Jr.

ANZALDÚA, Gloria. Borderland/La frontera. Traducción: Maria Luisa Peralta. Bocavulvaria Ediciones. Córdoba - Argentina, 2014.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 08, n. 01, p. 229-236, 2000. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2000000100017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 11 abr. 2024.

BARROS, Mariana Cicuto. Autogestão na implementação de políticas habitacionais o mutirão autogerido Brasilândia B23 / Mariana Cicuto Barros ; orientador Miguel Antônio Buzzar. São Carlos, 2011. Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo) -- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2011.

BIASCHIN, Sônia. As lutas da Brasilândia e o Sarau da Brasa. 2021. In.: Quilombo Invisível. <https://quilomboinvisivel.com/2021/04/24/as-lutas-da-brasilandia-e-o-sarau-da-brasa/>. Acesso em 03/09/2024.

BONDUKI, Nabil. Habitação e autogestão. Construindo territórios de utopia. FASE. 1992.

BONDUKI, Nabil. Os pioneiros da habitação social – Vol. 1: Cem anos de política pública no Brasil. 2014. SESCSP. UNESP.

BRASILÂNDIA, Nenê da. Série: Suco de Brasil. Rádio Novelo. 05/2023. Podcast Wondery Brasil. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/20CMHD9yH3KPQiz3ThAGTX>.

BRUSCHINI, Cristina. Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais. São Paulo: FCC/DPE, 1989.

CASTORIADIS, Cornelius. Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade. In: Revolução e autonomia, um perfil político de C. Castoriadis. Belo Horizonte:COPEC, 1981. p.117-147.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado – Volume 31. Número 1. Janeiro/Abril 2016. Disponível em <https://www.periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6081/5457>. Acessos em 11 abr. 2024.

D'ANDRÉA, Tiaraju. A formação das Sujeitas e dos Sujeitos Periféricos. Cultura e política na periferia de São Paulo. Dandara. São Paulo. 2022.

D'ANDRÉA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos *Periferia* e *Sujeitas e Sujeitos Periféricos*. Dossiê Subjetividades Periféricas • Novos estud. CEBRAP 39 (1) • Jan-Apr 2020.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A caminho da cidade: a vida e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva. 1975

DURHAM, Eunice Ribeiro. Revisitando o caminho da cidade com Eunice Durham. [Entrevista]. *Idéias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP*. Campinas: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/476>. Acesso em: 10 abr. 2024. , 2011.

ENGELS, Friedrich, 1820-1895. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra/Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. - [Edição revista]. – São Paulo: Boitempo, 2010. 388p. : il – (Mundo do trabalho; Coleção Marx-Engels)

FAMILIAR, O Estranho. Entrevistada: Bianca Santana. Entrevistadora: Vera Iaconelli. Casa do Saber. 28/08/2024. Podcast disponível em: <https://open.spotify.com/episode/75AHfVEwgGTbKWzwwghchcc>.

FAUR, Eleonor. El trabajo de cuidado comunitario. In.: La sociedad del cuidado y políticas de la vida. / Andrea Comelin-Fornés... [et al.]; Coordinación general de Karina Batthyány; Valentina Perrotta; Javier A. Pineda Duque. - 1a ed - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: INMujeres; UNAM; Ginebra: UNRISD, 2024. Libro digital, PDF

FERNANDES, Donizete. Brasilândia: na Luta pelo direito à terra e pela autogestão, vamos desenhando um novo bairro. Nov. 20,2007. Disponível em: <https://sp.unmp.org.br/cdhu-brasilandia-luta-e-conquista/>. Acesso em: 21/11/2023.

FREITAG, Bárbara. Teorias da cidade. Campinas, Sp. Papiрус, 2006.

FREITAS, Carolina Alvim de Oliveira. Mulheres e periferias como fronteiras: o tempo-espaço das moradoras do Conjunto Habitacional José Bonifácio. São Paulo: FAUUSP, 2021. (Coleção Caramelo)

GARCIA, Carla Cristina. (2012). Rainhas piratas e outras senhoras do mar. En Más igualdad, redes para la igualdad : Congreso Internacional de la Asociación Universitaria de Estudios de las Mujeres (AUDEM) (301-310), Sevilla: Alciber.

GARCIA, Carla Cristina. As outras vozes: memórias femininas em São Caetano do Sul. São Paulo: Hucitec, 2011 – São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano, 1998.

GARCIA, Carla Cristina. Breve histórico do movimento feminista no Brasil. FLACSO. Argentina. Ago/2015.

GARCIA, Carla Cristina. Nomear as tarefas das mulheres. In. Mulheres, tempos e trabalhos. Org. Carla Cristina Garcia. São Paulo: Annablume, 2018.

HAESBAERT, R. Territórios alternativos. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. cadernos pagu (5) 1995: pp. 07-41.

HEIN, Cleonice Dias dos Santos. Mulheres da união em luta: na construção do direito à cidade / Cleonice Dias dos Santos Hein, Debora Sanches ; organização Maria das Graças de Jesus Xavier ; ilustração Henrique Geddo , Juliana Souza. -- 1. ed. -- São Paulo : União dos Movim. de Moradia da Grande S.Paulo e Interior União dos Movim. de Moradia da Grande S.Paulo e Interior, 2020.

HILLMAN, James. Cidade e Alma. Coordenação e tradução Gustavo Barcelos e Lúcia Resenberg. – São Paulo: Studio Nobel, 1993. – (Cidade aberta)

hooks, bell. Anseios: Raça, gênero e políticas culturais. Editora Elefante. 2019.

KERN, Leslie. Cidade feminista. A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Tradução: Thereza Roque Motta, - Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KERN, Leslie. Ciudad Feminista. La lucha por el espacio en un mundo diseñado por hombres. Traducción: Renata Prati. Icono Editorial SAS. Bogotá - Colombia, 2021.

LASCH, Christopher. A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo / Christopher Lasch; organizado por Elisabeth Lasch-Quinn: tradução de Heloísa Martins Costa. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LIBRERÍA DE MUJERES DE MILÁN. El final del patriarcado, Prólogo, Barcelona, 1996.

LIBRERÍA DE MUJERES DE MILÁN. No Creas tener derechos - La generacion de la libertad femenina en las ideas y vivencias de un grupo de mujeres. Editorial: Horas y Horas. Año de edición: 1991.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 356-377.

MARICATO, Ermínia. O estatuto da cidade comentado. Celso Santos Carvalho (Org.), Ana Claudia Rossbach. São Paulo: Ministério das Cidades/ Aliança das Cidades, 2010.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MUNIZ, Claudia. 2021. As palavras sobre os cortiços: análise dos relatórios municipais e da produção acadêmica em São Paulo entre as décadas de 1970 e 1980

MURARO, Luisa. Sobre la autoridad femenina. In. Filosofia y género. Identidades femininas. Compiladora: Fina Birulés. Pamplona: Pamiela 1992.

NETO, Francisco Pereira. Observar a cidade e seus habitantes. A contribuição da etnografia. 2017. PIXO - Revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade 1(3)

OLIVERA, Maria Lúcia de. Entrevista concedida à autora em 03/07/2023.

PERROT, Michelle, Práticas da Memória Feminina, tradução Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha e Dr. Miriam Pillar Grossi. São Paulo. Rev. Bras. de Hist., v. 9 n. 18. pp. 9-18. Ago/Set. 1989.

PIMENTA, Denise. (2019), O cuidado perigoso: tramas de afeto e risco na Serra Leoa (A epidemia do ebola contada por mulheres, vivas e mortas)/Denise Pimenta; orientador John Cowart Dawsey. – São Paulo. 351 f. Tese (Doutorado).

PIMENTA, Denise. (2021), A epidemia do “amor”: uma etnografia por dentro do cuidado perigoso na Serra Leoa. EXILIUM Revista de Estudos da Contemporaneidade.

PIZAN, Christine de. A cidade das Damas/Christine de Pizan, tradução e apresentação Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne; prefácio Ildney Cavalcanti. - Florianópolis : Ed. Mulheres, 2012.

RIBEIRO, Alvenita. Entrevista concedida à autora em 12/10/2023.

RIBEIRO, Alvenita. Entrevista concedida à autora em 26/01/2024.

RICH, Adrienne (2002), “Notas para uma política da localização”, in Ana Gabriela Macedo (org.), Género, identidade e desejo: Antologia crítica do feminismo contemporâneo. Lisboa: Edições Cotovia, 15-35. Tradução de Maria José da Silva Gomes.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80/ Eder S. Sader. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Cleonice Dias. Trabalho social e movimentos de moradia: um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Tese (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2016.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. A Urbanização brasileira. São Paulo, 1993. Editora Hucitec.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades (1989). Revista Prosa Verso e Arte. Disponível em: <https://www.revistaprosaversoearte.com/o-tempo-nas-cidades-texto-extraordinario-do-geografo-milton-santos/>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades (1989). Revista Prosa Verso e Arte. Disponível em: <https://www.revistaprosaversoearte.com/o-tempo-nas-cidades-texto-extraordinario-do-geografo-milton-santos/>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

SASSEN, Saskia. Estratégias de Gênero: Entrevista com Saskia Sassen. [Entrevista cedida a Carmen Rial] Estudos Feministas, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010

SASSEN, Saskia. Las contrageografías de la globalización: Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madrid: traficantes de sueños, 2003.

SASSEN, Saskia. The global city: New York, London, Tokyo. United Kingdom: Princeton University Press, 1991.

SCHWARTZ, Rosana Maria Pires Barbatto. Mulheres em movimento - movimento de mulheres: A participação feminina na luta pela Moradia na Cidade de São Paulo. 2007. 349 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo / Richard Sennett; tradução Marcos Santarrita. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2002.

SENNETT, Richard. Respeito. A formação do caráter em um mundo desigual / Richard Sennett; tradução Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOUZA, Bianca. Entrevista concedida à autora em 26/08/2024.

SOUZA, Maria Madalena de. Entrevista concedida à autora em 02/07/2024.

SPINK, Mary-Jane. Espaços habitados e práticas de morar – As múltiplas dimensões de moradia digna. Educ, 2023.

VOCÊ Que Perguntou. Intérprete: Josyara. Compositora: Josyara. In: MANSA Fúria. Intérprete: Josyara. Salvador: Casa das Máquinas e AMNIX Studio Art, em Salvador-Ba, com produção musical e arranjos de Junix 11.

WILSHIRE, Donna. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In.: Gênero, corpo, conhecimento / Alison M. Jaggar, Susan R. Bordo [editoras]; tradução de Brítta Lemos de Freitas. - Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

WOOLF, Virginia. Um Teto Todo Seu. Tradução: Bia Nunes de Sousa. Editora: Tordesilhas, 2011.